

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CLÁUDIA CARDOSO GOULARTE

**COTIDIANO, IDENTIDADE E MEMÓRIA:
NARRATIVAS DE CAMELÔS EM PELOTAS (RS)**

PELOTAS

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CLÁUDIA CARDOSO GOULARTE

**COTIDIANO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: NARRATIVAS DE
CAMELÔS EM PELOTAS (RS)**

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Lorena Almeida Gill (Orientadora)

Professora Doutora Beatriz Ana Loner

Professora Doutora Denise Marcos Bussoletti

Professor Doutor Luiz Carlos Rigo

AGRADECIMENTOS

Ao Luiz, pelo seu companheirismo, inspiração e força, durante todos os momentos e etapas desse trabalho.

Aos camelôs, que participaram dessa pesquisa e me auxiliaram a compreender e narrar suas histórias e memórias.

À Lorena Almeida Gill, que através de sugestões, críticas e incansáveis leituras me encorajou sempre, propiciando com isso, através de sua sensibilidade e competência como pesquisadora, que encontrasse meu caminho.

Aos meus filhos, que compreenderam, aceitaram e esperaram junto comigo pela conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

À Beatriz Loner, pelas leituras e debates propostos durante as disciplinas ministradas.

Ao Álvaro Barreto, Maria Letícia Mazzuchi, Cláudia Turra Magni e Marta Jardim, que contribuíram para o resultado final deste trabalho, através dos caminhos sugeridos, em momentos e tempos diferentes do meu percurso acadêmico.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é discutir o fenômeno da informalidade/formalidade entre a ocupação específica dos camelôs no chamado Camelódromo de Pelotas; assim uma etnografia desse espaço é proposta em correlação com os conceitos de identidade de grupo e memória coletiva. A partir de uma abordagem metodológica pautada nas histórias individuais dos trabalhadores é analisado o período que se estende entre os anos de 1997 a 2007. As questões em torno de como se constroem as identidades entre os trabalhadores e de como essa se revela em oposição e complementaridade com o fato de se sentirem e se nomearem pequenos empresários está expressa nos depoimentos e torna-se o ponto chave da pesquisa. As histórias de vida destes trabalhadores são carregadas tanto de razões para o seu estar no mundo ocupando essa posição e não outra, quanto de não-razões para prever um futuro em um meio de vida tão instável, onde os riscos oriundos do contrabando, pirataria e sonegações fiscais se materializam nas incontáveis histórias de perdas de mercadorias revendidas, acarretando prejuízos, endividamentos e, muitas vezes, a impossibilidade de trabalhar e, portanto, de ter para si uma ocupação, que apesar dos delitos e infrações do ponto de vista legal, é considerada pelos entrevistados como um trabalho digno. Durante quatro anos estabeleci contatos e frequentei o Camelódromo de Pelotas com regularidade, o que possibilitou a obtenção de depoimentos sobre os principais temas que fazem parte de seus cotidianos no trabalho e que se relacionam de forma direta à construção de suas identidades e de suas memórias.

Palavras-Chave: Trabalho. Identidade e Memória.

ABSTRACT

This dissertation primary goal is to discuss the formality/informality phenomenon among the specificity occupation of the street vendors (*Camelôs*), in the so called Pelotas' *Camelódromo*, an ethnography of such space is proposed in a correlation with the concepts of group identity and collective memory. From a methodological approach lined in the individual worker's stories we analyze the period between the years of 1997 to 2007. The issues surrounding how identities are built among workers and how that is revealed opposing and complementing the fact they consider and name themselves small businessmen and women, it is expressed in their testimonials and becomes the main issue in the research. These worker's life stories are filled of reasons for their place in the world, in that function and not another, and for reasons not to predict a future in such unstable livelihood, where the risks originated from smuggling merchandise, forging products and tax evasion, materialize in the countless stories of loss of merchandise resold, leading to money loss, debts and, often, to the impossibility to work and keep an occupation, that in spite of crimes and infractions from a legal point of view, it is considered by those interviewed as dignify work. During four years I've establish connections and went regularly to Pelotas' *Camelódromo*, what made possible obtaining depositions over the main issues that are part of their everyday at work and relate directly to building their identities and memories.

Key-words: Work, Identity and Memory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I - O CAMELÓDROMO DE PELOTAS E “AS COISAS DO PARAGUAI”.....	12
1.1 Breve Discussão sobre o Conceito de Informalidade.....	13
1.1.1 Mercado de Trabalho no Brasil.....	17
1.2 Procedimentos Metodológicos: História Oral Temática, Etnografia e Pesquisa Documental em Jornais.....	23
1.3 As Identidades que tecem a problemática da pesquisa.....	27
CAPÍTULO II - “UM SHOPPING A CÉU ABERTO”: IDENTIDADE E MEMÓRIA ENTRE OS CAMELÔS.....	36
CAPÍTULO III- A HISTÓRIA DO CAMELODROMO.....	52
3.1 A Saída do Centro Histórico: a partir da Imprensa.....	52
3.2 O Camelódromo de Pelotas.....	59
3.3 A saída do Centro Histórico pela voz dos camelôs.....	63
3.3.1 Algumas entrevistas com trabalhadores.....	64
3.4 Os primeiros tempos “na areia”.....	68
3.5 O passar do tempo.....	72
3.6 Do Cotidiano.....	74
3.7 Noções de “Bancas Fortes e Fracas”.....	79
3.8 A Associação do Camelódromo.....	80
3.9 Fiscalização, Apreensões, Sofrimento e Identidade.....	84
3.10 Voltando no tempo.....	89
3.11 Identidades: Conflito ou Complementaridade?.....	90
3.12 O Futuro.....	91
3.13 A Cidade	93
3.14 Mudanças Previstas.....	95
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre trabalhadores, que exercem suas atividades na cidade de Pelotas como camelôs. A partir daí, se desenvolve a discussão em torno de um espaço e tempo determinado - o Camelódromo de Pelotas entre os anos de 1997 a 2007 - incorporando à pesquisa alguns pressupostos fundamentais, sobre o fato de exercerem uma ocupação na qual as diferentes falas¹ sobre a mesma tecem ao longo da pesquisa as identidades, a história e a memória coletiva desses trabalhadores.

O itinerário que leva ao Camelódromo de Pelotas me faz descer à Rua Marechal Floriano, saindo do centro histórico da cidade e passando por diferentes e diversos vendedores ambulantes², que se estendem no curto percurso de três quadras. Antes de chegar ao Camelódromo, passo ainda pelo antigo prédio onde antes funcionava a Faculdade de Belas Artes, da Universidade Federal de Pelotas e pela Praça Cipriano Barcellos, também conhecida como Praça dos Enforcados. Estes dois espaços encontram-se atualmente abandonados à ação do tempo. Há ainda os prédios vizinhos da Receita Federal e da CEEE (Companhia de Energia Elétrica da cidade), que formam, desse modo, o entorno do Camelódromo de Pelotas.

Ao lado da Praça Cipriano Barcellos, inicia-se o espaço restrito ao Camelódromo, um terreno de proporções bastante grandes cravado ao lado do centro comercial da cidade, fazendo parte e também se diferenciando deste pela sua composição e aparência, que sugere uma organização espacial, que não se encontra sujeita a padronizações e homogeneizações, mas, talvez, ao preconceito inocente e ingênuo do consumidor e também do pesquisador, que ao observar somente a aparência, a partir dessa poderá de imediato sugerir, que o que impera

¹ As diferentes falas e também mais fundamentais foram definidas como: as falas dos trabalhadores entrevistados ao longo da pesquisa, a trajetória do conceito de informalidade ao longo do tempo, as falas do poder público municipal em momento e época diferentes (primeiramente entre os anos de 1997 e 1998 retiradas do jornal *Diário Popular*, disponíveis na Biblioteca Pública Pelotense e posteriormente durante os anos de 2007 e 2008, diretamente através de entrevistas com funcionários da Secretária de Urbanismo de Pelotas) e o discurso construído pela imprensa escrita local, sobretudo os entre os anos de 1997 a 1998, encontrados através de pesquisas no jornal *Diário Popular*.

² Vendedores de lanches, de cigarros, de vales-transportes, trabalhadores que vendem e fazem pequenos reparos em relógios, entre outros possíveis dentro dessa variação, alguns desses fixaram suas atividades informais com pontos demarcados e bancas e ainda há aqueles que se estabelecem, por vezes, apenas por um dia ou por um curto período.

nesse local da legalidade/ilegalidade é a precariedade e a solução para o desemprego formal. Não é isso, ou pelo menos não somente isso: são decisões voluntárias, posturas distintas e também compartilhadas, identidade de grupo, personalidades, memórias e trajetórias de trabalho que os levaram a estar nesse local. Desejos e contingências caminham às vezes juntos por lá, muitas vezes de maneira subjetiva ou até inconsciente, mas ainda assim encontram-se unidos. Através das narrativas é possível apreender também essa, entre outras características particulares à atividade de trabalho que realizam. Segundo Walter Benjamin (1994), quando ouvimos uma história, nos colocamos na companhia do narrador.

A partir do momento em que foi sendo revelada pelos entrevistados uma identificação com a atividade de trabalho, prazerosa, pensada e negociada, foi também se desvelando um outro lado, quando ante a ilegalidade, pois são também expostos às penalidades, que foram referidas sobretudo pela perda material de mercadorias contrabandeadas ou pirateadas. Encontram-se assim na fronteira e campo de disputa entre o ser/estar camelô/comerciante.

Dessa forma, os conceitos de identidade e memória mostraram-se apropriados e úteis, tendo para o tema e problemática da pesquisa muito a dizer sobre os modos de ser dos camelôs. Suas ações, práticas e intenções não se mostraram impensadas ou desconectadas entre si, sugerindo uma memória coletiva ativada pelas identidades e essas reconstruídas através da ação do tempo e da mudança espacial experienciada pelo grupo.

A aparência contraditória ou incompleta dessas identidades não exclui o fato de que foram construídas consciente e intencionalmente pelos atores sociais. Ao entrar no Camelódromo de Pelotas o que se observa, em um primeiro contato, é uma diversidade na repetição e de maneira mais subjetiva o fato de que sorte ou o azar no trabalho serão também determinantes para que permaneçam na atividade.

É assim que esse espaço sugere, depois de algum tempo de convívio, uma atmosfera tensa, às vezes feroz por ser ilegal; desconfiada por ser disputada pela concorrência, também caracterizada como desleal entre “iguais”. Desse modo, o compromisso de ser justo/injusto é em verdade pouco defendido. Mas ao mesmo tempo é também atividade considerada digna, vencedora e invencível ao sistema que tenta ou demonstra querer acabar, modificar, sufocar, mas de certa forma incentiva a pirataria e contravenção; território de negociações e gestão autônoma, porém frágil, sem licença ou legitimidade para além de seu espaço restrito de decisões. Assim é o Camelódromo de Pelotas, centenas de trabalhadores, inúmeros empregos gerados, solução e/ou opção de vida e trabalho.

Ao longo de quatro anos frequentei com regularidade o Camelódromo, o que permitiu ser incorporada à pesquisa uma leitura etnográfica. Essa perpassa todo o texto na intenção de

revelar o que ocorre nesse espaço de trabalho, território e lugar de construções identitárias, fortemente marcadas pelas contradições internas e externas das falas construídas no momento da entrevista e também no decorrer das conversas informais, durante a pesquisa de campo.

Cabe salientar que, mesmo que alguns entrevistados tenham solicitado que seus nomes fossem alterados, ao serem incluídas suas falas na pesquisa, nenhum desses sugeriu que algo devesse ser omitido, reavaliado ou suprimido de seus depoimentos. Com exceção de Dilva³, todas as falas serão mantidas, sem correções, uma vez que demonstram muito do universo no qual estão inseridos.

Dessa forma, assumo no decorrer das páginas que se seguem uma postura de narradora, com a intenção de revelar aos possíveis leitores uma visão pautada nas falas dos sujeitos envolvidos, que tende a privilegiar os seus pontos de vista, na construção de suas trajetórias ocupacionais, permitindo que esses descrevam por si e para si como compreendem, observam e sentem a atividade de trabalho que optaram por exercer.

Ao mesmo tempo, ao incorporar o método de estudo etnográfico, me foi possível, ao longo e término do trabalho de campo, interpretar e reavaliar a minha postura enquanto pesquisadora, para que conseguisse compreender não somente os discursos narrados e a sua importância frente à problemática da pesquisa, mas toda a subjetividade inscrita nesses. Angústia e instabilidade me acompanharam frente à responsabilidade da transposição para a forma escrita, do que era observado e visto e muitas vezes sugerido pelos entrevistados e também pelo espaço, sensações que foram, na medida em que escrevia, se misturando com o prazer de registrar as particularidades sobre um tema que consegui, em parte, compreender e me familiarizar, com o passar do tempo.

Foi assim que, com a clara intenção de discutir os conceitos de identidade e memória, e estabelecer um diálogo entre a operacionalidade desses e a realidade de vida dos trabalhadores, que a pesquisa tomou forma e rumo. As questões centrais que se colocaram foram: Como, em que circunstâncias e movidos por quais contingências e estratégias, a identidade desse grupo se reconstruiu através de um período de tempo⁴, que inaugurou para esses trabalhadores outras possibilidades? De que maneira as identidades e memórias foram sendo, com o passar dos anos, resignificadas a partir do espaço em comum, o Camelódromo de Pelotas? Qual a importância que esse lugar assumiu para cada um dos entrevistados de

³ Dilva não sugeriu ou restringiu em nada a sua entrevista, somente solicitou que a mesma sofresse uma correção ortográfica.

⁴ Que cobre os anos de 1997 a 2007.

maneira específica e compartilhada, enquanto local de trabalho, capaz de abrigar possibilidades distintas das encontradas trabalhando como camelô “nas ruas”?

Essas questões foram relativizadas e contrapostas ao fato sugerido inúmeras vezes pelos entrevistados de que não se sentiam mais como camelôs, porque ocupavam o Camelódromo, portanto, ser/estar camelô/comerciante é o resultado nunca completo da construção identitária desse grupo, que passou pela experiência da mudança, possibilitada após a retirada dos mesmos das ruas da cidade. Muitos se sentiam depois disso pequenos-empresários, que atuam no território do comércio e consumo de mercadorias, advindas em sua maioria do Paraguai e mais recentemente do Uruguai.

Busquei compreender as angústias e instabilidades que em determinados momentos se apoderaram de mim, como etapas de um modo de abordagem que tende a desestabilizar as certezas e que buscando interpretar o outro, mediante o convívio intenso de tempo, fez com que questionasse o meu papel, a respeito do que me foi sendo revelado aos poucos pelos entrevistados.

No primeiro capítulo exponho minha justificativa e opção de permanecer no mesmo contexto empírico ao longo da minha trajetória acadêmica, dando continuidade a um trabalho realizado no decorrer de quatro anos de pesquisas, que se inicia durante a Especialização em Sociologia. Apresento a opção metodológica focada na descrição etnográfica, alicerçada pela história oral temática, a pesquisa documental realizada em jornais, e a busca em conjunto com esse material, a partir de quatro entrevistas, sobre qual é a política atualmente pensada e executada pela Secretaria Municipal de Urbanismo em relação aos camelôs.

Por fim, insere-se uma breve discussão sobre o conceito de informalidade e a pertinência do conceito de identidade em relação e complementaridade com o espaço ocupado pelos trabalhadores, como também se faz nesse primeiro capítulo a apresentação da problemática da pesquisa.

No segundo capítulo são discutidos, de maneira mais específica e detalhada, os conceitos de identidade e memória coletiva, em relação à problemática da pesquisa e a história do grupo de trabalhadores pesquisados, além de como a identidade de grupo dos camelôs representados sofreu variações no decorrer de dez anos na atividade, resignificando assim suas posturas, modos de ser e pensar sobre o ser camelô e por que se sentem muitas vezes pequenos empresários.

O terceiro capítulo analisa, através das pesquisas feitas em jornais durante os anos de 1997 e 1998, o final de um período e a inauguração de um outro tempo. Também nesse

capítulo final as entrevistas são transpostas e analisadas, permitindo que uma história de tempo e trajetória seja narrada pelos próprios personagens principais.

CAPÍTULO I - O CAMELÓDROMO DE PELOTAS E “AS COISAS DO PARAGUAI”

Em 2004, por quatro meses trabalhei em uma banca por mim alugada, no interior do Camelódromo de Pelotas. No mesmo período escrevia o meu trabalho final para a Especialização em Sociologia e após um estranhamento inicial de ambas as partes, passou-se a um contato mais estreito com alguns trabalhadores, o que permitiu que, com alguns, conversasse quase que diariamente sobre a atividade de trabalho deles. Iniciou-se já naquele ano a opção por um método de análise qualitativo, pautado nas falas dos trabalhadores, através de inúmeras conversas informais. Dessa forma estabeleci com os entrevistados tanto uma relação de pesquisadora que estava ali para observar, perguntar e escutar, assim como de uma “colega de trabalho”, podendo me familiarizar com o que era referido nas falas.

Durante aquele período fiz vínculos pautados nos encontros quase diários e de longa jornada de trabalho com meus “vizinhos de banca”, descobrindo um pouco sobre seus passados e como pensavam e viam o fato de exercerem a atividade de camelôs. Passei também muitas dessas tardes escrevendo no interior da banca, não somente sobre como se revelava a experiência em campo, mas inclusive o próprio texto do trabalho de conclusão da Especialização em Sociologia.

O estudo a cerca do Camelódromo de Pelotas se justifica, portanto, dentro da minha trajetória acadêmica, e nesse sentido a continuidade no tema, assim como a opção por prosseguir com as pesquisas no mesmo espaço, me permitiu seguir atualmente uma análise com viés etnográfico⁵. Ainda no ano de 2004, convivi de maneira mais próxima com quatro trabalhadores que se dispunham em três bancas “vizinhas” à minha. Naquele momento, indagava a respeito de ser o trabalho informal e especificamente a atividade exercida pelos camelôs parte e fruto de um processo mais geral de desemprego, portanto, a pergunta principal estava pautada no fato de ser ou não este universo um território e uma solução ao desemprego formal. Tal questão se desdobrou empiricamente na descoberta durante a

⁵ Etnografia entendida a partir das concepções de Clifford Geertz (1978, p.20) que diz em tom poético que: “Fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento imodulado” [...].

pesquisa de campo, de trabalhadores que nunca haviam tido até então uma experiência de trabalho formal, questão que por si só já seria suficiente para uma pesquisa na área da sociologia do trabalho, levando em consideração as modificações experienciadas de maneira mais intensa nos últimos vinte anos no interior do mercado de trabalho brasileiro, que produziram uma crescente e substancial presença de trabalhadores atuando em pequenos negócios, os denominados trabalhadores “autônomos” e/ou por “conta própria”.

1.1 Breve Discussão sobre o Conceito de Informalidade

Em tal contexto, cabe resgatar a trajetória do conceito de informalidade no Brasil, assim como esboçar algumas questões que se referem à interpretação sociológica e antropológica, referente a trabalho e trabalhadores (as) informais, apresentadas em estudos da área.

Tal procedimento possibilita confrontar algumas interpretações produzidas nos últimos anos com a realidade empírica, analisada pela pesquisa e focalizada nos trabalhadores que exercem suas atividades no interior do Camelódromo entre os anos de 1997 a 2007.

O conceito de informalidade não supõe um consenso entre os pesquisadores; pode-se assim pensar o setor informal em relação à sua precariedade e pobreza, produzida pelos baixos rendimentos e pouca diferenciação entre capital e trabalho; a sua força e intensidade nos centros urbanos; ao não cumprimento da legislação trabalhista, e, ainda, a ilegalidade do mesmo e o grau desta, de acordo com a ocupação.

No caso dos camelôs aqui referenciados, a ilegalidade diz respeito ao não cumprimento das legislações trabalhistas, com exceções verificadas em campo, mas, mesmo assim situação ainda bastante presente e a revenda de mercadorias sem notas fiscais, ao contrabando e/ou pirataria de mercadorias, as quais as mais comuns e principais são: cigarros, aparelhos eletrônicos, brinquedos em geral e nos últimos anos de maneira mais intensa CDs (de músicas, de videogames e programas de computador) e DVDs (basicamente filmes).

Ponto em comum entre as diferentes interpretações sociológicas é de que não há uma homogeneidade do fenômeno informalidade, visto as diversas ocupações e o grau de desenvolvimento destas. Por esse motivo tal conceito encontra-se em meio a constantes discussões teóricas e divergentes práticas políticas, pois sua definição é imprecisa e controversa, dependendo do local em que as variadas falas sobre o tema são expressas e

produzidas, assim como as interferências, estratégias e respostas a um jogo de forças e poderes, claramente diferenciais entre os atores envolvidos.

Entre os trabalhadores pesquisados, a concepção sobre formalidade/informalidade não pode ser descrita de maneira objetiva ou clara, pois está pautada, sobretudo, na construção de suas identidades de grupo, reverenciada em um espaço comum e compartilhado, que sugere, a partir de suas falas, que não podem ser incluídos ou excluídos totalmente por nenhum dos dois termos. São formais, a partir do fato de que muitos se encontram com suas atividades registradas como micro-empresários, assim como poderão ter rendimentos “estáveis” e contratar funcionários obedecendo à legislação trabalhista. Mas são também informais, na medida em que, ao mesmo tempo em que abarcam as características descritas, estão expostos e sofrem de maneira constante as penalidades advindas de infração legal, pois muitos exercem suas ocupações tendo por base a comercialização de mercadorias contrabandeadas e/ou pirateadas, configurando dessa forma crime.

Entre os estudiosos o tema poderá ter interpretações discordantes ou complementares, que sugerem as diferenças entre algumas linhas do pensamento correlatas entre si e as distintas posturas metodológicas assumidas pelos pesquisadores. As problemáticas elaboradas por esses têm se mostrado bastante diversificadas, se traduzindo em um intenso debate, entre o que considerar fundamental e porque, vindo a demonstrar e comprovar o quão oportuna é essa discussão pela sua relevância quantitativa e qualitativa na produção de trabalho, renda e consumo para uma quantidade substancial de indivíduos em diferentes cidades do Brasil.

Cada vez mais as questões das ocupações formais e/ou informais são o centro das discussões sobre como os sujeitos convivem com a importância imprescindível de possuir um trabalho, e como esse se tem reconfigurado no interior dos centros urbanos, a partir dos processos de globalização, flexibilização econômica e desemprego, nessa ordem.

No interior dos órgãos públicos – federais, estaduais e municipais - a questão da informalidade é tratada com punições e/ou políticas ilusórias criadas no interior dos gabinetes. Pode ser crime em se tratando de atividades ilegais como a exercida pelos camelôs que compram e revendem mercadorias em grandes centros atacadistas formalizados fora do país e executam a passagem ilegal dos mesmos pelas fronteiras caracterizando o contrabando, ou da mesma forma a pirataria, sobretudo de CDs e DVDs que só são produzidas com o auxílio tecnológico de grandes multinacionais, que vendem no mercado formal equipamentos que

executam as reproduções dessas mídias para os consumidores em geral, muitos dos quais a transformam em uma forma de rendimento consideravelmente alto⁶.

Existe, inegavelmente, uma grande contradição entre os produtores de *software* e *hardware*. É do interesse dos produtores de *hardware* vender máquinas que possam copiar facilmente. E é exatamente isso que os produtores de filmes, de música e editores de livros odeiam. O risco de ter seu produto copiado extensivamente e com boa qualidade no dia seguinte ao lançamento faz com que hesitem em colocar seus artigos nas redes a cabo, por exemplo. O que vemos, portanto, são contradições internas dentro de imensas corporações que produzem tanto *software* quanto *hardware*. Esses setores estão de fato competindo entre si, com interesses diferentes (SMIERS: 2006 p.101).

Em relação às fantasias mencionadas, talvez seja uma forma mais agradável para se caracterizar as “soluções” excludentes promovidas pelos órgãos públicos municipais de transformar trabalhadores informais em formais, que muito em breve, e na sua grande maioria, retornarão à informalidade, pois não disponibilizarão de recursos para cobrir os custos de se manterem na formalidade⁷ novamente deixando vagos esses espaços que sob o rótulo da legalidade, são extremamente instáveis.

A abrangência e o significado do termo informalidade apresentam-se como frágeis, contraditórios e manipuláveis pelo sistema e modelo político adotado ao longo do tempo, assim como responde à ação dos atores sociais que constroem identidades e possibilidades em novas e antigas atividades informais, que cobrem um vasto período. O trabalho formal construiu uma história pautada em suas metamorfoses, da mesma forma que a informalidade também o fez.

Por outro lado, definições consensuais são pouco prováveis que apareçam, pois cada vez menos se acredita que tal postura seja realmente válida ou requerida, tanto entre trabalhadores, quanto entre pesquisadores. Por este motivo o campo que se abre à compreensão dessas aparentes incoerências continuará a ser necessário e importante nos próximos anos.

Para Pinheiro e Álvaro (2006, p.3-4) se destaca na produção sobre o tema duas perspectivas principais:

A primeira corresponde à abordagem ortodoxa, a qual concebe a informalidade como uma solução voluntária adotada pelos atores

⁶ A pirataria responde por um movimento de US\$ 200 bilhões por ano (Smiers: 2006, p.95), existindo no Brasil o Dia Nacional de Combate a Pirataria, que foi divulgado pela imprensa como sendo 3 de dezembro.

⁷ Pagamentos dos impostos, contratação de contadores, custos fixos e diários, para ficarmos apenas com os mais comuns dos inúmeros empecilhos de ser um trabalhador autônomo no Brasil.

econômicos, como forma de fugir dos encargos e regulações típicos do setor formal. Para os seguidores desta linha, a informalidade pode ser reduzida pela adoção de políticas de flexibilização e pela redução de intervenção do governo. [...] Uma outra visão é revelada por uma perspectiva estruturalista, introduzida, entre outros, pelo *Regional Employment Program for Latin América and Caribbean* (PREALC). Nesse caso, a informalidade é encarada como uma estratégia residual dos agentes econômicos que são excluídos do mercado formal de trabalho. As propostas que acompanham essa visão enfatizam que o crescimento da informalidade só pode ser revertido mediante a adoção de políticas que incentivem a transformação industrial e a absorção de mão-de-obra no setor formal.

Além dessas, há a perspectiva antropológica que se constituiu em um mesmo período que as primeiras concepções, ou seja, falou-se pela primeira vez de setor informal em 1972 durante a conferência da Organização Internacional do Trabalho e em 1973 o antropólogo Hart avançou sobre o tema. Segundo Cunha (2006, p.220) tal teoria foi constituída:

[...] para qualificar, no contexto de Gana, os rendimentos instáveis provenientes de atividades econômicas fora do alcance regulamentar do Estado. Porém, e para situar o que continua a identificar a perspectiva antropológica face aquela que tende desde essa altura a prevalecer noutras disciplinas, em particular na economia é de precisar que Hart se referia não a um “setor” definido de antemão e inseparável de outros, mas a fontes ou oportunidades de rendimento, partindo a sua análise das pessoas e grupos domésticos.

No presente estudo a informalidade será compreendida e interpretada a partir de um grupo específico de trabalhadores tanto “formais”, quanto também “informais”, os quais exercem suas atividades no Camelódromo de Pelotas. Para auxiliar nesta abordagem uma extensa revisão bibliográfica foi realizada, tanto no campo da Sociologia do Trabalho quanto da Antropologia, sendo encontradas inúmeras produções teóricas nesses terrenos que auxiliaram e inspiraram o trabalho realizado. Assim como também foi realizada uma pesquisa junto ao periódico local *Diário Popular*, entre os anos de 1997 a 1998, e ainda quatro entrevistas com representantes da Secretaria de Urbanismo de Pelotas, com o objetivo de refletir sobre o tênue limite entre formalidade e informalidade e a atual auto-gestão existente no Camelódromo, assim como os planos para o futuro desse lugar.

A atividade de trabalho realizada pelos camelôs não é somente parte de um “setor” informal, nem tão pouco sofre de uma precariedade hegemônica, visto que os tipos de trabalhadores presentes na atividade se diferenciam quanto aos rendimentos obtidos, capital disponível e histórias de vida.

As interpretações e relações entre suas atividades de trabalho e os termos formal/informal serão durante toda a pesquisa, inevitavelmente enfocados, para que possamos

nos referir aos conceitos de identidade e memória, utilizados em correlação com as técnicas de pesquisa e problemática elaborada e desenvolvida.

1.1.1 Mercado de trabalho no Brasil

O mercado de trabalho no Brasil passou por uma série de reformulações, principalmente a partir dos anos 1990, que interferiram de maneira decisiva para a geração de um contingente substancial de trabalhadores vivendo “por conta própria”, e entre esses se ressalta os camelôs.

O incremento das tecnologias produtivas, assim como as exigências de especialização, desempregaram ou nunca empregaram muitos dos trabalhadores que se encontraram, a partir de então, disputando e concorrendo em um “outro” mercado, em uma “outra” economia, que não a formal ou informal, que se produz pela junção indiscriminada desses dois termos sempre correlatos, com suas explicações objetivas e subjetivas, análogas às regras, estratégias e riscos muito próprios e particulares, em se tratando da atividade dos camelôs em geral.

A informalidade está, nesse e em outros aspectos, ligada e entrecruzada com a formalidade, e é esta que permite, sustenta e manipula a sua existência dentro de uma economia capitalista, que tem o poder de fazer crer, no sonho ou realidade, de que é possível se ser autônomo em relação à atividade de trabalho.

Os primeiros estudos efetuados sobre a informalidade falavam das atividades incluídas nesta esfera como “marginais e secundárias”. Assim sendo, é importante retomarmos as teorias da *marginalidade*, que se referiam ao fenômeno da pobreza no Brasil e em outros países da América Latina, especificamente no que diz respeito às contradições ligadas ao modo capitalista de produção entre os anos de 1950 e 1970.

Segundo Kowarick (1977), o fenômeno da marginalidade é o efeito social do processo de expansão capitalista na América Latina, que gerou a exclusão dos benefícios possíveis nas sociedades industriais, a vastos segmentos da classe trabalhadora. Tal exclusão se caracteriza pela baixa qualidade da moradia, dos serviços de saúde, dos transportes e pelas condições precárias de trabalho, relacionadas ao chamado trabalho informal.

Para o mesmo autor, essa *massa marginal* desempenharia o papel de exército industrial de reserva. O exército industrial de reserva, tal como concebido por Marx, diz

respeito a uma população trabalhadora excedente, mas necessária para acumulação de riquezas e condição de existência do modo de produção capitalista. A função deste seria oferecer uma força de trabalho farta ao capital nas conjunturas de expansão econômica, contribuindo permanentemente para a redução dos preços desta força de trabalho no mercado.

Nun (1999) contrapõe-se a Kowarick (1977), no sentido de que essa *massa marginal* não teria mais uma função positiva para o sistema capitalista⁸, na medida em que esses trabalhadores não seriam mais integráveis ao processo de acumulação de capital em sua fase monopolista, que exige trabalhadores cada vez mais qualificados, escolarizados e em menor quantidade:

Minha tese da massa marginal buscou questionar o hiperfuncionalismo de esquerda, para o qual até o último camponês sem terra da América Latina (ou da África) aparecia como funcional para a reprodução da exploração capitalista. Procurei mostrar que em muitos lugares, ao contrário, crescia uma população excedente que, no melhor dos casos, era simplesmente irrelevante para o setor hegemônico da economia e, na pior das hipóteses, se convertia em perigo para a sua estabilidade. Isto expunha a ordem estabelecida ao problema político da gestão desses excedentes não funcionais de mão de obra, a fim de evitar que se tornassem disfuncionais. Assim, sugeri que uma das estratégias de afuncionalização mais difundidas era a que levava - a contrapelo da percepção sociológica convencional - à diminuição da integração do sistema em termos de propiciar maior integração social. Se o *apartheid*, em suas diversas formas, era o exemplo mais extremo desta estratégia, também a literatura sobre o dualismo estrutural ou os guetos urbanos proporcionava ilustrações abundantes (NUN:1999, p.49).

Acredita-se, hoje, que a tese de massa marginal, formulada por Kowarick, não é mais possível de ser aplicada às realidades de vida de um mercado de trabalho como o brasileiro. Em nosso país, a categoria trabalhador semi-qualificado foi historicamente produzida pela baixa preparação profissional e escolar, assim como de um conhecimento acadêmico por longo tempo importado, que nos comparava sempre com um modelo de evolução econômico e capitalista a ser copiado dos países considerados desenvolvidos.

Nun (1999) possibilita compreender melhor o processo que se seguiu às reestruturações produtivas, que se define pelo número cada vez maior de indivíduos atuando na informalidade, gerando, assim, através de si mesmos, em um mercado com poucas barreiras, a entrada, as condições de estarem exercendo uma atividade. Trabalhadores que compreendem a si mesmos e o seu trabalho sob a perspectiva da informalidade e da imprevisibilidade das mudanças, riscos e ritmos próprios que essa atividade comporta.

⁸ Afinal mais de vinte anos se passaram (Kowarick, 1977) e a ausência das pretendidas mudanças, não foram possíveis de serem realizadas.

A diferenciação entre setor formal e informal foi e ainda é assim definida:

O segmento formal apresentaria as seguintes características: defronta-se com barreiras à entrada; depende de recursos externos; a propriedade do empreendimento é impessoal; opera em larga escala; utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada; a mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio da escolaridade formal; atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas, etc. Para o setor informal, as características seriam contrárias às anteriores: há facilidade de entrada; o aporte de recursos é de origem doméstica; a propriedade do empreendimento é individual ou familiar; opera em pequena escala; os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada; a mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal; atua em mercados competitivos e não regulados (MELO; TELES: 2000 p.3).

Duas características fundamentais distinguiriam o trabalho informal. Em primeiro lugar não há uma separação entre capital e trabalho.

É o produtor direto de posse de instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários que, juntamente com a mão-de-obra familiar ou com auxílio de alguns ajudantes, executa e simultaneamente administra uma determinada atividade econômica (CACCIAMALI: 1991 p.121).

A outra característica diz respeito à ilegalidade e/ou irregularidade existente no setor informal, que de maneira geral abrange a grande maioria dos trabalhadores, em atividades diversas não registradas oficialmente.

A partir dos últimos dez anos, o conceito da informalidade foi além das primeiras interpretações, que indicavam para um decréscimo do setor, assim como uma incorporação progressiva dos trabalhadores nessa condição ao segmento formal.

Para a economista Beatriz Azevedo (1984, p.171), seria necessário incorporar à análise a articulação das várias formas de produção e o modo pelo qual as formas subordinadas têm seu funcionamento determinado pelo todo, pois a partir da idéia de articulação,

[...] seria possível superar a visão dessa produção como algo totalmente disfuncional, como queriam as abordagens iniciais, ou totalmente funcional como querem as teses mais recentes. Isto porque a noção de articulação permite entender que a dominância do modo de produção capitalista não significa que o capital tenha o controle absoluto sobre todas as relações que se estabelecem na economia. Pelo contrário, admitir que o capitalismo tem-se desenvolvido, historicamente de forma desigual e combinada pressupõe admitir a existência de contradições a nível das forças produtivas, ou seja, que possam se estabelecer formas de organização não tipicamente capitalistas subordinadas ao capital, mas de forma contraditória. Na

verdade, a dominância do modo de produção capitalista não pressupõe de modo algum, que a articulação entre as diversas formas de produção se verifique de maneira harmônica ou funcional.

Constata-se que as atividades de trabalho consideradas informais estiveram presentes na sociedade brasileira e que permanecem, na atual fase, ligadas de maneira mais ou menos intensa, dependendo da atividade informal, ao modo de produção capitalista, sendo produzidas por esse e, portanto, intrínsecas ao seu sistema.

O capitalismo não destrói, mas mantém, reproduz e fomenta as formas de trabalho ditas informais. Nesse sentido, problemas como desemprego podem e são atenuados e/ou mascarados através das atividades de trabalho informais.

De maneira ideológica, a informalidade pode ser considerada um conceito forte, pois através da sua disseminação foram criadas políticas de apoio por parte do Estado.

Dos estudos do PREALC, resultaram uma grande quantidade de relatórios e informes técnicos sobre a situação dos países investigados do ponto de vista da sua estrutura ocupacional e de renda. As sínteses destes trabalhos foram posteriormente publicadas em revistas especializadas da região. Deste modo, a interpretação do PREALC sobre o problema do emprego foi incorporada por vários organismos internacionais, pelos governos e pela literatura econômica.[...] deve-se ao PREALC, a descoberta da existência da informalidade na esfera produtiva daquelas economias como uma forma de conter várias situações ocupacionais, criando um paradigma que foi progressivamente incorporando novos argumentos na construção de categorias para a análise (TOMAZINI:1995, p.3).

Segundo Hugon (1997) e Theodoro (2000) seria possível identificar três fases do conceito de informalidade. Estas fases foram fruto das diversas interpretações sobre o assunto que surgiram em momentos históricos diferenciados. Theodoro (2000) denominou tais fases como: técnica, política e subsidiária.

A *abordagem técnica* tem sua origem na década de 1970 no Brasil e dizia respeito à questão da inserção desses trabalhadores no processo produtivo do capitalista moderno.

Dentro desta perspectiva, a grande quantidade de trabalhadores sem empregos, no setor formal, seria progressivamente extinta assim que se atingisse um determinado grau de desenvolvimento capitalista.

A modernização e o progresso melhorariam a qualidade de vida dos indivíduos. Essas análises eram fortemente alicerçadas numa perspectiva dualista, que diferenciava formal e informal, moderno e tradicional, numa ótica otimista e evolucionista.

Conforme Theodoro (2000, p.15), sob essa perspectiva tinha-se:

[...] uma percepção insuficiente das condições de reprodução desse universo reconhecido como setor informal, e mesmo, de outra parte, uma crença exacerbada na capacidade transformadora do Estado, herança do pensamento desenvolvimentista.

A *abordagem política* passou a ser introduzida a partir da segunda metade dos anos 1980. Nesse momento não se dizia mais, como antes, que a informalidade seria algo passageiro, pois o discurso sobre a informalidade estava alicerçado sob a ideologia do empreendedorismo. A informalidade se consolidaria como “[...] um dos pilares da absorção e da reprodução da força de trabalho” (THEODORO: 2000 p.23). As políticas governamentais se deslocaram do âmbito do emprego para políticas sociais, de estímulo aos pequenos empreendimentos e igualmente mostraram-se ineficazes.

No contexto da crise econômica e financeira do início da década de 1980, e da generalização de políticas de ajuste e desregulamentação, o setor informal apareceu, aos olhos de alguns, como o remédio milagroso. A questão levantada pelas organizações internacionais desviou-se parcialmente da pobreza e do emprego, para a emergência das microempresas e da alternativa que estas poderiam representar face ao setor público e às grandes indústrias. Em um contexto de crise financeira, devido à ineficiência das grandes organizações, ao fracasso dos grandes projetos, alguns vêem nesse setor a panacéia ou um modelo alternativo de desenvolvimento, imagem da vitória do mercado contra o Estado ou da “beleza” dos pequenos (HUGON: 1997, p.35).

Segundo Theodoro, a situação atual em relação à informalidade pode ser chamada de “*subsidiária*”, e se estabeleceu no início da década de 1990. Esta nova fase diferencia-se das duas anteriores na maneira de tentar compreender as especificidades da informalidade. Isso talvez aconteça por não se ficar insensível aos dados.

Se calcula que la economía informal emplea al 75 por ciento de los trabajadores de América Latina, que contribuye con alrededor del 40 por ciento al PIB de la región y que, durante los 15 últimos años, ha supuesto el 70 por ciento del total de empleos creados. En la última Cumbre de las Américas, celebrada en Mar del Plata en 2005, se plantearon inquietudes respecto de la pobreza y la informalidad crecientes, y se subrayó la importancia de promover metas para la formalización de las unidades de la economía informal y de sus trabajadores. Del mismo modo, el trabajo decente en la economía informal polarizó la reunión regional de la OIT celebrada en Brasilia en 2006. La formalización progresiva de la economía informal a través de la eliminación de los principales factores jurídicos y administrativos dentro de los diez próximos años fue adoptada como meta clave de política por los mandantes tripartitos de la agenda hemisférica

2006-2015 de la OIT para las Américas (Oficina Internacional del Trabajo, Ginebra, marzo de 2007).

O “apoio” dado pelo Estado aos trabalhadores informais no Brasil tem-se ampliado nos últimos anos. Tal processo está ancorado no fornecimento de linhas de crédito para os trabalhadores informais financiarem suas atividades, através de instituições financeiras associadas ao governo federal. A partir disso é observado que tais instituições de crédito e o próprio Estado tendem a associar os trabalhadores informais a “pequenos empresários”.

O que se procurou mostrar através da descrição dessas “fases” do conceito da informalidade é a existência de uma clara dificuldade analítica, fruto de interpretações diversas do que vem a ser a informalidade e sua prática. Interpretações técnicas, jurídicas e dos próprios trabalhadores são, em sentido e significado, divergentes.

O significado de “informalidade” depende, sobretudo, do de “formalidade” em cada país e período, e, embora isso seja evidente, as análises sobre o tema tendem a ignorar a noção contraposta da qual ela deriva (NORONHA: 2003, p.11).

As referências teóricas se encontraram permeadas por uma pluralidade de discursos e diálogos, em concordância com uma também diversidade de situações possíveis de serem experienciadas pelos atores sociais.

A partir disso, o trabalho informal e os trabalhadores informais se adaptaram e produziram uma diversidade de atividades possíveis para lograr sobreviver às transformações estruturais que os condenavam a serem eternamente trabalhadores sem trabalho. Muitos buscaram, nem todos conseguiram, mas as tentativas, e em muitos casos, conquistas para reverter esse panorama, tornam viável rever a relação entre desemprego, subemprego e informalidade.

A informalidade pode ser compreendida e interpretada não apenas como território do desemprego, mas como alternativa real de vida e trabalho, espaço de sociabilidades e identidades, no qual os atores constroem significados próprios, distintos e compartilhados. Sentidos forjados em lutas cotidianas por suas trajetórias/identidades individuais e coletivas, construídas e inscritas no fluxo contínuo das incertezas, mudanças e transitoriedade imposta pelo social e político que atua no sujeito, em tempo e espaço determinado.

Assim a palavra informalidade acaba por se tornar inadequada.

Esse termo é seguramente impróprio, pois designa uma realidade negativa e supõe uma ausência de estrutura ou forma. Ora, as pequenas atividades

urbanas são organizadas e estruturadas socialmente, mesmo que sua organização não remeta à codificação e às regras oficiais ou esperadas (HUGON: 1997, p. 36).

O que se depreende do balanço teórico aqui efetuado é que as análises sobre o tema exigem uma contribuição e construção teórica passíveis de novas leituras e acréscimos sobre os aspectos subjetivos da informalidade. Nesse sentido é que a pesquisa incorpora uma abordagem qualitativa que privilegia os discursos dos sujeitos envolvidos e a criticidade desses em relação as suas identidades de grupo no trabalho.

1.2 Procedimentos Metodológicos: História Oral Temática, Etnografia e Pesquisa Documental em Jornais

Os Informantes:

As afirmativas tecidas são fruto de um trabalho de pesquisa que leva em consideração os discursos de treze trabalhadores com quem tive um contato mais estreito durante esses quatro anos, sendo que dessas entrevistas, nove compõem o último capítulo da dissertação.

Os relatos dos trabalhadores estão inseridos no texto de forma fragmentada, a partir de subtítulos correspondentes aos temas recorrentes em todas as falas e que ajudam a perceber esse universo a partir das identidades que o compõem. As entrevistas foram construídas a partir da metodologia da história oral temática desses trabalhadores, partindo de um roteiro pré-estabelecido, que não impediu, nem determinou de maneira fechada as suas narrativas, pois essas foram livremente abordadas, mas os trabalhadores se fixaram nas suas atividades de trabalho como camelôs. Com pontos em comum e divergências, coube a cada entrevistado determinar aquilo que para si era o mais importante sobre a sua história na atividade de trabalho.

Também foi efetuada uma pesquisa no jornal *Diário Popular*, periódico diário da cidade de Pelotas, que cobriu os anos de 1997 a 1998, período imediatamente anterior à saída dos camelôs do entorno do Mercado Público Central e que foi pautada por uma forte tensão entre poder público municipal, camelôs e opinião pública na cidade de Pelotas.

Por fim, foram realizadas quatro entrevistas com representantes da Secretaria de Urbanismo da cidade, sendo que entre esses, merece destaque o encontro com Ércio

Fernandes, atual coordenador do setor de ambulantes da cidade, e que atua na Fiscalização dos ambulantes desde 1972 na cidade de Pelotas. Este forneceu informações importantes para a pesquisa, dentre as quais merece destaque o fato de que Ércio executou, com o passar dos anos na atividade, uma organização criteriosa da memória a partir da história documental, não somente da atividade dos camelôs, como também de outros trabalhadores que exercem suas atividades de forma ambulante.

As falas serão mantidas sem correções, como já dito anteriormente (com exceção de Dilva que solicitou que fosse feita uma correção ortográfica em sua entrevista antes de incluí-la), uma vez que representam muito do universo no qual os trabalhadores estão inseridos.

Sendo assim, as inúmeras conversas informais e entrevistas em profundidade com os trabalhadores que até março de 2008 ainda exerciam suas atividades no Camelódromo de Pelotas englobaram tanto o cotidiano do lugar e da atividade que realizavam, quanto as trajetórias individuais bastante heterogêneas, porém comuns, no fato de estarem naquele momento dividindo o mesmo espaço e atividade.

Através desse contexto, foi possível compreender muito da lógica, regras e estratégias que compõem o exercício dessa atividade na cidade de Pelotas, especificamente no interior do Camelódromo, mas com inúmeros pontos de conexão, com pesquisas sobre o mesmo tema em diferentes centros urbanos do país, que privilegiam o método e leitura etnográfica e sua relação com os conceitos de identidade e memória, para a produção de análises no campo da Antropologia e Sociologia Urbana⁹, isso porque, em conjunto com o método de pesquisa, pautado na História Oral Temática, as entrevistas realizadas possibilitaram compreender não somente fatos que aconteceram de maneira isolada e específica, mas histórias que foram construídas dentro de um contexto universal.

A pessoa que entrevistamos é ao mesmo tempo produto e produtora de toda uma rede em torno dela, e mesmo que nosso objetivo de pesquisa seja apenas investigar *um* aspecto, toda essa rede de tensões e representações da realidade está presente, e vai atuar na dinâmica da entrevista (SIMSON: 1997 p.30).

É importante compreender dessa forma os diferentes imaginários que habitam esse território, expressos em histórias individuais distintas, mas que levam sempre em consideração o espaço em comum partilhado pelos trabalhadores e o fato de “estarem fazendo parte desse grupo”.

⁹ Sobre o assunto ver também MACHADO:2005; REIS: 2006; ROCAHA & ECKERT:2000; SILVA: 2003.

Num sentido mais convencional, o imaginário opõe-se ao real, na medida em que, pela imaginação, representa esse real, distorcendo-o, idealizando-o, formatando-o simbolicamente. Numa acepção mais antropológica, o imaginário é uma introjeção do real, a aceitação inconsciente, ou quase, de um modo de ser partilhado com outros, com um antes, um durante e um depois (no qual se pode interferir em maior ou menor grau). O imaginário é uma língua. O indivíduo entra nele pela compreensão e aceitação das suas regras; participa dele pelos atos de fala imaginal (vivências) e altera-o por ser também um agente imaginal (ator social) em situação (SILVA, JUREMIR: s/d, p.2).

As histórias de vida desses trabalhadores são carregadas tanto de razões para o seu estar no mundo ocupando essa posição e não outra, quanto de não-razões para prever um futuro em um meio de vida tão instável, onde riscos oriundos do contrabando, pirataria e sonegações fiscais se materializam nas incontáveis histórias de perdas de mercadorias acarretando prejuízos, endividamentos e resultando para alguns, na impossibilidade de continuar a trabalhar como camelô e, portanto, de ter para si uma ocupação, que apesar dos delitos e infrações do ponto de vista legal, é considerado pelos entrevistados como um trabalho digno.

O Cenário:

Como já disse, durante quatro anos estabeleci contatos e frequentei o Camelódromo de Pelotas com regularidade, o que possibilitou a obtenção de depoimentos realizados em profundidade. Um dos fatos a ser considerado é a dificuldade entre os entrevistados em prever para si planos ou futuro longe da atividade. Em sua maioria, e independente dos rendimentos obtidos, a visão de futuro desses trabalhadores encontra-se fortemente vinculada às suas vivências no presente, denotando, assim, sentimentos partilhados e pautados na continuidade na atividade, como se esta operasse independente das contingências externas.

Diferentes imaginários se cruzam e se confrontam em um espaço de repetição, competição, inimizades, mas também de trocas e ajudas mútuas, como favores e auxílios percebidos e retribuídos em momentos decisivos de tensão e medo que podem e são provocados, na maioria das vezes, pelo fantasma sempre presente da perda, através das apreensões efetuadas. Essa loteria de sorte e azar “na estrada” e fora dela determina até que ponto o sucesso atrelado ao lucro material poderá chegar, sendo que fator decisivo para isso é que o próprio camelô assuma para si os riscos, não delegando a outros a difícil tarefa de atravessar as fronteiras do país com as mercadorias contrabandeadas.

A união instável e por vezes quase invisível, por ser sutil e precária, acomoda os cotidianos que podem ser em determinados momentos bastante tensos e estressantes, gerando contradições e distorções que fazem também parte da história desse grupo.

Existem hoje no interior do Camelódromo quatrocentas bancas, das mais variadas mercadorias: roupas, artigos eletrônicos, brinquedos, bolsas, maquiagem, óculos, entre outras, além de quatro bancas que funcionam como lancherias e executam o trabalho de receber os pedidos e fornecer almoços e lanches para os trabalhadores em suas bancas. De outra forma, inúmeras pessoas transitam no transcorrer do dia vendendo todo tipo de lanches a preços que variam de R\$1,00 a no máximo R\$2,00 com direito a um copo de suco.

Nesse universo estende-se uma concorrência baseada no igual, ou seja, é importante ter a mesma mercadoria do concorrente correspondente, de preferência em maior quantidade e diversidade, ou seja, ser “forte”, “ter uma banca forte”. Essa noção foi expressa de maneira bastante objetiva por Antônio durante a entrevista realizada e encontra-se descrita no último capítulo da dissertação.

O dia começa cedo, 9 horas todas as bancas já estão abertas, algumas há pelo menos uma hora e meia antes desse horário. Segundo Antônio Ferreira, [...] é um prazer todo dia que amanhece poder vir prá cá....venho de domingo a domingo, trabalho 12 horas por dia no inverno e 14 horas no verão [...] ¹⁰.

Em geral o movimento não cessa até às 20 horas, com bancas dispostas em quatro corredores, cada corredor dividindo-se em dois. Cortando-os existe uma passagem sem bancas onde ficam os banheiros, o telefone público e, atrás deste, o escritório da Associação do Camelódromo. Passa-se o dia nesse espaço sem que se possa ver direito o sol; as bancas ficam embaixo da cobertura metálica composta por 50 toneladas de ferro, mas cada qual com suas paredes e tetos bastante baixos. Alguns vendedores fecham com lonas ou lençóis o final dos corredores de onde seria possível ver a rua. Isso ocorre, segundo eles, para minimizar os efeitos nocivos do sol em algumas mercadorias, assim como para se protegerem do frio ou chuva, o que acaba gerando reclamações por parte de outros camelôs, principalmente no verão, quando tal sistema impossibilita que correntes de ar tornem o local um pouco menos abafado e quente para a maioria dos trabalhadores.

Os corredores são estreitos e as bancas compostas de um box, bastante pequenas. Encontram-se lado a lado e dividindo espaço com bancas maiores compostas por dois pontos ou mais, denotando o fato de que com o passar dos anos, os camelôs começaram a negociar

¹⁰ Entrevista realizada pela autora no dia 12/09/07 com Antônio Ferreira no Camelódromo de Pelotas.

seus pontos, como faziam anteriormente no entorno do Mercado Público Central de Pelotas¹¹, vendendo bancas e/ou alugando, sendo que para alguns isso tornou-se também uma fonte de rendimentos e “estabilidade” no interior da atividade.

No corredor em que fiquei durante quatro meses, ainda durante o ano de 2004, foi possível observar uma forte relação de vizinhança, que se estabelece em virtude da proximidade física e das afinidades em comum, partilhadas, sobretudo, na maneira de exercer a atividade, mas também perceptíveis na linguagem, no modo de se vestirem, na ligação que estabelecem com o dinheiro¹², e que se estende entre os ocupantes de cada corredor específico no interior do Camelódromo.

1.3 As Identidades que tecem a problemática da pesquisa

Indagando hoje sobre o fato de existir uma identidade de grupo, penso que esta existe partindo dos pressupostos que lhe são essenciais, ou seja, identificação com a atividade de trabalho que optaram por exercer, representação expressa em uma postura e lógica de trabalho compartilhada e aceita pelos membros do grupo e alteridade proclamada nas diferenças entre tais trabalhadores e outros, mesmo quando os outros compartilham da mesma atividade, porém em lugares diferentes. Sendo assim, as identidades são também negociadas e não somente defendidas ou afirmadas.

O espaço em comum compõe e ressignifica as identidades de grupo desses trabalhadores pautadas no trabalho, no sentido atribuído por Michel de Certeau (2001, p.202-203), que diz, “o espaço é um lugar praticado”, sendo que “os relatos efetuam, portanto um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares”. O espaço é assim a matéria-prima da memória e tem o papel de operar sobre essa, dando sentido às narrativas. Nessa perspectiva, o desaparecimento das bancas de camelôs do local que ocupavam para o exercício de suas atividades, no entorno do Mercado Público Central, acentua os esquecimentos coletivos sobre as inúmeras dificuldades físicas que eram sentidas e

¹¹ Do qual saíram em 1997, após dez anos de permanência.

¹² Foi percebido um modo de se vestir próprio dos camelôs. Entre mulheres e homens é comum o uso de pequenas bolsas colocadas em torno da cintura, tal como cintos, em que é colocado o dinheiro e não é incomum o fato de em diversos momentos do dia retirem notas de dinheiro do bolso ou dessa pequena bolsa para conferirem os seus faturamentos no transcorrer do dia de trabalho. As roupas são bastante simples e despojadas e acompanham o modo de vestir que está na “moda” e pode ser visto entre diferentes pessoas pelas ruas, quem tem o hábito de fumar, fuma no interior do camelódromo dentro ou em frente às suas bancas.

percebidas naquele momento, como demonstram as matérias publicadas, quase que diariamente, entre os anos de 1997 e 1998 no Jornal *Diário Popular*.

Nesse sentido a mudança experienciada pelos trabalhadores irá alterar a relação desses com o espaço que ocuparam no passado, assim como também vai passar a resignificar suas identidades no presente.

Acontecimentos fortes, tais como mortes, mudanças, causam alterações nas relações do grupo com o lugar e, a partir daí, não será mais o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva, nem mais as mesmas imagens, nem o mesmo ambiente material. A mudança física é sempre acompanhada por medos, desejos, angústias e ressentimentos (SIMSON: 1997 p. 225).

O que ficou daquele período para os trabalhadores entrevistados hoje, e que vivenciaram aquele momento, era de que suas vendas naquela época eram superiores. Tal fato não significa que isso acontecesse, por sua localização mais próxima ao centro comercial da cidade, mas sim porque durante aqueles anos, a quantidade de mercadorias comercializadas com sucesso era muito superior às de hoje, devido ao fato de que muitas eram oferecidas pela primeira vez aos consumidores, e como narra Roger¹³ causavam “deslumbramento” nos compradores.

O tempo de convívio enquanto pesquisadora inserida no grupo foi fundamental para a escolha da teoria que permeia a pesquisa, tecendo a relação entre os conceitos e a prática em campo. É identificado dessa maneira um *habitus*, capaz de estruturar a existência temporal e social e construir um sentido de mundo compartilhado entre esses trabalhadores.

Denys Cuche (2002, p.173) reforça o sentido do conceito ao afirmar que:

O *habitus* é também incorporação da memória coletiva, em seu sentido próprio. As disposições duráveis que caracterizam o *habitus* são também disposições corporais que constituem a “*hexis* corporal” (a palavra latina *habitus* é a tradução do grego *hexis*). Estas disposições formam uma relação com o corpo que dá a cada grupo um estilo particular. Mas Bourdieu observa que a *hexis* corporal é muito mais que um estilo próprio. Ela é uma concepção de mundo social “incorporada”, uma moral incorporada.

Falar em identidade é falar de construções elaboradas pelos indivíduos com finalidades específicas e pautadas por lutas tanto emancipatórias quanto defensivas. As identidades assim referidas organizam os significados (CASTELLS, 1999), não existindo fora de um contexto

¹³ Roger Farias, trabalhador que desde o ano de 1990 atua na atividade, fazendo parte do grupo de camelôs que foram retirados do centro histórico da cidade em direção ao atual Camelódromo.

empírico definido, sendo sempre relacionais, ou seja, permitem a distinção entre o nós e os outros. É por e através da idéia de alteridade que as identidades são construídas. Dependem, portanto, dessa noção, e surgem na relação e interação com o outro, assim como fazem parte, para Hall (1999), de um processo de diferenciação marcado pelas necessidades discursivas dos grupos sociais e, para Cuche (2002, p. 177), permitem, deste modo, definir a si mesmos, assim como suas práticas, consentindo que, como sujeitos, se localizem em um sistema social e sejam localizados socialmente.

É no espaço urbano, composto por diferentes centros comerciais no interior da mesma cidade, onde mais fortemente pode-se apreender o fenômeno das identidades aqui referidas, definindo o nós e os outros em termos do pertencimento ou afiliação grupal, que facultam na prática, e no caso específico dessa pesquisa, serem visualizados em termos de mercado e trabalhadores formais/informais, e também naquilo que os une e é motivo de disputas — o consumo,

[...] que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos (CERTEAU: 2001 p. 94).

A identidade do grupo de camelôs que saiu do centro histórico da cidade em 1998, para ocupar o Camelódromo de Pelotas, não é com certeza mais a mesma, até porque indivíduos são mais do que o reflexo de políticas urbanísticas que o levaram de um lugar a outro. São porta-vozes de significados diferentes e convergentes sobre a atividade de trabalho aqui descrita. Muitos dos entrevistados negam uma identidade pautada no ser camelô para assumirem uma identidade pautada no ser comerciante. Sendo assim, a contradição latente é a de representarem para si mesmos uma identidade (comerciantes), mas se apresentarem perante os outros como camelôs. É nessa teia de sentidos e significados sobrepostos que se delinea a complexidade do grupo pesquisado, explicitada por Silva (2003, p. 94) da seguinte forma:

[...] la identidad ofrece visiones frecuentemente complejas y contradictorias, pues no sólo se puede mirarla como un núcleo esencial que distinguiría un grupo de otro, sino que también se puede mirarla como contingente; o sea, producto de intersecciones de componentes diferentes, de discursos políticos y culturales y de historias particulares.

O Camelódromo é cercado por um espaço específico e as suas particularidades e diferenciações em relação a outros espaços ocupados na cidade para esse fim, não dizem respeito somente à sua história, que parte da retirada dos camelôs do centro Histórico da cidade de Pelotas em 1998, e sua reinstalação no atual ponto, ou ao modo semelhante como essa atividade vem-se desenvolvendo de maneira crescente no interior do mercado de trabalho e da economia brasileira como um todo¹⁴. Suas particularidades e diferenciações não versam também somente sobre a qualidade e/ou procedência das mercadorias comercializadas, mas sim, sobretudo, ao modo como os ocupantes do Camelódromo de Pelotas se sentem atualmente diferentes de outros também camelôs.

Os conflitos no decorrer destes anos foram tanto com o poder público municipal, que atualmente se abstém do que acontece nesse local¹⁵, como entre os trabalhadores. Suas diferenças, desacordos e concorrência muitas vezes foram mais fortes do que a relação de vizinhança entre bancas¹⁶. A oposição constante desses em relação às apreensões, narradas de forma sempre traumática, mas ao mesmo tempo esperada em um momento ou outro da atividade, são os elementos que contribuem para uma união instável, que se regenera e fortalece nos momentos de crise e tensão, em sua maioria provocados pelas apreensões das mercadorias a serem revendidas, nas estradas do território brasileiro ou fora delas, no interior do próprio Camelódromo e nas batidas policiais, que são constantes¹⁷.

As estratégias utilizadas para combater esse tipo de informalidade no Brasil oscilam entre a coação vinda, sobretudo, do governo Federal e Estadual contra a pirataria e o contrabando, a projetos que intencionam formalizar e transformar camelôs em micro-empresários. Nesse sentido, merece menção o projeto de ampliação do atual Camelódromo de Pelotas, a ser iniciado ainda este ano, pela Prefeitura Municipal, que com o auxílio do SEBRAE terá como meta formalizar os ambulantes. Tal ampliação visa fornecer ao lado do atual Camelódromo, hoje estacionamento do mesmo, 200 pontos para os camelôs que se encontram no centro da cidade, principalmente aqueles instalados na rua Marechal Floriano entre as ruas General Osório e Andrade Neves, assim como também se estende aos

¹⁴ No ano de 2003 tinham sido identificados pela pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre Economia Informal Urbana-ECINF no ano de 2003, 10.525.954 negócios vinculados à economia informal. Essa economia ocupou em 2003 um total de 13.860.868 pessoas, sendo que a atividade preponderante era o comércio, abarcando 65% dos trabalhadores informais.

¹⁵ Segundo a Secretaria Adjunta da SEURB, a arquiteta Lílian Schenatto, a Secretaria não teria mais controle sobre as decisões internas do Camelódromo.

¹⁶ Como comprovam as entrevistas que versam sobre esse ponto específico e que se encontram no último capítulo da dissertação.

¹⁷ “Brigada faz batida no Camelódromo: Operação desencadeada a pedido da Promotoria Criminal de Pelotas, que contou com a presença de 60 policiais, apreendeu mais de 30 mil DVDs e CDs piratas”(Diário Popular, 8/1/2008, p. 3).

ambulantes que vendem quase que exclusivamente relógios, situados no calçadão da rua Andrade Neves. Segundo o que Ércio Fernandes, coordenador do setor de ambulantes, demonstrou, com a apresentação de documentos, existe desde 2005¹⁸ uma lista de espera que conta hoje com 275 trabalhadores inscritos para as 200 vagas prometidas.

As apreensões, assim como uma autogestão passível de ser contestada na sua prática, pelos entrevistados, são elementos fortes e presentes nas falas e que compõem um cotidiano muitas vezes tenso e estressante entre trabalhadores. Desse universo surge entre alguns de seus membros a negativa contraditória, porém crítica, em relação ao que consideram ser de fato “camelôs”. Para esses seriam vendedores que trabalham nas ruas, ocupando espaços considerados impróprios e não regularizados, em geral com poucos recursos materiais, demonstrando, a partir disso o quanto esses trabalhadores, muitos deles que ocuparam o entorno do Mercado Central de Pelotas, se distanciaram do seu passado na atividade.

O panorama de rivalidade que em muitos momentos, além de narrado, foi por mim presenciado durante a pesquisa de campo, é pautado na alteridade e diferenciação entre trabalhadores que dividem um mesmo território: o do consumo. Destinados a essa atividade, os camelôs instalados no Camelódromo consideram que possuem um *status* diferenciado daqueles que vendem seus produtos na Rua Marechal Floriano entre as ruas General Osório e Andrade Neves e no calçadão da Andrade Neves.

A atividade dos camelôs tem assim relação direta com as personalidades dos sujeitos, que, por contingência ou vontade, optaram por essa ocupação e não outra qualquer. A peculiaridade desse trabalho não é uma, mas muitas. Os camelôs tendem a se considerarem, segundo demonstraram os relatos, bandidos e mocinhos, e dentro dessas duas (podemos dizer categorias?) elementos e momentos da vida de cada um desses personagens se descortinam, não desvendando uma verdade, porém sugerindo discursos contraditórios, complementares, sobretudo, emotivos, carregados de histórias de vida no trabalho e, por que não dizer, de uma luta emancipatória, que tentará ou não, desviar-se da difícil armadilha de ser produzida e manipulada pelo sistema capitalista. Qual a saída? A saída não existe, mas sim história, que se forja não na abstração, e sim na luta contínua de poderes e forças diferentes que criam, transformam e produzem (em vários momentos, muitos deles aqui narrados), mudanças potentes contudo, nunca definitivas.

Durante o andamento da pesquisa optei por denominar os camelôs como uma categoria de trabalhadores e não como classe de trabalhadores. Essa opção leva em conta que

¹⁸ Esta foi a primeira vez que a notícia da ampliação do Camelódromo foi divulgada pelo então Prefeito Fetter Júnior em um programa de rádio.

o conceito de classes sociais pressupõe uma certa unicidade, organização e estruturação, diferente daquela encontrada no interior das ocupações informais.

Os camelôs não estão excluídos, nem tão pouco incluídos no mercado de trabalho. Caminham sob um telhado de vidro, mas não estão dispostos a ceder ou sair de seus espaços, os quais conseguiram ao longo de uma trajetória na atividade, tornando, dessa forma, o que conquistaram um bem pessoal, individual e (in)transferível.

O fato de ocuparem um espaço que, como afirmo, resignificou a identidade de muitos desses trabalhadores, poderá ser semelhante entre os camelôs que ocupam um local específico e destinado para esse fim — os chamados Camelódromos das cidades — e aqueles que se encontram nas ruas, praças e avenidas das cidades de forma ilegal. Tal diferenciação já foi comprovada em alguns estudos¹⁹. Sendo assim, mais uma vez afirma-se a existência de uma identidade e nega-se a possibilidade de fixações estáveis.

Los/las *camelôs* en cuanto trabajadores del comercio callejero- y por lo tanto informal —están sujetos a historias de vida que sufren cambios y transformaciones. A lo largo de sus vidas familiares y laborales ellos producen y reproducen comportamientos y prácticas sociales singulares que les proporcionan una identidad específica aunque no necesariamente permanente (SILVA: 2003, p.95).

O período extenso que tive a oportunidade de experienciar dentro desse lugar carregado de história e memória, as longas conversas com alguns dos trabalhadores, as inúmeras incursões a campo no decorrer desses quatro anos, caminhando, observando, escutando, em alguns momentos consumindo, passeando com meus filhos, que, como relatou Dilva F. Farias, é prática comum e faz parte do lugar, assim como a oportunidade que havia até então se apresentado para mim como improvável, ou seja, exercer a atividade de trabalho no mesmo espaço e por fim a utilização de algumas imagens, resignificaram esses contatos sob o ponto de vista da etnografia, me permitindo compreender os sentidos atribuídos às ações desse grupo.

A identidade específica existente nesse espaço está sujeita a nunca se completar, pois oscila constantemente entre dois termos bastante referidos pelos camelôs, **estar camelô**, mas se **sentir comerciante**. Essa segunda identidade, porém, expressa de forma orgulhosa de seu potencial, é impossível de existir sem o conflito, tanto interno quanto externo, de não deixar

¹⁹ Entre eles, “Questões educativas e outras questões no processo de re-estruturação urbana: o caso do camelódromo Dois de Julho em Juazeiro-Bahia” de Ana Lílian dos Reis (2003). Em sua pesquisa a autora remete a questão de que os camelôs instalados no Camelódromo assumem uma identidade e *status* diferenciado dos demais camelôs que se encontram fora desse espaço.

de ser também camelô, de ocupar um espaço para este fim, e de só poder ser comerciante por estar no Camelódromo, pois de outra forma os custos de uma loja, em ponto semelhante, incompatibilizariam seus negócios, como relataram Dilva e Roger.

Continuam sendo, portanto camelôs, nem que seja somente aos olhos dos clientes que frequentam o espaço, mas isso seria desconsiderar o cotidiano também saturado de histórias de viagens para o Paraguai (que podem chegar a ter duração de cinco dias), em busca de mercadorias a serem revendidas; das rotas de viagens alternativas narradas por Roger, na tentativa de escapar da fiscalização exercida na fronteira do Brasil; na incerteza expressa na quase ausência de planos para o futuro, mas de um futuro “na atividade”; das certezas em relação ao que conseguiram adquirir em termos tanto materiais, quanto de experiência, do saber ser, dependendo de cada situação, comerciante e/ou camelô e do saber gerir seu negócio.

Carregado em cores, mas contraposto à pouca luz, variadas mercadorias estão dispostas pelos corredores estreitos, muitas vezes causando dificuldades para caminhar. Brinquedos, bolsas, equipamentos eletrônicos, CDs, DVDs, entre outros objetos, preenchem os espaços. Muitos desses produtos ocupam além das bancas, os corredores, exigindo em alguns momentos que se espere algum tempo para conseguir caminhar novamente, pela movimentação de pessoas dividindo território com as bancas, que invadem os limites estabelecidos e destinados ao percurso dos clientes.

A relação dos camelôs com os consumidores ou com aqueles que simplesmente estão ali para passear e olhar as mercadorias é aparentemente amistosa, porém muitas vezes tensa. Esse acirramento de forças pode ser provocado quando após comprar uma mercadoria o cliente retorna com a mesma requerendo a garantia oferecida verbalmente pelo camelô²⁰.

Em muitas dessas situações o camelô poderá não ter mais o mesmo produto adquirido pelo cliente, pois a rotatividade de alguns é bastante rápida, assim como existe a impossibilidade material para alguns trabalhadores de constituir um estoque para troca, criando um clima de descontentamento mútuo, entre consumidores e camelôs, presenciado por mim inúmeras vezes. Assim, o cliente terá que obrigatoriamente optar por um outro produto, semelhante em preço, pois exigências da devolução do dinheiro por parte do comprador de maneira geral, não são satisfeitas pelos camelôs.

O Camelódromo é também estar e não estar na rua dependendo do ponto de vista de quem o observa, assim como das informações que se possa ter a seu respeito e a atitude do

²⁰ Que poderá variar de cinco dias a dois meses dependendo do produto.

camelô com o espaço. Digo isso na medida em que alguns deles, como Dilva, não acreditam estarem na rua, mas sim confortavelmente instalados em um “shopping popular a céu aberto”. Interessante nesse momento mencionar a relação que Robertto da Matta (1997, p.55) propõe a respeito das categorias casa e rua no interior da sociedade brasileira, e que pôde ser percebida de maneira empírica durante a pesquisa de campo, tanto em relação aos camelôs que se encontram no “centro” da cidade, como entre os trabalhadores do Camelódromo:

[...] a oposição *casa/rua* tem aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e absoluta. Ao contrário, é dinâmica e relativa, porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua “casa”, ou seu ponto.

As atividades no Camelódromo obedecem a uma sazonalidade compartilhada com o comércio formal em geral. Próprio para cada mercadoria existirá um mês do ano melhor em termos de vendas.

Muitas vezes um ponto se fortalece com o passar de alguns anos e não de imediato, assim também como acontece no circuito formal da economia, diferenças mínimas de localização são referidas como empecilhos ou auxílio na hora de efetuarem suas vendas. Dentro dessa sazonalidade que compreende datas festivas, o Natal é o preferido, época que principalmente para camelôs com bancas mais “fracas”, compensaria os vários meses de muito trabalho e quase nenhum lucro.

Sendo assim, o comércio realizado pelos camelôs contém elementos tanto de uma economia informal, quanto formal, e são justamente os trabalhadores que melhor conseguem se compatibilizar com tal especificidade, que hoje ocupam as melhores posições do ponto de vista material.

Não é somente entre os camelôs que essa relação de complementaridade se estabelece, segundo Malagutti (2000); esta é uma característica da informalidade que tem que ser amplamente discutida para se afastar as explicações pautadas em uma dualidade que dificilmente se sustenta na prática. Em seu livro, o autor nos atenta, a partir de exemplos baseados em trajetórias ocupacionais, para os equívocos em buscar separar formal/informal.

Enquanto no meu trabalho realizado durante a Especialização em Sociologia estava interessada em entender tanto a construção do conceito de informalidade e a sua validade frente a categorias quantitativas, como a pesquisa realizada pelo IBGE sobre a Economia

Informal Urbana, e que me valeram um capítulo da monografia, atualmente busco estabelecer a definição de identidade que será específica desses trabalhadores e quais são seus alicerces, utilizando-me para isso das narrativas individuais que descrevem um panorama rico em contradições.

CAPÍTULO II - “UM SHOPPING A CÉU ABERTO”: IDENTIDADE E MEMÓRIA ENTRE OS CAMELÔS

A identidade será assim descrita e definida como amplamente pautada na diferenciação e comparação entre os entrevistados, com outros também camelôs, que se encontram em uma situação não complementar e às vezes inclusive em oposição uns aos outros. Tal aspecto está alicerçado na ocupação de outros espaços que não o Camelódromo de Pelotas, para o exercício da atividade, ou seja, o espaço em comum é o território da construção das identidades diferenciais.

Ser ou estar camelô dependerá não somente de uma diferença material que divide os trabalhadores por rendimentos, mas também pode ser representativo do significado expresso na própria palavra, que fez com que muitos não a aceitem para caracterizarem suas atividades, pois denota na maioria das vezes, precariedade.

El término *camelô* es una referencia popular a los/las vendedores ambulantes o fijos y se supone que viene del hecho de que muchos de estos vendedores cargaban las mercancías en las espaldas, tal como los camellos (SILVA: 2003, p.17).

O significado pejorativo expresso nessa palavra sugere assim um alto grau de sujeição e precariedade, o que não foi pela pesquisa verificado de maneira absoluta; ao contrário, em muitas das falas o que foi observado é que através de trajetórias longas no interior da atividade, algumas inclusive geracionais, tais sujeitos construíram, com o passar do tempo, estratégias pautadas em um saber ser não mais camelô, mas comerciante, adquirindo com isso uma outra postura e *status* em relação à atividade, que foi expressa e comprovada durante a pesquisa de campo.

A exemplo disso Roger atualmente assina carteira de trabalho para sua funcionária como comerciária. Antônio lida com os inconvenientes de um processo trabalhista acionado por sua ex-empregada; Dilva tem sua banca registrada como micro-empresa há pelo menos 20 anos, e assim como esses outros exemplos de vida no trabalho surgiram no transcorrer do tempo de pesquisa, atestando uma clara dificuldade de relacionar, por parte dos sujeitos, suas

atividades com a dos camelôs em geral. Assim não poderiam, mesmo que o quisessem, assumir uma identidade centrada no ser camelô em tempo integral, pois o fato é que, muitos não são mais camelôs, se através dessa palavra queremos associar significados tão comuns como os de precariedade, desemprego formal, falta de opções, baixos rendimentos e ilegalidade em relação aos registros da atividade.

Ao mesmo tempo não são comerciantes, visto o lugar que ocupam ser nomeado Camelódromo, assim como o fato das mercadorias comercializadas serem fruto, em sua maioria, de contrabando e pirataria. Também não são poucos os relatos sobre as viagens em busca de mercadorias, esses sempre repletos de traumas, medos, inseguranças e também sucessos. Roger, por exemplo, se define como um modelo de constante sorte alicerçada por estratégias aprendidas e elaboradas com o passar do tempo, só possíveis de execução, pelos custos que acarretam, a trabalhadores que conquistaram uma certa “estabilidade”²¹.

Não existe solução (qualitativa) para que tais trabalhadores assumam de forma homogênea uma única posição dentro desse complexo jogo de identidades, se para isso for necessário encerrá-los em diferenciações antagônicas e dualistas como forma/informal, sucesso/insucesso, camelô/comerciante. Todos esses termos foram profundamente relativizados durante os relatos.

Por outro lado, uma das poucas certezas teóricas e consenso entre os pesquisadores são o de que a informalidade é heterogênea em termos de ocupações profundamente diferenciais entre si. Entre os trabalhadores pesquisados a diferenciação é estabelecida em uma relação comparativa com os “outros” também camelôs. Esta relação diferencial baseia-se em uma história no passado e/ou presente em comum, inscrita e percebida através do espaço específico em que exercem as suas atividades. A partir do estudo desse grupo particular, é possível observar o arquétipo de uma atividade que sofreu, como inúmeras outras, a chamada metamorfose do trabalho, presenciada e sentida pelos trabalhadores e descrita por inúmeros autores no campo da sociologia do trabalho²².

É o espaço assim que tem o poder de estruturar as lembranças e recordações compartilhadas e/ou em conflito no interior das narrativas do grupo. Estas fazem parte da memória coletiva dos sujeitos que organizam suas recordações em falas carregadas de significados expressos no momento único das entrevistas e das conversas informais, nas quais

²¹ Como amostra disso, Roger narra durante as conversa que tivemos, que nas últimas 10 viagens ao Paraguai, em 8 destas “não perdeu” as mercadorias transportadas.

²² Ver sobre essa temática: Braverman:1987, Abramo:1999, Antunes:1999, Castel:2001, Gorz: 2003.

o pesquisador deverá, sobretudo, saber ouvir, mas também interagir com o entrevistado, sentir e interpretar o que não foi dito, os silêncios, comoções e fugas do tema tão importantes para se familiarizar com a vida e passado daquele que narra.

A importância que esse lugar denominado Camelódromo assumiu na vida desses indivíduos é fundamental para entender a relação que estes estabelecem com a atividade; por isso memória e espaço são termos indissociáveis.

As vidas que permanecem nesse lugar e atribuem sentidos tão distintos às suas experiências são atravessadas por continuidades e escolhas por estarem fazendo parte desse grupo. Procurei, ao longo do trabalho, tecer uma etnografia do Camelódromo de Pelotas, ou seja, descrever o que acontece nesse lugar. Isso só me foi possível com o auxílio e aceitação fundamental dos informantes que participaram da pesquisa, assim como a continuidade do trabalho acadêmico no interior do grupo.

A monografia realizada nesse período possibilitou os primeiros contatos com o grupo há quatro anos atrás, assim como auxiliou para que compreendesse e relacionasse tal experiência de pesquisa com os principais pressupostos do que vem a ser a informalidade no Brasil, seu surgimento enquanto conceito explicativo, e sua relação com o desemprego e a economia flexibilizada e globalizada, praticada de forma mais intensa nos últimos vinte anos, sobretudo no que diz respeito ao Brasil.

As questões em torno de como se constroem as identidades entre os trabalhadores que convivem nesse espaço específico, denominado Camelódromo de Pelotas, e de como essa identidade se mostrou no transcorrer da pesquisa em relação, oposição e novamente complementaridade com o fato de se sentirem e se nomearem tanto comerciantes, quanto camelôs está expressa nos depoimentos e torna-se o ponto chave da pesquisa. Perante isso não se pode propor respostas acabadas ou finalistas, mas sim uma reflexão teórica-metodológica, que leve em consideração os aspectos subjetivos de tal afirmação. Desvendar é preciso, não somente os significados atribuídos ao trabalho na vida desses indivíduos, como as escolhas de continuidade na atividade, apesar das inúmeras situações de risco e incertezas vivenciadas em seu exercício. Os relatos dos trabalhadores envolvidos na pesquisa permitiram a possibilidade de reflexão sobre os conceitos fundamentais para essa dissertação: identidade e memória.

As questões que se demonstraram centrais à pesquisa não foram sugeridas unicamente pela via teórica ou, ao contrário, baseadas em um empirismo puro. Foi justamente o fato de nesse momento pensar essas duas dimensões como fazendo parte de maneira indissociável uma da outra, que busquei explicações pautadas nas diferenças e contradições presentes e representadas pelas trajetórias ocupacionais no interior do grupo, assim como, qual sua

relação com os estudos que compreendem o conceito de identidade sob um ponto de vista discursivo (HALL: 1999) sendo indissociável ao conceito de memória (CANDAU: 2002 e HALBWACHS: 2004).

Durante a pesquisa de campo, conversei e entrevistei trabalhadores que se encontram em um patamar que não é o da precariedade, mas sim, de prazer com o trabalho que realizam e se identificam. Foi então que percebi que também a precariedade poderá ser um mito homogeneizante, não podendo se estender a todos os trabalhadores que se encontram exercendo a atividade de camelôs. O trabalho no comércio, informal ou semi-informal e todas as suas particularidades, estratégias e contingências é que determinam os sucessos e fracassos, podendo esses dois termos se alternarem durante o percurso na atividade.

O trabalho de campo contribuiu substancialmente para a minha auto-definição como pesquisadora. Minha postura foi tentar me aproximar do que com o passar do tempo foi sendo revelado, na busca e tentativa por uma familiaridade com os aspectos expostos pelo grupo. Procurei compreender, interpretar e tecer sentidos explicativos aos diferentes e complementares pontos de vista desses trabalhadores: suas diferenças internas e externas, suas regras próprias, sua ética no trabalho, os significados atribuídos que os levaram a negar as identidades anunciadas por eles mesmos, por momentos circunstanciais aceitarem e novamente negarem em um movimento que nunca se completa.

O exemplo disso é Roger, que possuía durante a pesquisa duas bancas, uma ao lado da outra, sendo que uma vendia ferramentas de uso geral e se encontrava legalizada como micro-empresa, possuindo inclusive funcionária com carteira assinada e a outra permanecia ilegal em termos de mercadorias comercializadas (videogames e jogos pirateados do Paraguai) e registro, ou seja, como Roger poderia assumir para si uma única postura ou identidade, quando isso se refletiria em oposição à realidade de vida dele.

Para compreender a construção identitária desses trabalhadores, busquei através das narrativas e da memória coletiva do grupo, interagir com um passado e uma história permeada por estratégias de trabalho construídas e defendidas, assim como um *estar camelô* fruto sim também do desemprego no trabalho formal. Se este fato não é o ponto central da pesquisa nesse momento, não é por ser uma mera ilusão conceitual ou explicação fácil para esse universo, mas sim porque já abordei tal tema em um trabalho anterior²³. Sendo assim, negar esse fato é o mesmo que só enxergar ele, armadilha da qual busquei fugir. Nesse sentido, o relato de José Adão Almeida é emblemático de uma experiência particular, mas vivenciada

²³ GOULARTE, Cláudia. Trabalho Informal: Território de (des) emprego?. Monografia realizada como requisito final a Especialização em Sociologia- UFPel, concluída no ano de 2004.

por muitos que hoje se encontram em outra atividade, em decorrência do desemprego formal, assim como do tempo que passou e não voltará, do término das ilusões sufocadas por um presente inimaginado antes, o passado tornando-se pela força do presente irrecuperável.

[...] Tinha serviço naquele tempo... era 83...a Cica a mesma coisa eu saí de lá quando ela entrô em crise também ...todas as indústrias que eu trabalhei até hoje, saí quando elas entraram em crise, então foi a mesma coisa na Cica a mesma coisa na Vega...Por quê? Por redução de quadro, devido a crise que a firma se encontrava... Encontro com muitos, muitos conhecidos daquela época... muitos ainda tão picando até hoje ainda, muitos passavam aqui e diziam “Pô Adão quem te viu ontem, quem te viu hoje, tu bem embecado, arrumadinho e hoje aqui tu varrendo, limpando banheiro”,...eu dizia assim: “Isso faz parte da vida” ficam dizendo pra humilha...quer dizer que tudo isso daí vai te estressando, te desgastando...tem que ter jogo de cintura e sabe leva entendesse? Então no começo pra mim foi difícilimo, difícil mesmo, chegava em casa e dizia: “Há não vô mais quere trabalha lá, todo mundo gozando, mexendo comigo”, e ela (esposa) dizia pra mim: “ Vai levando, vai levando que isso vai passa, vai passa...”, a minha mãe também dizia, né: “Mas tu vai te dá nesse serviço?”, Eu dizia: “É... surgiu vou pega”, eles mesmo aqui achavam que eu não ia me da porque eu sempre em função de cargo assim... a vida é assim uma batalha, uma batalha dos aflitos, não é fácil, tô indo mas se perguntarem assim pra mim tu tá bem de vida? Não, eu não tô bem de vida [...]”²⁴.

“O retorno integral ao passado é impossível”; a partir desse fato enunciado por Halbwachs (2004), o passado estará sempre em reconstrução, partindo das recordações que vem a recriar e rever os acontecimentos (imagens, paisagens, objetos), com o auxílio fundamental dos marcos sociais da memória, possibilitando rever o tempo passado. Entre os camelôs esse passado é composto de algumas lembranças comuns, o tempo que ficaram “na areia”, o tempo em que as vendas eram melhores, as primeiras viagens empreendidas em busca de mercadorias, as apreensões e perdas pelas quais passaram. Lembranças que podem ser compostas também por alguma dose de subjetividade, o que não altera seu valor, já que o que está sendo rememorado é resultado do tempo presente.

As narrativas são tecidas, com base e interferência, por vezes esmagadora, do presente, que constituem no agora as identidades e concepções de mundo, carregadas de valores, práticas e formadora de múltiplos discursos que interpelam, desestabilizam e novamente recriam a conformação ou transformação dos sujeitos e da história desse grupo específico.

A memória é assim resignificada pelas identidades que acompanham os sujeitos no presente, as lembranças voluntárias produzidas pelo ato de relembrar, ou as que chegam até a

²⁴ Entrevista realizada pela autora com José Adão Almeida no dia 02/10/07 no Camelódromo de Pelotas.

consciência de forma involuntária a partir das associações, sempre trazendo consigo a diferença e a relação com as identidades que os acompanhavam no passado. Assim como estão inseridos nesse processo, o tempo, o espaço, as ausências, as faltas que sentem esses trabalhadores possibilitam que criem em si e para si uma história individual, mas também coletiva, sugerindo uma compreensão, a partir desses fatos, de que não controlamos plenamente as lembranças, assim como não controlamos nossos esquecimentos.

Lembrar e esquecer estão envoltos em sentimentos múltiplos. Os lugares de memória que foram descritos sugerem vivências compartilhadas, como a importância atribuída a determinados períodos da vida mais do que a outros.

O passado estimulado pelo ato e exercício de lembrar é essencial e fundamental para compreendermos os sentidos que construímos incessantemente para as nossas vidas. Assim encontra-se presente nas narrativas desses trabalhadores um passado que justifica e reafirma o presente vivido. A memória nesses momentos constrói discursos, e em muitos momentos será discurso, pois está naquilo passível de ser verbalizado, reescrito e lido de diferentes maneiras, é imagem que recria através das ficções pessoais e coletivas o que de fato não é mais passível de ser capturado em essência, pela própria impossibilidade do retorno integral ao passado e ao que não se sabia. Contudo, hoje se busca compreender para tentar permanecer no mesmo local ou buscar, quem sabe, outros. Pessoas, imagens, sons, cheiros compõem e habitam esse lugar específico que é o Camelódromo de Pelotas; sua etnografia é a sua rotina diária, suas diferenças cruciais, sua identificação ou não com os demais camelôs que habitam a cidade. Os significados são atribuídos aqui pelos sujeitos e traduzidos pela interpretação que busquei efetuar durante essas páginas, portanto as falas, que justificam suas ações e reações, são pela pesquisa pautadas como essenciais²⁵.

A noção de memória coletiva poderá assim ser utilizada como conceito explicativo dos fenômenos sociais, mas segundo Candau (2002) tal noção é difusa, pelo fato de que é possível, sim, a existência de recordações compartilhadas entre indivíduos e a sociedade, mas sem que esqueçamos as diferenças e divergências produzidas em relação aos acontecimentos por cada sujeito individual e os grupos de interesse ao redor. Os trabalhadores que não

²⁵ Apesar de não ser utilizada pela pesquisa a técnica de Análise do Discurso, tal termo supõe significados que não estão ausentes à interpretação das narrativas e do espaço em que os trabalhadores atuam. O discurso segundo Laclau & Mouffe (1987) tem sua origem no agente social e constitui as posições destes, estando presente no contexto de uma ação, onde fixações explicativas tornam-se sempre parciais, na medida em que, é impossível dominar os excessos de sentidos ou conter o fluxo dos acontecimentos. O universo social, portanto, não é algo transparente e plenamente inteligível, por isso a objetividade das identidades é constantemente subvertida como no caso dos camelôs. Ao mesmo tempo ao incorporar a pesquisa a etnografia enquanto técnica de pesquisa, o discurso contido nas narrativas, a partir da técnica da História Oral Temática, e as observações, são fundamentais para que as falas dos entrevistados adquiram sentido.

somente aceitaram, mas também compreenderam, cada qual a seu modo, as minhas justificativas, para que narrassem suas histórias individuais, se lembraram dos acontecimentos sempre com base em como suas histórias de vida se organizaram com o passar dos anos.

As memórias sobre os acontecimentos vividos no trabalho não são dessa maneira unas, assim como suas vidas não poderiam ser, mas sim compartilhadas, sempre na fronteira entre similitude e divergência.

Para Candau (2002, p.64) o que os membros de um grupo ou de uma sociedade compartilham realmente, é aquilo que esqueceram de seu passado em comum; sendo assim e concordando com o autor, podemos supor que um esquecimento coletivo parece ter sido identificado, no decorrer desses quatro anos de convívio.

Os camelôs sugerem, durante os anos de 1997 e 1998, que as condições físicas de trabalho se encontravam, segundo relato nos jornais da época, insustentáveis. Ao se remeterem a esse tempo, o único que menciona as inúmeras manchetes quase diárias publicadas pelo *Diário Popular* é Roger, que comenta sobre o “tom de queimação, com que na maioria das vezes os jornais falavam dos camelôs”. Mas voltando no tempo foi encontrado em pesquisa realizada no periódico diário, a insatisfação e impossibilidade física cada vez maior que este espaço assumia para os trabalhadores, tendo sido observadas declarações dos próprios camelôs que relatavam as péssimas condições do local, principalmente devido ao fato de que inúmeras bancas se encontravam desocupadas e em péssimo estado de conservação, criando um sério empecilho para melhores vendas²⁶.

A memória coletiva seria desse modo mais a soma dos esquecimentos do que das recordações, não necessitando de elaborações individuais como as recordações, que sempre serão distintas, mesmo que minimamente, entre indivíduos. Poderíamos ter quase certezas sobre os esquecimentos, sem nunca estar seguros quanto à configuração e estruturação entre memórias e recordações unas. As recordações comuns e compartilhadas por um grupo, necessitam, para não morrer, da repetição e de um espaço específico. Nesse sentido, esquecemos daquilo que de maneira coletiva ou individual não queremos mais lembrar e, portanto, passa-se a ser mais um entre tantos assuntos evitados. Afora isso, a saída dos camelôs e de suas bancas do entorno do Mercado Público Central, no centro histórico da cidade de Pelotas contribuiu para a existência desse esquecimento coletivo, um lugar que não existe mais tal como foi antes, um Camelódromo.

²⁶ O vendedor ambulante Paulo Ronaldo Puccinelli disse que o movimento havia diminuído 70% desde a instalação das bancas “fantasmas”. Elas ficaram em péssimo estado de conservação e afastaram os compradores (*Diário Popular*, 23/07/97, p. 6).

Os vestígios e destroços desse tempo também não se encontram mais presentes há pelo menos dez anos na paisagem da cidade; por outro lado, significado e memória foram nitidamente observados no que diz respeito às suas localizações atuais.

[...] O estudo das memórias individual e coletiva é a chave para se elucidarem indivíduos e grupos que geram, produzem e transmitem conjuntos de significados sobre os territórios urbanos em que habitam [...] (ROCHA & ECKERT: 2005, p. 92).

Candau (2002) faz críticas à noção de memória coletiva, exposta na obra de mesmo nome de Halbwachs, mas aceita de imediato a validade dos quadros sociais da memória (HALBWACHS: 2004), o que significa dizer que a memória opera em marcos instaurados pelo social (família, religião, trabalho, classe social), sendo esses marcos de importância decisiva naquilo que será lembrado de maneira coletiva ou individual. A ajuda externa (depoimentos, documentos, imagens) tem o papel fundamental de complementar as memórias desses trabalhadores. Quando tais marcos são modificados, se destroem, se rompem ou se deslocam, os indivíduos também se retransformam, com o fim de se readaptarem aos novos marcos (CANDAU: 2002).

O grupo de camelôs que deixou o centro da cidade há dez anos em direção ao atual Camelódromo não é mais o mesmo. Muitos desses se consideram atualmente mais como micro-empresários do que camelôs. Para alguns, os camelôs são os ambulantes que se encontram no “centro”, mais especificamente na rua Marechal Floriano entre General Osório e o calçadão da rua Andrade Neves, desabrigados do sol e da chuva, sofrendo o enfrentamento quase diário com a fiscalização, o desconforto físico e a reclamação constante dos pedestres ao não conseguirem caminhar de forma mais rápida pelas vias públicas.

Luis Lopes, camelô que trabalha na rua Marechal Floriano, descreve como se sente trabalhando na rua:

A relação é tranqüila aqui com todo mundo, ... Mas gosta? Quem é que vai gostar de tá na beira da calçada ... É ou não é? Tem gente que detesta nós aqui atrapalhando eles, e eles tem razão...aperta a passagem das pessoas, mas não tem outra alternativa, porque a prefeitura é que fez isso daí [...] ²⁷

²⁷ Entrevista realizada pela autora no dia 10/02/07 com Luiz A. M. Lopes, 48 anos de idade, em seu ponto de venda como camelô na Rua Marechal Floriano. Antes de iniciar as entrevistas para a Dissertação de Mestrado com os trabalhadores que se encontram no Camelódromo de Pelotas, conversei de maneira informal com quatro trabalhadores que estavam estabelecidos na Rua Marechal Floriano, de forma que ajudasse a compreensão das diferenças tão recorrentes nos discursos entre os dois grupos. Dentre esses, somente Luiz permitiu que utilizasse o gravador. Fevereiro foi um mês bastante difícil para esses trabalhadores. Dois dias antes da entrevista houve uma grande apreensão com ordem advindas do judiciário. Durante os dias que se passaram poucos camelôs

Para Candau (2002, p.66) a memória não é nem estritamente individual e nem seu contrário, a memória é externalizada pela linguagem e as imagens que constituem o social em sua multiplicidade. O homem desnudo não existe, não existe sujeito que não carregue consigo todo o peso da sua memória, e também de seus esquecimentos, que não se componha e se construa como um livro, passível de diferentes leituras e verdades, fruto ou não da fantasia.

Halbwachs (2004) diz que a memória individual seria um ponto de vista sobre a memória coletiva. Tal afirmação abre espaço para que o universal e o particular não se disponham em campos antagônicos, mas sim, em constante relação e complementaridade, assim poderemos pensar a cidade de Pelotas como uma composição de inúmeras outras cidades no interior dela²⁸, com diferentes tipos de comércio e comerciantes, tanto formais quanto informais, termos que, longe de se diferenciarem por características antagônicas, se unem a todo o momento no cotidiano dos camelôs, impossíveis de serem desvinculados do seu modo de vida. Não é o social mais potente que o particular, mas sim soma e construções universais que só existem a partir de muitas particularidades. Não existe antagonismo, mas interação.

[...] Não é ao acaso que se constata que os estudos da memória, ao pautarem-se por uma reflexão sobre a vida e a matéria, atribuem, ao ato de narrar, um valor simbólico de construção de sentido de uma história vivida entre tantas outras para serem vividas (ROCHA & ECKERT: 2005 p.105).

A emancipação total e pessoal da memória coletiva é impossível, assim como o é a tentativa de unificação de uma memória coletiva comum a todos os grupos de camelôs, dada a sua diversidade. Para Candau (2002), a questão das identidades, tanto individuais quanto coletivas, não são possíveis de serem distinguidas da memória, não podendo haver identidades sem memórias.

conseguiram abrir suas bancas e trabalhar, muitos perderam tudo, sem a possibilidade real de recuperarem as mercadorias apreendidas.

²⁸ Tal aspecto foi extremamente experienciado por mim durante o período em que trabalhei por três meses, do ano de 2006 na PED (Pesquisa sobre Emprego/ Desemprego) realizada pelo DIEESE. Existem muitas cidades no interior de Pelotas: lugares, ruas, casas, comércios, nos quais provavelmente nunca mais vou passar, tão distantes que são de meu mundo e também do “centro da cidade”; mas essa experiência tem a característica única de surtir em qualquer pesquisador da área um misto de respeito pelo outro, tristeza, alegria e certeza que ao final volta-se para casa e isso é bom, pois muitas vezes descobrir a olho nu o que tantas vezes é sugerido pelas leituras, desconcerta, ficando, assim, gravado na memória rostos, casas, ruas e, mais do que isto, algumas frases soltas dessas pessoas que sobrevivem e questionam em tom interessado: O que afinal de contas eu estaria fazendo ali? Mas essa é a pergunta que podia ser respondida com facilidade, em comparação com a que muitas vezes era requerida por mim em seguida. Então, de que ia adiantar, no final das contas, saber o número exato de desempregados se os empregos continuariam a não existir? As respostas? Acredito que fizeram ao mesmo tempo todo e nenhum sentido.

As principais perguntas que acompanharam essa dissertação, desde o seu início, foram: De que modo os sentimentos, lembranças e a memória individual que os sujeitos carregam consigo, a partir de determinado momento de suas vidas, sobre o trabalho e a atividade que optaram ou se viram impelidos por manter ou romper poderá consolidar, desfazer e/ou recriar suas identidades?

Como compreender um fato social como a informalidade/formalidade, nas relações de trabalho, através das memórias compartilhadas pelo grupo?

Quais os sentidos e interpretações nos reservam tais atores, sobre o rumo de suas vidas e a correlação com as expectativas forjadas em um momento histórico comum?

De que forma os indivíduos contextualizaram o significado de serem camelôs, não somente sob o ponto de vista econômico, mas também pelo sentimento de identificação compartilhada em espaço e tempo semelhante?

Tais respostas foram sugeridas, de diferentes formas, por todos os entrevistados. Sem essas, a pesquisa seria impossível de seguir o rumo programado, principalmente após a defesa do projeto de qualificação, fundamental nas sugestões e críticas construtivas propostas pela banca.

A relação que felizmente consegui estabelecer com cada uma das pessoas que convivi, foi na sua maioria de empatia e compreensão de que além de ser alguém que ‘fazia um trabalho para a faculdade’, já o fazia há bastante tempo. Alguns como Roger disse: “tá bom então, eu te ajudo”, e realmente cumpriram todos e sem exceção o papel de construírem esse texto junto comigo. Pelo convívio de tempo longo com o tema da pesquisa, sempre pensado em conexão também com o lugar, já havia escutado muito das histórias que habitam esse espaço e foi ouvindo que consegui com o tempo, exercer a linguagem deles com eles. A possibilidade de trabalhar no Camelódromo contribuiu em muito para a minha aceitação pelo grupo, já que utilizava esse fato para que muitos se recordassem dessa época, pois quem pensa que pode ficar invisível trabalhando no meio de quatrocentas bancas se engana.

Pode-se não ter contato, não conversar, mas, trabalhando lá, as pessoas que não se falam pela falta de oportunidade, tempo e distância entre corredores, se cumprimentam e sorriem entre si na sua maioria. Foi assim que as pessoas que convidei para participar do trabalho aceitaram, em sua maioria, de boa vontade, sendo responsáveis e autores de depoimentos seguros, corajosos e emotivos, que, em muitos momentos, fizeram com que relembassem de tempos difíceis na atividade.

A pesquisa, desse modo, ao final tomou ainda um outro sentido, inesperado, ou seja, contribuiu para que também repensasse e descobrisse em mim a vontade de tecer uma escrita

antropológica, assim também como acredito que foi para alguns dos entrevistados, um momento oportuno em que, ao verbalizarem suas vidas na atividade, puderam ter descoberto em si e para si ferramentas para repensarem o próprio grupo do qual fazem parte e o destino dele, a partir das associações que surgiram durante as conversas com alguns dos entrevistados, os quais tiveram resignificada a sua presença nesse espaço.

Quando tais momentos surgiram, no transcorrer de algumas das entrevistas, os sentimentos produzidos foram sempre muito fortes. Falar do que não gostariam de lembrar é doloroso, relembrar do que achavam que tinham esquecido pode produzir sensações de felicidade, contudo, é o fato de construírem as suas histórias, se tornando os autores dessas, que possibilitou a técnica de pesquisa baseada na história oral ser extremamente produtiva, de maneira diferente, tanto para quem pesquisa, ao encontrar nesse método perguntas impossíveis de serem elaboradas somente com o auxílio da teoria, ou da prática e análise quantitativa, quanto para os sujeitos pesquisados, que podem passar a construir explicações para algo que **pode parecer** aparentemente natural, como a escolha por uma atividade de trabalho ao invés de outra.

As narrativas pautadas nas lembranças têm o poder de fazer reviver corporalmente o sentimento sobre o passado: a retirada do centro histórico, o período “na areia”, os prejuízos oriundos de apreensões, a corrupção dos policiais que trabalham na fronteira Paraguai-Brasil, e a vontade de quererem ser bem sucedidos na atividade que buscaram por necessidade, prazer e identificação.

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Apesar disto, quando nos lembramos, nos reportamos a pontos de referência que existem fora de nós, assim como as palavras e as idéias utilizadas para descrevermos o mundo ao nosso redor, nos são “emprestadas pelo meio em que vivemos” (HALBWACHS: 2004, p.58).

Pensando assim, a cultura do grupo em que os indivíduos estão inseridos determinou os sentidos distintivos destes com outros grupos. Existem muitas memórias coletivas, inclusive sobre um mesmo tema, como, no caso, o trabalho e a ocupação exercida. O conceito de trabalho, assim, não poderá ser entendido como portador de um significado universal; é sempre declarado e entendido mediante a memória dos diferentes grupos e das diferentes posições passíveis de serem ocupadas pelos trabalhadores no interior daquela atividade.

Todas as histórias de vida fazem parte também da história dos acontecimentos em geral (HALBWACHS: 2004 p.59); isso significa dizer que os grupos podem construir memórias coletivas sobre suas trajetórias ocupacionais, sonhos e planos sobre o trabalho que

exercem e se modelam, entretanto, não de maneira indiferente a uma história econômica, política e cultural própria, da qual também fazem parte de maneira ativa.

O contexto e espaço onde os camelôs aqui pesquisados articulam seus discursos e constroem suas memórias e trajetórias no trabalho, é o Camelódromo, espaço público, sentido também como privado, determinado por regras próprias de conduta e convivência, que impossibilitam que se possa falar de uma ocupação que não esteja sujeita a uma organização respeitada, compartilhada, mas também passível de ser contestada.

Os corredores do Camelódromo, a cidade, o centro, a família, os clientes, a polícia e apreensões, a insegurança, o preconceito, as críticas, o tempo (chuva, frio, vento, calor, verão, inverno), a política e os políticos, o desemprego, as vendas, os objetos vendidos, as datas comemorativas, sobretudo o Natal, são alguns dos temas que fazem parte do cotidiano e das conversas diárias entre esses trabalhadores, temas sobre os quais estão acostumados a emitir opiniões críticas e, sobretudo, onde transparecem a incerteza e o risco, pautados no que tal atividade tem de singular, ou seja, as ilegalidades relacionadas principalmente ao contrabando e à pirataria.

O comércio realizado no Camelódromo se confunde com o comércio de rua e talvez essa similitude seja sua maior força, poder e possibilidade para compreender sua existência contínua.

Existe uma relação direta entre o aparecimento relativamente recente dos camelôs com a atividade dos vendedores de rua e comerciantes informais, ocupação tão antiga nas cidades, que os habitantes mais velhos talvez se esforcem, sem conseguir lembrar de um tempo em que este tipo de comércio não existisse junto às ruas mais movimentadas ou de maneira itinerante pelos bairros da cidade. Nesse sentido Gill (2001, p.95) demonstra como os imigrantes judeus, mais especificamente a partir de 1920, em sua maioria, se dedicaram ao comércio ambulante e a venda a prestações realizadas em bairros pobres de Pelotas. Atividade que tem retornado com a presença de inúmeros trabalhadores atuando como mascates, trabalhadores que vendem produtos como tapetes, pequenos móveis, artigos para decoração das casas e utensílios domésticos, de forma itinerante, em geral nos bairros um pouco mais afastados do “centro” da cidade, utilizando, como no passado, o sistema de pagamento por prestações.

Sendo assim, através do ato de relembrar é possível, não somente para os habitantes mais velhos de Pelotas como de outros centros urbanos, recordarem de homens e mulheres que ocupam ou ocuparam no passado alguma esquina, quadra ou praça durante anos consecutivos, até que um dia, por diferentes motivos não estavam mais ali, e então para quem, durante tantos anos, passou quase diariamente por esses lugares, esta falta será percebida e

sentida de maneira diferente, dependendo dos sentidos atribuídos a essa lembrança, a partir da ausência no presente.

De maneira específica na cidade de Pelotas, até 9 anos atrás, a configuração do centro histórico da cidade era completamente diversa da atual. Por 10 anos as ruas XV de Novembro e Andrade Neves, entre Lobo da Costa e Tiradentes, eram preenchidas pelas inúmeras bancas de trabalhadores informais na atividade específica dos camelôs, chegando a comportar mais de trezentas bancas. Esse foi o espaço que por mais tempo foi destinado pela Prefeitura Municipal ao exercício da atividade dos camelôs na cidade.

O conceito de trabalho e de trabalho informal sofreu, dessa forma, variações ao longo do tempo, não somente no campo jurídico ou no âmbito das políticas públicas implementadas, tanto contra como a favor desse “problema social”, mas também nos sentidos articulados pelos trabalhadores e a sociedade.

O comércio informal ou semi-informal praticado no Camelódromo de Pelotas consiste na revenda de mercadorias variadas, permitindo que sejam observados elementos de uma identidade singular entre esses trabalhadores, com valores e sentidos próprios e compartilhados entre seus membros sobre o modo de vida dos camelôs, no trabalho informal ou semi-informal que se encontra em constante relação, dependência e diferença com o trabalho formalizado, muitas vezes tornando aspectos aparentemente distintos, desses “mundos do trabalho”, em inseparáveis e complementares.

Assim, ser camelô está ligado a uma cultura do consumo plenamente compartilhada por vendedores e consumidores, que permeia a sociedade de maneira incessante, renovando constantemente os desejos, de modo que esses nunca sejam plenamente satisfeitos pelos consumidores, incluindo-se também aqueles trabalhadores considerados pobres, para os quais a possibilidade de adquirir determinados bens é realizada também a partir da existência dos camelôs, que ao comercializarem mercadorias denominadas “piratas”, fornecem a um número substancial de pessoas, CDs e DVDS a preços muito inferiores aos originais, promovendo com isso a uma grande quantidade de consumidores de diferentes classes sociais a possibilidade de adquirirem produtos considerados culturais, como filmes, músicas e programas de computador a preços expressivamente mais baixos do que os originais ²⁹.

A construção das identidades coletivas por parte dos sujeitos é resultado nunca completo do movimento e diálogo com os pontos de referência e ancoragem que existem ao seu redor, que estabelecem uma série de (im) possibilidades de mudanças e/ou continuidades.

²⁹ Como exemplo, é possível no Camelódromo de Pelotas adquirir até cinco DVDs de filmes a R\$ 10,00.

O movimento e sentidos atribuídos à questão do trabalho, como atividade humana fundamental na construção dos indivíduos em sociedade, obedeceu, no decorrer do tempo do capitalismo, vários ciclos discursivos sobre o tema, que foram ditos e ouvidos de diferentes lugares, articulados por sujeitos e instituições políticas que constroem um mundo diversificado e inapreensível em sua totalidade.

Como então essa matéria, que é a memória de um grupo, pode, para o pesquisador, ser entendida, visto que é profundamente diferente para cada pessoa através do seu modo de vida? Como compreender o significado fundamental de possuir um trabalho, de exercer uma atividade considerada digna, contribuindo assim para a autoconstrução de suas identidades na condição de sujeitos e sua afirmação, em um mundo tão instável?

Em primeiro lugar, o fato já referido de a pesquisa ter sido aceita e compreendida, pelos trabalhadores, foi fundamental, e tem relação direta com a postura adotada durante o trabalho de campo, a partir da utilização do método etnográfico que permitiu o questionamento de meus pontos de vista enquanto pesquisadora, assim como o dos sujeitos, levando em conta o local de onde partiram as falas, os modos de ser e agir do grupo.

Portanto, o extenso tempo de convívio com o tema e o grupo, tendo inclusive em 2004 utilizado em minha pesquisa para a conclusão da Especialização em Sociologia a técnica de Observação Participante, tiveram o papel de me sensibilizar sobre o tema do desemprego, da informalidade, e da importância fundamental do trabalho na vida dessas pessoas, me auxiliando a perceber e compreender porque entre os camelôs a possibilidade de exercer um trabalho em um espaço destinado para esse fim, contribuiu de maneira significativa na construção de uma identidade diferenciada em relação àqueles camelôs que permanecem “na rua”.

Mesmo com um distanciamento de mundos, foi possível estabelecer com os entrevistados uma relação pautada no respeito pelo outro e seus pontos de vista, de tal forma que algumas das questões evitadas nos primeiros contatos, e que seriam importantes para a pesquisa, como as relacionadas à ilegalidade referente ao contrabando, foram com o passar do tempo e convívio, abordadas em suas particularidades pelos entrevistados.

Os camelôs têm uma visão própria a respeito da cidade de Pelotas que já há algum tempo sofre inúmeros problemas decorrentes do desemprego. Assim, o comércio, sua lógica de consumo e efeitos moldam as falas e um imaginário urbano descrito e pautado com a ruptura do trabalho nas antigas fábricas de alimentação que existiam na cidade.

Desse modo, a opção pelo método etnográfico pautado nas histórias individuais desses trabalhadores foi fundamental para que reafirmasse os métodos e conceitos que nortearam toda a pesquisa e formaram os elementos-chave que a compõem.

Foi somente ao final da pesquisa de campo, com a possibilidade de leituras orientadas e sugestões, que optei por agregar material fotográfico que desse conta de registrar esse lugar na sua especificidade durante o ano de 2007. Espaço percebido e sentido muitas vezes pela ausência de luz em contraposição com formas, cores e mercadorias que se repetem dentro de uma variação previsível.

Percebe-se, depois de caminhar por algum tempo por esse espaço, o quanto seria importante efetuar uma leitura visual, mas, como disse, estava finalizando meu tempo nesse lugar, e ainda o fato da pouca experiência nesse campo de estudo, impediu que aqui as imagens fossem devidamente transformadas em um discurso que complementaria ou, quem sabe, entraria em oposição com os relatos. Sendo assim, só resta a sugestão de que um trabalho como esse, a exemplo de outros tão bem sucedidos em outras cidades sobre o mesmo tema, seja realizado sobre o Camelódromo de Pelotas.

Existem diferentes maneiras de capturar um espaço fotograficamente, sendo que nenhuma dessas é capaz de ser reprodução e registro puro das imagens. A imagem dialoga com o contexto que muitas vezes é apenas sugerido fotograficamente. A imagem é também escolha de um ponto de vista próprio do pesquisador e da relação que estabelece com o lugar e as pessoas que o compõem. Desta forma, tem o papel de complementar ou ser o centro da problemática de pesquisa. O panorama geral do Camelódromo e seus detalhes se tornaram para mim familiares ao longo desse tempo; assim tentei da forma como me foi possível, com a ainda pouca experiência em um campo que fala por si só, o da imagem, revelar o prazer e as dificuldades de se conseguir fotografar no interior do Camelódromo de Pelotas.

É que entre a imagem e a realidade que representa, existe uma série de mediações que fazem com que, ao contrário do que se pensa habitualmente, a imagem não seja restituição, mas reconstrução- sempre uma alteração voluntária ou involuntária da realidade, que é preciso aprender a sentir e ver [...] (BIANCO & LEITE: 1998, p.40).

Nas minhas primeiras incursões a campo, com câmera, registrei algumas imagens do espaço com seus corredores e mercadorias. Foi nesse momento que percebi que mesmo sendo já conhecida por alguns camelôs há um bom tempo, o fato de não ter deixado nesse momento claras as minhas intenções me causou problemas. No segundo dia em que fazia esses registros, um domingo de pouco movimento em que nem todas as bancas estão abertas e

podia captar o espaço vazio de alguns corredores, bem como suas cortinas de ferro fechadas, algumas delas pintadas pelos camelôs, fui abordada por um trabalhador do local que queria saber o que eu estava fazendo, pois alguns comerciantes “não estavam gostando de me ver ali fotografando”. Mesmo depois de explicar a situação e antes de falar que tinha o aval do presidente da Associação, o mesmo pediu que eu parasse e me retirasse. Apesar de me sentir bastante mal e tendo a consciência de meu erro, retornei no dia seguinte sem a máquina fotográfica e logo em seguida percebi que as imagens que poderia obter com o consentimento de meus informantes seriam ainda mais fundamentais para a pesquisa do que as primeiras imagens, entendidas por alguns camelôs como “roubadas”.

Tentei então capturar a imagem das pessoas, formas e dimensões desse espaço em que corredores, esquinas, meio e laterais, são portadores de histórias paralelas que se integram a uma história mais geral de movimento constante. Os caminhos que fazem optar por seguir em um corredor, ou recorrer a um dos atalhos dobrando na próxima esquina desvendou ao meu olhar as surpresas de perceber, no decorrer do tempo, sempre algo novo: um comerciante que chega ou sai, uma banca que fecha, outra que é alugada, algumas reformas que diferenciam bancas nada homogêneas em termos de estrutura e mercadoria, as diversas mudanças e rumos de vida que afastam e aproximam antigos vizinhos de profissão, e corredores que criam para si mitos e verdades.

CAPÍTULO III - A HISTÓRIA DO CAMELÓDROMO

3.1 A Saída do Centro Histórico: a partir da Imprensa

A retirada do Camelódromo de Pelotas do entorno do Mercado Público Central que compõe o centro Histórico da cidade de Pelotas, situado na rua XV de Novembro entre as ruas Lobo da Costa e Tiradentes, e que se estendia também à rua Andrade Neves, fez parte de um longo e demorado processo de negociações e tensões de ambos os lados, poder público municipal *versus* camelôs, assim como uma pressão por parte da imprensa local, para que tal questão fosse resolvida, o que significava, em última análise, retirar os camelôs de um local que, como demonstram as manchetes dos jornais da época, era inadequado para tal atividade.

Por si só, o Camelódromo situado em torno do Mercado Público é um péssimo cartão de visitas para Pelotas, tendo em vista as más condições do local. Aliado a isto, o lixo e a sujeira acumulados cooperam ainda mais para agravar a situação, deixando antever que a Administração Municipal deve encontrar uma solução para o problema (*Diário Popular*, 22/07/97, p.2).

Tendo em vista a crescente pressão por parte da opinião pública local em relação às péssimas condições de trabalho em que estes trabalhadores se encontravam, a Prefeitura Municipal iniciou um processo, descrito por ela, como de “moralização” e “disciplinalização” da atividade dos vendedores ambulantes na cidade.

No ano de 1997, o chamado Camelódromo de Pelotas era composto por 165 bancas, das quais, segundo jornais da época, mais de 30% encontravam-se ociosas, o que significava que eram bancas desocupadas e negociadas por outros camelôs, tanto para o aluguel como para venda das mesmas, para aqueles que “desejassem” ingressar na atividade. O Camelódromo já apresentava nessa época uma de suas características, ainda hoje, bastante presente, ou seja, também é um “negócio imobiliário”. O fato de possuir mais de um ponto entre alguns camelôs pode ser um investimento ou renda adicional. Comprar, vender e alugar bancas no interior do Camelódromo é uma forma de comércio paralelo realizado pelos membros do grupo.

A partir de 1997 iniciou-se um processo de retirada, em um primeiro momento dessas bancas, objetivando deixar tais espaços vagos para aqueles que precisassem.

Fiscais encontram bancas de camelôs desocupadas na cidade.

Mais de 30% das instalações estão ociosas e abandonadas.

Uma ação conjunta da fiscalização da SMUMA, ontem à tarde, recadastrou todos os camelôs que trabalham na rua Andrade Neves, em frente ao Mercado Público. Cerca de 60 bancas das 165 existentes naquele local, serão retiradas hoje pela manhã, por estarem desocupadas e em péssimas condições de higiene. Embaixo de algumas armações de madeira foram encontradas fezes humanas.

O chefe da fiscalização, Valmir Córrea Fuentes, disse que o trabalho objetiva reorganizar a área destinada aos vendedores ambulantes, a fim de que não seja prejudicado o serviço daqueles que realmente trabalham no local. Os camelôs apoiaram a operação.

O estado de muitas bancas é de abandono, Segundo Fuentes, elas serão entregues aos que precisam da ocupação. Os supostos proprietários que aparecerem hoje, terão que se dirigir a SMUMA e explicar os motivos do afastamento. Um caminhão da Prefeitura deverá chegar no Mercado Público às 8h30min. Para recolher as bancas (*Diário Popular*, 22/07/97, p.11).

Dois dias depois, nova matéria refere-se às péssimas condições desse espaço, que, nesse período, como foi mencionado, estendia-se ainda à Rua Andrade Neves entre Lobo da Costa e Tiradentes.

Bancas ociosas são retiradas: Fiscais da Secretaria desmontam espaço dos chamados camelôs-fantasmas.

Dezenas de bancas de camelôs, abandonadas na Andrade Neves, em frente ao Mercado Público Central, foram retiradas ontem às 8h30min., pelo Departamento de Fiscalização da SMUMA. Esta foi a primeira ação desenvolvida pelo órgão naquela área do “Camelódromo”, com o objetivo de moralizar o serviço do vendedor ambulante. A cada banca recolhida pelos funcionários da Prefeitura, montes de lixo apareciam depositados embaixo das armações. Madeira apodrecida, comida estragada, papéis de cigarro e garrafas plásticas, entre outros produtos, foram encontrados no local. O lixo, ainda, estava bloqueando o escoamento de água no meio fio da rua.

A operação, segundo o chefe da fiscalização Valmir Fuentes, pretende valorizar aqueles que trabalham diariamente nos pontos: “vamos fazer com que a comunidade acredite neles os ambulantes não são marginais”. A SMUMA quer zelar pelas condições estruturais ao redor do Mercado Público até a conclusão do novo “camelódromo”.

O vendedor ambulante Paulo Ronaldo Puccinelli disse que o movimento diminuiu 70% desde a instalação das bancas “fantasmas”. Elas ficaram em péssimo estado de conservação e afastaram os compradores.

Há dez anos na profissão, José Carlos Tavares comentou que a ação da SMUMA beneficiara aqueles que trabalham no espaço destinado a categoria. A organização precisa ser feita para acabar com os abusos, mencionou, como o caso daqueles que vendem as bancas e sempre dispõem de novos locais.

Os vendedores ambulantes criticaram ainda a falta de atuação do Sindicato que os representa. Na opinião de alguns a entidade só costuma “aparecer” para receber as taxas dos sócios . O grupo não descarta a realização de reunião para discutir o problema (*Diário Popular*, 23/07/97, p. 6).

Também nesse momento começou a existir por parte de alguns camelôs a reivindicação por um espaço com melhores condições de trabalho, assim como, entre os mesmos, passaria a ser questionada a atuação do Sindicato dos camelôs, comandado, nesse período, segundo relatos dos camelôs, por Menoti, ex-funcionário da Prefeitura que trabalhava junto à Fiscalização e que, ao se aposentar, adquiriu um ponto junto ao Camelódromo. O sindicato depois iria se transformar em Associação, comandada pelo atual Presidente, José Carlos Tavares Ávila, conhecido como Paulista.

Através das pesquisas realizadas em jornais da época, merece destaque uma matéria publicada no jornal, de autoria da jornalista Luciana Davnis, na época Editora da Cidade do *Diário Popular*. Em tom irônico a jornalista tece um discurso de apelo aos órgãos competentes para que definam soluções a serem executadas pelos mesmos, sob pena de comprometer de maneira séria e definitiva os arredores das instalações do Camelódromo. Relata o substancial crescimento do Camelódromo em curto período de tempo, passando de 165 bancas a 300, assim como descreve em detalhes as mercadorias comercializadas pelos camelôs e a extensão do consumo às diferentes classes, que a princípio antes não freqüentavam o Camelódromo, sugerindo assim a heterogeneidade dos consumidores que adquiriam as mercadorias revendidas. A jornalista traça um retrato do que acontecia no Camelódromo naquele momento, espaço situado em pleno centro Histórico da cidade.

Camelódromo muda perfil e vira supershopping: Cai imagem ingênua e surge a de grande centro comercial.

O camelódromo de Pelotas está longe de ser o que era há alguns anos. Com uma grande variedade de produtos, o que era um amontoado de bancas que mais vendia produtos de utilidades domésticas, agora é forte concorrente a mais variado “shopping Center” da cidade. Além de encontrar produtos inofensivos, como bijuterias, é possível adquirir desde óculos de grau até minicomputador e, obscuramente, automóveis.

Trezentas barracas compõem o chamado camelódromo de Pelotas, onde se instalam vendedores ambulantes que buscam mercadorias no Paraguai, e sem pagar o ICMS, vendem os produtos por preços abaixo do normal, mas com margem de lucro.

Nos primeiros tempos os camelôs vendiam brinquedos de plástico, calculadoras, batons, esmaltes, bacias de plástico. Sobreviviam do consumo da classe C e D, com o surgimento das lojas que vendem “tudo” por R\$1,99, foram estimulados a incrementar os produtos pois estavam perdendo o lugar na “praça”. Porém, aos poucos, todo tipo de comércio foi ganhando espaço no

mesmo lugar que hoje pode ser considerado um dos mais variados Shopping Centers de Pelotas.

Fazendo uma volta no meio das bancas, já é possível encontrar acessórios de celular, como carregador, bateria, vibra call, e até mesmo uma diversidade de aparelhos de telefone, que vão desde os mais simples até os mais modernos, com tamanho reduzido.

Quem ainda não entrou nessa “era”, pode adquirir o que é mais comum para dentro de casa: rádio, televisão, aparelho de cedê, os próprios cedês pirateados, minicomputador, agenda eletrônica com visor colorido, máquinas fotográficas e acessórios (de filmes a lentes), videogames, cartuchos e cedês de jogos.

Se não for possível enxergar com nitidez o que tem para vender, há uma banca que comercializa óculos de grau. Outros também vendem roupas, bolsas e peças para bicicleta. No Natal só não teve um Papai Noel em casa quem não quis. Os preços iguais aos bonecos: de plástico, eletrônico, pequeno, médio e grande, com música ou sem, de R\$8,00 a R\$80,00.

O pagamento se assemelha ao do comércio local, cheque pré-datado. O produto também tem garantia. Os frequentadores: classe A e B entraram na fatia.

Mas por trás dessa pretensa ingenuidade, há também um mercado de mais alto valor, que tem até comercialização de automóveis usados. E quem não é camelô e muito menos mora em Pelotas, aluga suas diversas bancas a quem quer trabalhar como vendedor ambulante, o conhecido camelô, cuja categoria em grande parte usa telefone celular e tem carro. Mas não é só isso que acontece no submundo da volta do Mercado. À noite o local vira “albergue” no qual menores e indigentes dormem nos aglomerados de madeira, material de fácil combustão. E quem pensa que é o único horário que os ânimos se acalmam, não sabe que diversos já atearam fogo nas bancas, colocando em risco o centro histórico que, de longe, parece ficar naquele lugar (*Diário Popular*, 7/1/98, p.8, autora Luciana Davnis, Editora da Cidade).

Além do fato de demonstrar em detalhes o que parecia acontecer nesse espaço, a matéria ainda sugere a extensão do consumo das mercadorias advindas do Paraguai, que naquele momento ainda eram vistas como novidades para os consumidores que estariam entrando em uma nova “era”. A matéria assinada pela jornalista do *Diário Popular* assume para si um tom tendencioso e agressivo em relação aos trabalhadores, definindo-os de forma a homogeneizá-los negativamente, a partir de bens de consumo que utilizavam, associando a atividade de todos esses trabalhadores à marginalidade e descrevendo assim tal espaço como um “submundo”.

A matéria ainda anuncia, em tom de denúncia, que as providências em relação à desinstalação desses trabalhadores no Centro Histórico da cidade seria urgente, exigindo por parte das autoridades uma solução imediata. Era, portanto, um sério problema a ser resolvido naquele momento e que já vinha se estendendo há um longo tempo, sem que se chegasse a uma solução. É importante destacar que 1997 e 1998 foram anos decisivos e de intenso debate sobre a ocupação que havia se estabelecido desde 1988 naquele mesmo lugar.

As bancas foram doadas pela Prefeitura para os trabalhadores objetivando centralizar em um único lugar esse tipo de comércio, mas 50% das bancas estão desocupadas (*Diário Popular*, 13/02/98, p. 6).

Os recortes desse período final de intenso debate e luta de forças, tornou, como será demonstrado a seguir, a situação insustentável tanto para os camelôs, quanto para a Prefeitura Municipal e o órgão encarregado pela ocupação dos espaços públicos da cidade denominado na época SMUMA, e que compreende hoje o que vem a ser a Secretaria de Urbanismo da cidade.

A partir da matéria que descreve o Camelódromo, sob o ponto de vista de sua autora, Luciana Davnes, nove meses iriam se passar até a transferência dos camelôs para o que compreende hoje o atual Camelódromo de Pelotas. Durante esse período a situação foi-se tornando a cada dia mais tensa, como demonstram as manchetes que se seguem.

SMUMA destrói bancas de camelôs
Destruição provoca desespero e revolta (*Diário Popular*, 15/02/98, p.11).

A Prefeitura inicia assim um intenso processo de coação aos camelôs da cidade e o ponto de partida foi a retirada e a destruição das chamadas bancas ociosas, que se estendiam também à Rua Andrade Neves, remanejando esses trabalhadores para a Rua XV de Novembro. Essa primeira iniciativa teve o objetivo de desobstruir a Rua Andrade Neves em frente ao Mercado Público Central para o tráfego do trânsito, mas, mais do que isso, tentar diminuir o número de bancas de vendedores ambulantes, acabando com as chamadas “bancas-fantasmas”,

Secretário de governo Renato Varoto divulgou a decisão: “O Mercado é bem público e os camelôs vão ficar ali por 3 a 4 dias, até que um lugar definitivo seja encontrado” (*Diário Popular*, 18/02/98, p. 9).

Camelôs ganham vaga no próprio camelódromo
Ambulantes saem da calçada e vão para junto dos demais (*Diário Popular*, 20/02/98, p.9).

A idéia de um Camelódromo foi aceita como solução pelo Prefeito da cidade, mas devido às dificuldades em encontrar um local, este recuou. A partir de então, foram os próprios camelôs que cada vez mais tentaram pressionar o poder público municipal para que uma saída para a questão fosse encontrada, assim como passaram a se mobilizar e denunciar as violências e exageros cometidos pela fiscalização municipal, como a traumática e

controversa destruição das bancas da Rua Andrade Neves, que teria contado com a aceitação do então Presidente do Sindicato dos Camelôs.

Prefeito recua e não quer mais camelódromo (*Diário Popular*, 4/3/98. p. 9).
Camelôs fazem mobilização hoje, SMUMA garante que demolição teve concordância do sindicato dos camelôs (*Diário Popular*, 16/2/98. p.5).

A reação da Prefeitura foi, a princípio, de não dialogar com os representantes dos camelôs, mesmo assim, a insistência por parte desses permaneceu e o tom das notícias mudou, denotando agora os exageros cometidos pela SMUMA em relação aos trabalhadores e a iniciativa desses de também estarem dispostos a desocuparem o local exigindo um outro espaço de trabalho.

Demolição de bancas vazias:
Prefeitura evita receber camelôs, Secretário de Urbanismo e Anselmo marcam audiência e não comparecem. Cleidi Pinto secretário substituto diz: “A Prefeitura tem autonomia para retirar e colocar vocês a hora que quiser” (*Diário Popular*, 17/02/98 p.9).

Camelôs querem local de trabalho (*Diário Popular*, 05/03/98 p. 9).

A partir de então, a Prefeitura tentaria “agilizar” o processo de construção do atual Camelódromo.

Secretário diz que em 23 dias o novo abrigo dos camelôs pelotenses estará funcionando (*Diário Popular*, 18/06/98 p.8).

Centro ficará sem camelôs (*Diário Popular*, 19/07/98 p. 12).

Ao mesmo tempo, entre os camelôs a necessidade de desocupar o local foi sentida como traumática, devido ao longo tempo que permaneceram naquele local, interferindo assim nos sentimentos em relação à mudança; muitos desses trabalhadores já estavam ali estabelecidos há pelo menos dez anos. Assim como o fato objetivo de que sabiam que as instalações não estariam plenamente concluídas e ainda a distância em relação ao local que ocupavam, causava temores sobre o futuro das vendas, sendo assim, os prazos para a retirada conseguiram ser adiados pelos próprios camelôs junto ao judiciário.

Prazo de camelôs termina e clima é tenso na cidade. A partir de amanhã nenhum ambulante poderá ocupar o entorno do Mercado Público Central, quem

descumprir correrá o risco de ser retirado a força policial (*Diário Popular*, 22/07/98 p. 9).

Camelôs ganham mais prazo, juíza concede mais 40 dias para ambulantes saírem do entorno do Mercado Público (*Diário Popular*, 23/7/98 p. 9).

Termina hoje prazo para os camelôs saírem do centro. Os módulos padronizados já foram fixados. Fabricados com metal e tela comportam 6 bancas cada um. O próximo passo será a cobertura do camelódromo (*Diário Popular*, 31/8/98. p. 5).

Indefinição marca hoje a mudança dos camelôs do centro, parte da categoria ameaça resistir à transferência (*Diário Popular*, 1/9/98 p. 5).

O Camelódromo de Pelotas foi um espaço originalmente pensado e projetado pela Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal de Pelotas, para ser utilizado como terminal de ônibus, entretanto, foi reutilizado e implementado para a construção do Camelódromo. Finalmente, no dia 2 de setembro de 1998, os camelôs desocuparam o entorno do Mercado Público Central, e iniciou-se a retomada desse espaço no centro histórico da cidade para a passagem do trânsito:

Mercado central recebe abraço. Aderiram ao ato diversas entidades que objetivam comemorar o resgate do prédio histórico. A apresentação inclui apresentações artísticas e queima de fogos. Segundo a programação oficial a abertura do ato está prevista para as 10h30min, com apresentação dos corais infantis do colégio Gonzaga e Sesi. Estão previstas homenagens de reconhecimento à Prefeitura, a representantes dos camelôs e a Procuradoria Geral do estado pela desocupação do entorno do mercado que por dez anos esteve encoberto por bancas de ambulantes (*Diário Popular*, 26/9/98. p. 9).

Assim se daria o início de inúmeros problemas que tal mudança ocasionou para esses trabalhadores, como poderá ser observado nos relatos dos próprios camelôs que se seguem, sobre a percepção em relação à falta de condições que ainda, durante nove meses após sua chegada no novo local, teriam de suportar.

Pela importância que tal fato teve nesse período, vale colocar na íntegra a matéria publicada no jornal *Diário Popular*, que narra a saída dos camelôs do Mercado Público Central.

Camelôs deixam área central: Ambulantes saem do entorno do Mercado Central e se fixam agora na praça do Pavão.

Sob o olhar de populares curiosos, os camelôs desmancharam, na manhã de ontem, a maioria das bancas situadas ao redor do Mercado Público. Alguns começaram o trabalho na noite anterior quando houve churrasco no meio da rua, que contou inclusive, com a participação do Secretário de Urbanismo, Osni Pinto. Após dez anos estruturados naquela área, os ambulantes deixaram o local pacificamente. Os problemas vieram depois, na hora de acomodação no camelódromo, o que acabou não acontecendo. O secretário deixou claro que a partir de hoje nenhum ambulante poderá ocupar o perímetro central. A SMUMA será rigorosa na fiscalização garantiu.

A maioria dos camelôs se dirigiu para o camelódromo logo no início da manhã de ontem, mas, como não havia sido definida a localização de cada um, aguardaram a SMUMA. As reclamações foram muitas. Argumentaram que os banheiros ainda estavam recebendo pintura e que a USIMEC não havia concluído o trabalho. O diretor da metalúrgica, Dagoberto Leal, frisa que deixou claro aos ambulantes, quando foi acertado o contrato para a fabricação dos módulos, que o trabalho não seria concluído na data fixada para que deixassem o Mercado. Segundo Leal, são necessários ainda mais 70 dias para que possa ser colocada a cobertura nos módulos. São 50 toneladas de aço para desdobrar e a equipe da USIMEC ainda trabalha nas fundações (*Diário Popular*, 02/09/98 p.5).

A partir da saída dos camelôs do Centro Histórico ficou registrado pela matéria que a fiscalização em relação aos ambulantes se intensificaria e que estes não teriam outra escolha a não ser esperar que a construção chegasse ao seu término. Tal fato contribuiu para que esse momento inicial de alteração em suas atividades fosse sentido pelos entrevistados como extremamente sofrido. As condições de trabalho nesse período inicial foram demonstradas durante as entrevistas como um período na vida deles de extrema precariedade e que só poderia ser alterado a partir de suas próprias ações individuais e coletivas para que esse espaço adquirisse, com o passar do tempo, configuração atual.

3.2 O Camelódromo de Pelotas

O Camelódromo de Pelotas é composto por uma imensa estrutura metálica, de 50 toneladas de aço, que cobre os quatrocentos pontos existentes; são 350 trabalhadores(as) dividindo o mesmo espaço, de maneira muito próxima uns dos outros, “colados”. Cada pedaço é ocupado, no interior e na parte de fora das bancas, por mercadorias, uma variedade delas: roupas, aparelhos eletrônicos, brinquedos entre muitas outras “coisas do Paraguai” (e nem só do Paraguai), se misturam, em um misto de cor e confusão. Os dias sempre “de movimento”, onde os corredores tornam-se ainda mais estreitos; horas de tumulto ou passividade, quando são efetuadas apreensões a determinadas mercadorias, ou ainda quando o

medo altera os humores do grupo, se instalando através das suspeitas e boatos que passam a circular de uma hora para outra, sobre o fato de que uma batida policial está realmente prestes a acontecer, até que acontece, portanto, nunca se sabe ao certo como irá ser o dia de trabalho, “se bom ou ruim”. Por isso, alguns camelôs se encontram em um estado permanente de insegurança, instalada e somente sentida por aqueles que optaram por correr os riscos a respeito do que é “proibido” (o contrabando não é exercido por 100% dos camelôs), e a partir dessa escolha (revender mercadorias pirateadas ou contrabandeadas) a tensão e o medo se misturam à aceitação.

O paralelismo entre o contrabando, a pirataria e o exercício da camelotagem são, durante as narrativas e as práticas do grupo, rompido e permanentemente restabelecido pelos sujeitos, a partir das relações comerciais que estabelecem. Existe uma parcela considerável de trabalhadores que conquistaram, no decorrer do tempo e permanência na atividade, a possibilidade de: registrarem suas bancas como micro-empresas, contribuírem com a Previdência Social, contratarem de forma ilegal ou legal (em relação aos direitos trabalhistas) funcionários, utilizarem-se dos serviços de contadores, e alguns ainda fizeram cursos que ensinam a gerir seus próprios negócios. A partir das práticas, estratégias e atitudes intrincadas entre o que poderia parecer dois mundos distintos, o que foi observado é a união de ambas as possibilidades de trabalho, camelôs e pequenos empresários. Constroem suas identidades em meio a papéis representados (ser camelô) e identidades referidas em meio a narrativas que sugerem a identificação com o sentir-se comerciante, conquistar “estabilidade material”, capaz de romper e esquecer períodos de precariedade no interior da atividade e grupo. Existe, durante as entrevistas, uma centralidade das narrativas em momentos de contradição e diferença atuando de maneira intensa sobre uma identidade concebida como híbrida.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas dentro de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL: 1999, p.13).

Todavia, definitivamente dentro do ponto de vista dos camelôs, enunciado e observado durante a pesquisa de campo, existe uma lógica de trabalho, cumprida cotidianamente, assim como uma organização instituída a respeito de como trabalhar, do saber trabalhar, assim como uma representação paralela estipulada pela Associação do Camelódromo.

Existem diferentes ângulos ou pontos de observação dentro desse espaço em que se pode parar e notar que, ao mesmo tempo em que um movimento constante de passantes exista a qualquer hora do dia, se encontram momentos diários e períodos do ano mais calmos do que inclusive desejariam, pois significam também poucas vendas. Portanto, quando o tempo permite, e quase todo dia o permite, os homens se juntam, sempre no mesmo local, para jogarem cartas (e não gostam de se sentirem observados). As pessoas conversam entre si, gerando um murmúrio constante na maior parte do tempo. Em alguns momentos do dia é comum pedir ou deixar alguém cuidando a banca, única maneira, para a maioria que não tem funcionários, de poder sair de seu ponto (para ir ao banco, almoçar, ir ao banheiro...). É comum, entre os corredores, os trabalhadores estarem vendo filmes, já que os vendem, jogando videogame ou escutando música. Em relação à última, de forma geral, é respeitado um volume razoável, levando em consideração o fato de que não deverá interferir na comunicação com os clientes. São essas as possibilidades para que o tempo, durante o dia no trabalho, vá passando, utilizar o que é revendido pois, no contato com o cliente, tende a facilitar a interação e com isso a venda. É possível notar em algumas bancas objetos pessoais expostos, mas que não chegam a se confundir com as mercadorias, que estão ali para serem vendidas: imagens de santas, fotografias em porta retratos, algum cartaz ou até mesmo certificados de conclusão de cursos que tenham feito ou algum filho.

O que pretendo fazer notar é que, dentro desse local, se encontram trabalhadores que adquiriram uma rotina de trabalho diária, como adquirem todos os indivíduos que exercem uma ocupação. Em geral, suas jornadas de trabalho são superiores ao dos trabalhadores formais; trabalham uma média de 12 horas por dia, todos os meses do ano e, portanto, existem tempos e momentos diferentes que subvertem uma rotina tranqüila.

Diferenciam-se de outras profissões, fora as características já mencionadas, também pela proximidade física entre um número considerável de trabalhadores em um mesmo local. Assim, essa característica não pode ser negligenciada, pois é através dela que a sociabilidade do grupo será exercida e mantida, assim como suas identidades no trabalho e em seu interior, compartilhadas através da memória, dos contatos diários com diferentes pessoas (os clientes) sempre em relação com suas concepções pessoais e coletivas sobre, como e porque optaram por exercer tal ocupação.

Existe, ainda, um reconhecimento diário do espaço e de seus lugares, um conhecer seu território de trabalho e as pessoas que estão em torno de si: aqueles que trabalham, os que apenas freqüentam, outros que consomem, e que, desta forma, fazem “circular” o dinheiro.

Aos domingos, poucas bancas abrem suas cortinas de ferro, mas algumas religiosamente nunca deixam de funcionar e sempre, desde que seus proprietários trabalham nesse espaço, funcionam de segunda a segunda. É possível ir ao Camelódromo em pleno 25 de dezembro e ter certeza de encontrar bancas em funcionamento; o movimento de clientes e de trabalho é mais lento, o clima parece mais tranqüilo e como sugere o dia da semana ou data comemorativa, os trabalhadores sabem que pode ser que não efetuem grandes vendas, ou até mesmo, que talvez não vendam nada, mas alguns não deixam de trabalhar, pois nunca poderiam estar plenamente certos do que pode acontecer, sendo possível, assim, que “algo entre”, ou ainda, que com sorte tenham um bom lucro no final do dia.

O espaço de corredores, onde as bancas formam paredes, nunca deixou de se transformar, ao longo de seus dez anos de existência. O passado que me foi narrado, por alguns trabalhadores, detalha histórias vividas durante esse período, ou seja, as narrativas, estão mais fortemente pautadas a partir do momento em que se instalam no Camelódromo, (mesmo que muitos trabalhadores já exercessem suas atividades no entorno do Mercado Público Municipal há mais tempo, ou ainda antes, em outros pontos da cidade como mostram a maioria dos entrevistados), cobrindo sua retirada do centro histórico da cidade, os primeiros tempos vividos no Camelódromo, assim como a continuidade, para muitos, até os dias de hoje nesse local.



Interior do Camelódromo de Pelotas. Fotografia realizada pela autora em 18/11/2007.

3.3 A saída do Centro Histórico pela voz dos camelôs

Em 1998, os camelôs foram chamados, segundo relata o Presidente da Associação dos Camelôs, pela Administração Municipal para optar entre três espaços possíveis a fim de que realizassem a sua retirada das ruas XV de Novembro e Andrade Neves, no centro histórico da cidade, ao lado do Mercado Público Central. Aquele episódio é narrado por “Paulista”, presidente da Associação dos Camelôs.

[...] Aí deram pra nós escolhermos pra onde é que nós queríamos ir...aí eu digo: agora tem que escolher, Avenida Bento Gonçalves, lá na praça, ou a Estação Ferrovia ali...ou praça do Pavão....aí fizemos uma reunião com o pessoal, optamos pela praça do Pavão, que é aqui né....Aí chegamos aqui...saímos de lá despejados, bem dizer né, o trator foi lá limpo tudo...saiu uma tonelada de bagunça de sujeira de lá...foi cruel [...]³⁰.

Pelo relato, podemos começar a observar os primeiros conflitos de memória, segundo os jornais da época, depois da traumática, má sucedida e abusiva demolição das bancas que se encontravam na rua Andrade Neves. Os camelôs teriam, ao final de longo tempo de negociações e adiamentos de ambos os lados, saído de maneira pacífica do entorno do Mercado Público Central, eles mesmos desmanchando as suas bancas, tendo inclusive encerrado tal período de permanência com um churrasco que, segundo os jornais, contou com a presença do então Secretário de Urbanismo.

Mesmo assim essa saída foi narrada por todos os entrevistados que a vivenciaram, como traumática. As lembranças são de máquinas da Prefeitura destruindo as bancas, dando fim à “favela”, expressão que os próprios camelôs utilizam para se referirem ao modo como os trabalhadores construíram as suas bancas naquele tempo, pedaços de janela virando porta, madeira velha, lonas servindo como teto.

A sensação, segundo narra Paulista, foi de fraqueza, já que estavam sendo despejados. As lembranças das máquinas varrendo o entulho, que antes eram as bancas dos camelôs,

³⁰ Entrevista realizada no dia 14/10/2007 pela autora com José Carlos Tavares Ávila, conhecido como Paulista, atual Presidente da Associação do Camelódromo de Pelotas; a entrevista foi concedida na sede da Associação do camelódromo de Pelotas.

remete a uma sensação de impotência quanto ao que ainda viria pela frente, assim como denota extrema violência.

A precariedade das bancas dos camelôs naquele período, demonstrada pelos jornais, contrasta com os relatos que designam a época como um “bom tempo”, sobretudo no que diz respeito às vendas, tempos melhores que hoje; o início, para alguns, de um percurso, a legalidade, com a possibilidade de registro de suas bancas. O passado carrega consigo nostalgia. A lembrança é assim sempre uma reconstrução que tende a abrandar os pontos negativos vivenciados pelos atores através dos “esquecimentos coletivos” para Candau (2002, p. 82).

El olvido es una censura pero también puede ser una carta de triunfo que le permita a la persona o al grupo construir o restaurar a imagen de ellos mismos globalmente satisfactoria.

O fato de narrarem esse período como um “bom tempo”, sugere, assim, o esquecimento e/ou abrandamento das dificuldades existentes durante aquela etapa.

3.3.1 Algumas entrevistas com trabalhadores

José tem 48 anos de idade, há oito anos ele e sua atual companheira tem uma banca no Camelódromo, ou seja, fazem parte do grupo de camelôs que há nove anos foram deslocados dos antigos postos ocupados no entorno do Mercado Público Central. Além disso, trabalha oito horas por dia fazendo a limpeza tanto dos corredores quanto dos banheiros do Camelódromo, por tal motivo conhece e convive com todos os camelôs do espaço, percebendo seus temores e angústias. Conheci-o há quatro anos e, portanto, já havíamos conversado antes, mas é na entrevista que me concedeu que percebi sua história. Uma entrevista pautada na descrição de uma vida difícil, de muito trabalho, decepções e aceitação.

A gente trabalhava com banca alugada, a gente não tinha onde botar mercadoria, foi indo, foi indo, no começo não era tão difícil, difícil parô de uns anos pra

cá...graças a Deus foi indo, foi indo, a gente conseguiu comprar o ponto...consequimo terminá de pagar o ponto né [...] ³¹



José, ao lado de sua banca no Camelódromo. Fotografia realizada pela autora no interior do Camelódromo de Pelotas em 18/11/2007.

O fato de os camelôs, no início, financiarem seus pontos no atual Camelódromo, contrasta com a situação de, ainda hoje, não ter sido concedido pela Prefeitura Municipal o Alvará dos mesmos. Pagaram um valor estipulado que cobria os módulos (como eram chamadas as estruturas metálicas em forma de bancas), assim como o ponto. Com o passar dos anos, muitos camelôs abandonaram o Camelódromo, negociando seus pontos com outros camelôs e alguns, como narram os entrevistados, decidiram retornar ao “centro” da cidade especificamente à Rua Marechal Floriano, pois não teriam se adaptado ao novo sistema de trabalho.

Dilva Fonseca tem 54 anos, é solteira e não tem filhos, nasceu em Canguçu onde morou até os dezoito anos, depois veio para Pelotas. Trabalha há vinte e cinco anos como camelô e em sua banca comercializa somente bolsas e mochilas. Já conhecia Dilva há dois anos, através de duas conversas informais que tivemos. Relembrei a ela nesse último encontro que já nos conhecíamos e falei que gostaria que dessa vez, conversássemos mais e fosse

³¹ Entrevista realizada pela autora no dia 2/10/2007 com José Adão Almeida no Camelódromo de Pelotas.

gravado. Ela aceitou, desde que eu levasse um atestado da Universidade comprovando o meu vínculo como aluna do Mestrado. No dia combinado levei o atestado e mostrei minha carteira de identidade e iniciamos a entrevista. Dilva sentia-se plenamente à vontade, demonstrando bastante anseio por falar de sua vida e de como ela tinha iniciado e construído para si um meio de trabalho que lhe concede prazer e estabilidade. Não se considera camelô, mas sim uma comerciante que hoje tem em seu nome uma micro-empresa.



A banca de Dilva no Camelódromo de Pelotas. Fotografia realizada pela autora em 20/12/2007 no Camelódromo de Pelotas.

Dilva narra o período de ocupação no entorno do Mercado Público, também como um “bom tempo”, momento em que se iniciou uma organização dos camelôs enquanto grupo, a partir do Sindicato, assim como o começo do registro de suas atividades junto à Prefeitura Municipal. A lembrança do local que foi-se remodelando com a chegada dos camelôs, se transformando em um ambiente de trabalho, faz sentido na medida em que esse período pode ser também lembrado como o momento em que, mais do que hoje, as mercadorias advindas do Paraguai ainda provocavam grande fascínio entre os frequentadores do local, que assim como atualmente era frequentado pelas mais diferentes classes sociais.

[...] Era uma época boa, não posso me queixar de nada, de nada da vida, de trabalhar eu nunca me queixo, porque eu sempre trabalhei muito...era bom, a gente vendia bem...sempre tive a minha firma registrada já há quase vinte anos...desde o Mercado, quando a gente foi pro Mercado, a gente se

registrou...porque antes era leito de rua, eles não deixavam ninguém se registrar, depois que fizeram aquele espaço no Mercado Central, aí já organizaram melhor, aí fizeram umas casinhas...aí já vinha um plano da Prefeitura aí deixaram a gente se registrar...aquela época era boa, se vendia muito bem...eu gostava, era meio desajeitado as coisas assim, o ambiente tu entendes? Logo que a gente foi pra lá era difícil, porque era muita prostituição na volta...mas aí aquelas pessoas foram se afastando, ficou muita gente misturada, era muita gente de fora...aí mudou o ambiente também, as pessoas que vinham ali naqueles botecos, naqueles bares foram embora...antes não tinha Associação, depois que nós fomos para o Mercado é que tinha sindicato.... associação[...]³²

A incerteza quanto ao novo ponto, comerciantes assustados com as manifestações e passeatas, protestos dos camelôs contra a retirada da XV de Novembro, esse período final de transição foi narrado por todos os camelôs com os quais tive contato, como um período triste, de poucas vendas e dificuldades para conseguirem trabalhar.

Roger Farias, 46 anos, tem o Ensino Fundamental completo, e se formou na Escola Técnica Federal de Pelotas, em Edificações. Trabalha há dezoito anos como camelô. Eu o conheci há três anos, era “meu vizinho de banca”, tivemos algumas conversas e, portanto, também sua entrevista me foi concedida de maneira bastante espontânea.

Depois houve essa troca pra cá ...vim...a gente não conseguiu trabalhar uns três, quatro meses direito...com essa troca que houve pra cá...aí vim pra cá já meio mal das pernas...três, quatro meses sem conseguir trabalhar direito, tive que fechar a banca com as passeatas...aquela coisa toda da troca, aqueles traumas todos da troca...Diário Popular dava notícia todos os dias dos camelôs ..todos os dias tinha notícia sobre a troca dos camelôs...e sempre num tom de...queimação, assim um pouquinho, dos camelôs, a gente notava que eles...a notícia sempre era dada como se o camelô fosse meio bandido...inclusive, até hoje o camelô tem alguma coisa assim...por melhor que a gente trabalhe respeitando garantias, trocando mercadorias até hoje o freguês tem uma coisa assim...”as coisas do Paraguai, o camelô vai me enganar”, sabe sempre tem um certo temorzinho por mais que...tem preconceito...por mais que a gente tente mudar essa imagem...sempre tem um pouquinho...a televisão faz muita crítica...”ah é do Paraguai”...aquela coisa toda.[...]³³

A entrevista realizada denota algo verificado através das pesquisas nos jornais da época. Realmente naquele período as manchetes sobre os camelôs eram quase diárias e o tom, em muitos momentos, se assemelhava, como relata Roger, ao “de queimação”, ou seja, de críticas negativas em relação tanto ao trabalho, mas mais especificamente ao local onde este estava sendo realizado. O preconceito em relação à atividade de trabalho que exercem, foi

³² Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca, no Camelódromo de Pelotas.

³³ Entrevista realizada pela autora, no dia 10/09/2007 com Roger Farias, no Camelódromo de Pelotas

com o tempo minimizado, justamente por sua retirada do Mercado Público Central, local visivelmente inadequado à prática da camelotagem.

Para o atual Presidente da Associação, foi o momento de assumir o comando,

[...] E eu fui assumindo, assumindo, criando...sempre pegando o microfone...pedindo pras pessoas nos ajudar e na época nós contava com a Câmara de Vereadores...a Câmara de Vereadores nos abandonou....todo o pessoal nos abandonou....deixaram nós ser despejados do centro...não tinha para onde ir...batalhando, pegava o microfone e chorava no microfone...pedia pelo amor de Deus que viesse alguém pra nos ajudar....aí o Anselmo na época do Anselmo (Prefeito da cidade durante o período narrado)...”vou ajudar vocês...não sei que que tem, e blá,blá, blá”, aí deram prá nós escolhermos pra onde é que nós queríamos ir[...]”³⁴

Esse momento inicial em que José C. Tavares (Paulista) assumiu a Associação foi um momento de fragilidade do grupo e intensificação de um descontentamento gerado em torno do seu representante anterior. Assim, através de uma organização estipulada por ele e através de suas escolhas sobre o futuro do grupo, assumiu o comando da Associação, na qual permanece até os dias de hoje.

3.4 Os primeiros tempos “na areia”

Nove meses no atual estacionamento do Camelódromo, ao lado da praça, “na areia” como narram os entrevistados ao se reportarem àquele período, foi o tempo que tiveram que ficar esperando, para, enfim, conseguirem ocupar o que se compreende, hoje, ser o espaço do Camelódromo. Ao se dirigirem a esse local, em setembro de 1998, ainda a construção realizada pela metalúrgica USIMEC não estava pronta, e os setenta dias prometidos para a finalização se transformaram em noventa dias, de péssimas condições de trabalho.

³⁴ Entrevista realizada pela autora no dia 14/10/2007 com Paulista, na sede da Associação do Camelódromo de Pelotas.



Estacionamento do Camelódromo, fotografia realizada pela autora em 18/11/2007.

Dilva narra este tempo “na areia”, como o pior momento de sua vida.

[...] Teve períodos que não foi fácil, esse período da transição de lá pra cá para mim foi o pior período que eu vivi, aí foi tão difícil, tão difícil...eu fiquei até com problema de saúde, de viver naquele chão, quando chovia alagava tudo, aquela terra, os pés...tinha que botar botina porque não tinha como botar o pé na terra no inverno...o pior é que nós pegamos todo o período, pegamos um período de verão intenso com sol de quarenta graus, e depois um inverno zero grau, era terrível, parece que foi nove meses, um ano não lembro bem, quando alguém fala disso digo: “não vamos falar de coisas tristes”, depois que viemos aqui para baixo o outro período ficamos lá no meio da terra, do lado daquela praça lá, horrível, horrível, horrível, chovia alagava tudo, era um pó horrível, as mãos, a pele da gente, é um período muito triste, a pior fase da minha vida, nunca vivi um período tão triste. Quando veio para cá ficou sendo um paraíso, aí já tinha cobertura, não tinha mais chuva, não tinha pó, o pó até existe tu entendes, mas não tinha o sofrimento daquelas tempestades de vento, de chuva, de pó, de alagamento, tudo, e o pior é que a gente precisava trabalhar, as contas corriam, tinha que trabalhar, quisesse ou não quisesse...foi muito difícil, para mim foi o pior período...tinha dias que eu tinha vontade de chorar, acho que muitas vezes chorei, acho, quando eu lembrava daquilo até hoje...tinha dias que a turma se reunia e chorava porque quando chovia...alagava tudo, tudo, alagava de tu não ter como permanecer lá, não tinha como, alagava aquilo ali, um lugar plano não tinha um caimento pra água sair, ficava meio metro de água, aí depois os próprios camelôs se

juntaram e abriram umas valetas, um negócio para água escoar um pouco...não tinha como ficar [...] ³⁵

Apesar de “não terem como ficar”, muitos agüentaram literalmente na pele e no corpo os momentos difíceis ali sentidos. Mesmo depois de tanta espera e adiamentos, quando chegaram ao local, o que encontram foi o prenúncio de um tempo muito difícil, que estava começando ali, em que muitos camelôs não conseguiram trabalhar, como sabiam, gostariam e estavam acostumados por vários meses.

Também para Roger aquele se caracteriza por ser um período muito difícil.

Aqui ficamos um mês, aqui em baixo perto do banheiro, quando eles pediram pra gente libera aqui a gente arrasto os módulos pra areia, os camelô na areia, isso foi em agosto, em setembro a gente foi pra areia, ficamos, agosto, setembro, outubro, novembro...fevereiro a gente veio pra baixo da estrutura, de 99...ali foi um horror aí em casa tu já não consegue mais separa as coisa ...crise...aí já passamos por umas crise em casa, superadas, mais foi violenta na época.[...] ³⁶

Ao longo desse tempo, momento em que a construção era finalizada para abrigar seus novos habitantes, os camelôs trataram de comprar, de forma financiada ou à vista, seus pontos e bancas. No início, eram módulos construídos em metal, de forma a serem móveis do chão, o que aprofundava as suspeitas de alguns camelôs de que, também desse local, seriam brevemente “despejados”, causando um outro conflito, desta vez entre os camelôs e o Presidente da Associação.

[...] mas quando nós temos aqui....aí começou a surgir aqueles boatos....”ah isso aqui vocês não vão ficar aqui ...porque vai ser um terminal de ônibus...isso aqui...essa estrutura metálica que tão fazendo isso aqui é um terminal de ônibus”...e nós todo mundo apavorado...e eu tô ali né...e devia ter umas trinta pessoas querendo me lincháporque eu trouxe o pessoal lá de cima pra cá...e eu pedi pelo amor de Deus não precisa fazer isso[...] ³⁷

A atitude de alguns camelôs em relação ao Presidente da Associação foi algo, segundo relata o mesmo, de extrema violência, porém compreensível, depois de um longo e tão traumático “tempo na areia”, no qual as péssimas condições de trabalho comprometeram tanto a saúde física dos trabalhadores, assim como também suas vidas fora do trabalho: depressão, ansiedade, medos, brigas familiares foram algumas causas relacionadas ao tempo que

³⁵ Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca, no Camelódromo de Pelotas.

³⁶ Entrevista realizada pela autora no dia 10/09/2007 com Roger Farias, no Camelódromo de Pelotas.

³⁷ Entrevista realizada com Paulista, no dia 14 de outubro de 2007.

permaneceram nesse local. Portanto, a menor possibilidade ou boato de que também desse lugar seriam removidos ou, pior, despejados, causava raiva, expressa na tentativa de um ato de extremada violência, contra a pessoa que teria lhes feito optar por esse local.

Nos primeiros tempos do Camelódromo, os trabalhadores não podiam deixar suas mercadorias durante a noite no interior das bancas, tendo que, assim como faziam na rua XV de Novembro, alugar um depósito próximo, com a finalidade de deixar em segurança, ao final do dia, os produtos a serem comercializados. Segurança precária, pois não protegia das batidas policiais que nessa época eram feitas diretamente nos depósitos em busca e apreensão de produtos contrabandeados, sobretudo do Paraguai. Segundo alguns relatos, os policiais e fiscais da Prefeitura costumavam chegar ao depósito por volta das 5 horas da manhã levando as mercadorias.

Renato Luiz Izquierdo Alves tem 43 anos de idade e trabalha como funcionário de bancas no Camelódromo há nove anos. Antes disso, trabalhava no entorno do Mercado Público Central, também como funcionário. Conheci-o também há quatro anos, quando participou do trabalho que realizei na Especialização em Sociologia.

Muita gente também deita com a banca completinha, cheinha e no outro dia acorda e não tem nada, a fiscalização bate e leva... porque isso aí eles sempre...na Quinze lá eram os depósitos, cinco horas da manhã eles já tavam lá estourando os depósitos e abrindo e tirando mercadoria que nem sabia de quem era, aqui também, se eles vem de manhã já vem com ordem judicial, vem e vão quebrando cadeado e abrindo...existe boato mas é difícil ter certeza de quando é, poucas vezes se disse: “ Ó avisaram que vão bater aí amanhã” e aí a pessoa vem pra banca tira tudo, esperando pelo dia de amanhã e não aparecem[...]”³⁸

A sensação nesses momentos, entre os trabalhadores, era de desespero e dor. Perder tudo depois de terem conseguido passar ilesos pelas estradas pode ser ainda pior, pelo fato de que nos depósitos podem estar mercadorias relativas a várias viagens bem sucedidas. É dramático também porque grande parte dos itens apreendidos não tinham a menor possibilidade de serem recuperados, por serem fruto de contrabando e pirataria, podendo ser incinerados pelos policiais ou fiscais da Prefeitura, impossibilitando a retomada do trabalho diário de forma imediata, mesmo quando o camelô dispõe de crédito para empreender novas tentativas.

³⁸ Entrevista realizada pela autora no dia 20/10/2007 com Renato Luiz Izquierdo Alves, no Camelódromo de Pelotas.

3.5 O passar do tempo

Com o passar dos anos, cada camelô começou, aos poucos, a construir a seu modo e com os recursos dos quais dispunha, bancas fixas, com madeiras ou tijolos, modificando, dessa forma a padronização inicial das bancas todas em metal e pintadas de preto. Em algumas foram colocados pisos e atualmente todas são compostas de cortinas de ferro, possibilitando maior segurança e evitando o desgastante e demorado trabalho diário de carregar todas as mercadorias na saída e na chegada ao trabalho. Atualmente, os vendedores não necessitam fazer esse trabalho, deixando seus pontos ao final do dia fechados com suas mercadorias no interior, o que não impede que durante as batidas policiais cadeados sejam danificados para abrir as bancas e apreender mercadorias contrabandeadas e/ou pirateadas, como relatou Renato.

Antônio, 58 anos, trabalha há quatro anos como camelô. Entre os anos de 1980 a 2000 fixou residência e constituiu família na capital e morou em diversos municípios ao redor da cidade de São Paulo, trabalhando como topógrafo. Aposentou-se em 2002 e no final do ano retornou a Pelotas, o que, segundo ele, era um desejo que sempre teve, o de poder voltar à terra natal.



Antônio em sua banca no Camelódromo. Fotografia realizada pela autora em 18/11/2007 no Camelódromo de Pelotas

[...] Foi estranho não vim para fazer isso... voltei pra Pelotas porque me aposentei e tive desejo de voltar...tinha vontade de voltar... e não queria parar de trabalhar não...não tinha definição do que queria fazer e então minha irmã me indicou aqui, pra ela tava difícil...mas vim prevenido com dinheiro de São Paulo...fui o primeiro a colocar um piso na frente da banca...o primeiro banqueiro a fazer isso...tem que ter um visual melhor pra pessoas que passam não achar uma bagunça, parecendo uma favela[...]³⁹

Os aspectos materiais e sentimentais desse universo de trabalho se fundem a todo o momento, durante as narrativas dos camelôs, e podem ser percebidos pelas falas que tecem a história desse grupo. A intenção é pensar através das narrativas transpostas, fatores fundamentais que dizem respeito ao cotidiano no trabalho, e de que maneira estas vivências compartilhadas, o tempo dedicado à ocupação, a ética no trabalho disputando espaço com a concorrência, a identificação articulada e dividida entre as identidades de ser/estar camelô/comerciante traçam o panorama de uma memória coletiva sobre os acontecimentos experienciados e sentidos de maneiras tão diferentes, a partir de suas personalidades individuais e semelhantes no que tange às estratégias encontradas para se sobreviver em um panorama por vezes hostil e, em outro sentido, como prazeroso para os que optaram de forma voluntária ou não por esse modo de vida.

Eu gosto do que faço, me identifico muito, muito, muito, já fui convidada... a minha irmã já quis me levar para botar uma loja lá no centro, já olhou prédio, olhou tudo e eu disse que não queria, não queria, não quero trabalhar mais do que eu trabalho aqui meu anjo, e o movimento aqui é muito superior que qualquer ponto da cidade aqui, aqui é um povo dia e noite né? Para comprar, que bom que fosse todo mundo para comprar, é para incomodar, é para encher o saco e tudo, mas vem muita gente...as pessoas vêm passear, não vem comprar nada, mas vêm passear, trazem o filho, trazem a criança, trazem o cachorro, trazem a sogra, a família inteira...aí vem todo mundo ficam aqui dentro, muitas vezes nem é para comprar nada, mas vem, olham tudo, vão embora, voltam outro dia...é um Shopping a céu aberto, entende? Aqui as pessoas entram, caminham, olham, vão embora não tem aquela coisa assim, de tu entrar como em um Shopping, tu entra, tu vai ali, ou tu vai compra ou não, vai mas tu tem um lugar mais chique tu entende? Aqui não, muitos vêm, vai, voltam[...]⁴⁰

As imagens do passado e do presente na atividade foram representadas e pronunciadas, no momento da pesquisa, tanto pelos camelôs, quanto pelo poder público municipal. Serão basicamente essas falas, suas diferenças, lutas e conflitos de memória que geram o cenário

³⁹ Entrevista realizada pela autora no dia 12/09/2007 com Antônio Ferreira, no Camelódromo de Pelotas.

⁴⁰ Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca, no camelódromo de Pelotas.

atual, um espaço de trabalho e convívio diário, que narra e constrói o cotidiano de homens e mulheres como vendedores de bens para uma população de clientes que caminha por esse lugar, compondo um panorama bastante heterogêneo em relação a classes sociais que eventualmente freqüentam o espaço, e a maneira como este também se transformou em um lugar de “passeios”.

Nesse sentido, é narrado pelos camelôs que tanto juízes, professores, policiais e trabalhadores, de diferentes setores e poder aquisitivo distintos, encontram-se entre os clientes, não podendo se afirmar que o comércio existente é destinado prioritariamente a consumidores de baixo poder aquisitivo, como no passado, e nem mesmo que os policiais e fiscais que apreendem as mercadorias contrabandeadas e/ou pirateadas não sejam, fora do horário de serviço, clientes de alguns dos camelôs aqui apresentados, existindo por parte desses uma certa compreensão em relação ao papel dos indivíduos e trabalhadores que exercem essa função.

3.6 Do Cotidiano

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, as dificuldades de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este "mundo memória", segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres (CERTEAU: 1998 p.31).

O Camelódromo é um espaço caracterizado por micro-eventos cotidianos. Os acontecimentos e o dia-a-dia desses trabalhadores são fortemente marcados pela proximidade física de seus ocupantes, se estabelecendo vínculos e afinidades entre pequenos grupos, combinado por momentos em que surgem também tensões.

Até às 10 horas ainda se pode ver a movimentação de pessoas arrumando suas bancas ou de seus patrões. É o horário de varrer as bancas, tirar o lixo, passar um pano molhado no chão, fazer um chimarrão, e é assim, nesse ritmo, que começam as primeiras conversas do dia, os comentários sobre o final de semana, sobre as vendas, as viagens, o tempo.

Neusa S. Silva tem 58 de idade e há dezesseis anos trabalha como camelô.

Eu gosto, cada um tem a sua banca... eu não dou importância pra ninguém né....eu fico....ontem mesmo fiquei o dia todo aí sentada...conversei com aquela guria ali e mais com a outra [...]⁴¹

Para Dilva, alguns momentos desse convívio foram marcantes, como a morte de uma vizinha de banca.

Já aconteceu até de morrerem pessoas aqui de dentro isso já aconteceu...a moça daqui da frente morreu quando a gente estava aqui, teve um ataque fulminante um dia, não aqui, mas em casa, olha eu nunca me impressionei com morte, mas nesse período eu fiquei bem deprimida de ver aquela pessoa que tu vê todo o dia, ela morreu na frente da gente praticamente, foi bem difícil...(choro)⁴².

Em relação, a saber com antecedência das batidas policiais, através de “avisos” para que possam assim retirar mercadorias antecipadamente, evitando as perdas, Neusa diz:

Não... só comentário, a gente não sabe ao certo, a gente nunca sabe, outro dia mesmo eles vinham terça ou quarta bate nos DVD né...aí um dia pegaram e vieram sábado... mas eles não são grosso (polícia) eles vem com o pelotão de choque, com cachorro Pitt bul (risos) então aqui mesmo tinha uma banca de CD, aqui né, eles trancavam aqui na frente e ali eles trancavam e aqui ó, eles paravam aqui, paravam ali e paravam aqui na frente tudo de arma... levaram depois nós pra conferi a mercadoria lá, depois liberaram nós, só a mercadoria ficou lá [...]⁴³

Pode parecer estranho aos olhos de outros não camelôs, que um ato de violência e coação explícita (polícia, armas, cachorros), possa ser naturalizado pelos camelôs. O fato é que estes compreendem as “regras do jogo”, e são nesses momentos, principalmente, que reagem como camelôs. Cometem contravenções previstas em lei, e podem ser assim abordados, como “meio bandidos”, como relata Roger. São questionados, acuados e sem possibilidade de fuga, estando ou não suas bancas com as grades fechadas, têm na maioria das vezes, suas mercadorias apreendidas, a qualquer momento e sem avisos prévios.

Em relação à solidariedade entre o grupo de camelôs do Camelódromo, é observado, através dos relatos, uma união instável, devido sobretudo à forte concorrência entre eles,

⁴¹ Entrevista realizada pela autora no dia 08/09/2007 com Neusa S. Silva no Camelódromo de Pelotas.

⁴² Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca, no Camelódromo de Pelotas.

⁴³ Entrevista realizada pela autora no dia 08/09/2007 com Neusa S. Silva, no Camelódromo de Pelotas.

assim como relacionamentos pautados mais nas afinidades pessoais que aproximam os indivíduos, que estabelecem suas relações em “mini-grupos”.

A percepção de grupo e a solidariedade entre companheiros de atividade de trabalho se estabelece de maneira marcante quando surgem situações tensas e desestabilizadoras, ou seja, nos momentos de apreensões “na estrada”, situações em que se colocam no lugar do outro, como sendo também o seu lugar.

Entre a gente costuma se ajudá quando pode, dentro do alcance... em quatrocentas bancas tem gente que não se dá, tem uma certa diferença, certa concorrência por trabalha com a mesma mercadoria assim...o esquema do preço do DVD , o DVD era dez reais, aí um sujeito pego lá e disse: “não, vo vende a cinco”...todo mundo baixou pra cinco ...o DVD, a dez reais a polícia não vinha, o Ministério Público não vinha aí incomoda tão freqüentemente, aí depois a fiscalização passo a vim, dez reais três DVDs aí não tinha ...começaram a incomoda mais seguido, então um resolve fazer uma concorrência assim...que nem esse cara todo mundo vendia DVD de play (videogame) a dez reais...aí do lado da banca onde eu trabalhava ali, boto a oito, aí todo mundo baixo pra oito...de vez em quando aparece outro fulano lá bota a sete...até uma hora vai chega que ... vai ser impossível trabalhar⁴⁴.

A concorrência “desleal”, através da qual alguns trabalhadores cada vez mais estão diminuindo os preços, ao invés de manterem os valores estáveis, pode e na verdade é a maior causa de desunião e disputa no interior do grupo. Tais conflitos são percebidos tanto no Camelódromo de Pelotas, quanto fora desse, entre os vendedores informais ambulantes dispostos nas ruas da cidade. O fato de alguns camelôs “torrarem” suas mercadorias é ponto de tensão e desestabilização do grupo, causando ainda inimizades. Isso ocorre pelo fato de que dentro do Camelódromo, diferenças de preço em relação ao mesmo produto não são encontradas. Quando um camelô reduz o preço de sua mercadoria imediatamente os outros vendedores fazem o mesmo, sob pena de não conseguirem vender a um preço mais elevado, assim como, também, inviabilizam que outros camelôs, que trabalham com o mesmo produto tenham um lucro superior.

Dessa forma, os camelôs ao mesmo tempo em que fazem parte e estão inseridos em uma sociedade capitalista com a qual convivem, compreendem e manipulam suas regras, atuam em suas vidas cotidianas em um universo de trabalho pessoalizado. As disputas nesse sentido não são como no comércio formal, entre empresas, mas entre pessoas, no interior do mesmo grupo. É assim que a “concorrência desleal” é sentida e percebida como uma disputa

⁴⁴ Entrevista realizada pela autora no dia 20/10/2007 com Renato Luiz Izquierdo Alves no Camelódromo de Pelotas.

entre pessoas que se conhecem e dividem um mesmo espaço de trabalho, em geral vizinhos de banca e corredores. A “concorrência desleal” passa a ser forma e decreto de rompimento de relações no interior do grupo, ocasionando assim a desunião desse.

Para Roger não existe “uma união” entre os camelôs, tirando os momentos de apreensões, ou poucas amizades antigas. No geral o que rege, para ele, o Camelódromo, é a lei do comércio baseada na concorrência e sobrevivência do mais forte:

Tenho inimizado...as pessoas não são unidas, podem até se unir mas em mini grupos, não o total, tu te compatibiliza com dois três, fiz vínculos fortes com alguns...me dou super bem com eles até hoje...já vi gente...já ajudei gente quando tava subindo (saindo do Mercado Público Central) que já me negou depois que subiu, entendesse, acontece isso daí, isso é normal, tu planta mas tem umas sementinha que cai no cimento, outras cai na terra, umas não brotam, não dão fruto, e também já tive ajuda de muita gente, então na estrada mesmo assim, tu vê coisas horríveis tu vê gente roubando de colega e tu vê as vezes na hora de uma batida o cara ajudando, eu mesmo sempre tentava ajuda os outros, assim na estrada, numa revista geral no ônibus assim, aí tu vai, tu tenta ajuda os outros tu já te viu livre da revista da fiscalização aí tu volta, pra embola pra ajuda assim, sempre procurei trilha isso daí, mas também tem gente que não gosta da minha cara, normal, não sô santo também, mas também não deixo entra quando eu não quero fecho a porta azar...é muito desunido só se unem na hora do aperto (os camelôs), é bem assim, na hora da morte, de perde a banca, de perde mercadoria, tu vê um pouco de união, aí eles tudo atrapalhado, sem união porque não tão acostumado a te união, naquela hora tentam se junta meio que na marra assim, mas no resto é normal, é gente fazendo concorrência, gente colocando preço em cima do outro e aí é a lei do comércio, é normal, uns se revoltando, tem gente comprando banca do teu lado pra ti não compra, acontece, também já fiz isso, comprei banca do lado do concorrente pro concorrente não cresce, não fica igual a mim, isso é uma questão de sobrevivência [...] ⁴⁵.

A questão da sobrevivência narrada por Roger foi aprendida nas ruas. Leis e regras que não são muitas vezes “justas”, para com os camelôs mais “fracos”, são estratégias que não impedem que “novos” camelôs entrem a todo momento na atividade, mas impedem que muitos permaneçam nessa por muito tempo. Além disso, a “concorrência desleal” faz, cada vez mais, que os lucros sobre as mercadorias revendidas se tornem progressivamente menores.

Dilva demonstra, em seu relato, por outro lado, como a atividade também é um prazer que poderá inclusive afastar outras preocupações do cotidiano fora do trabalho, e como é

⁴⁵ Entrevista realizada pela autora no dia 10/09/2007 com Roger Farias no Camelódromo de Pelotas.

possível existência de uma solidariedade entre companheiros de trabalho. Diferente de Roger levará em consideração outros fatores.

Porque aqui é assim: você chega meio tristonha, por algum problema que todos nós temos, ou é saúde, ou é família, ou é dinheiro...aí tu chega já tem um monte de mulher na volta, e todo mundo conta uma coisa, uma outra coisa, a outra conta outra e mais outra e no fim daqui a dez minutos tu já não tá mais triste, tá alegre...o ambiente é muito bom, gosto do que faço, gosto dos meus vizinhos, não tenho nada contra, me adapto a qualquer coisa...

Não tenho grandes amizades aqui, mas companheirismo, todo mundo se dá bem, se eu sei que ta precisando de alguma coisa todo mundo ajuda, todo mundo tenta pelo menos conviver bem entendesse?, pode não se ter grandes amizades, de ir visitar, de fazer amizade, de ir na sua casa...mas todo mundo se dá bem, se acontece qualquer coisa todo mundo se ajuda...⁴⁶

Ainda em relação ao cotidiano estressante, é o Presidente da Associação que relata os momentos tensos pelos quais passou, sem que desistisse de ser o único representante do grupo.

Claro que aqui eu já apanhei aqui, tive mais de quinze processos aqui dentro, mas tudo eu ganhei...nunca fui condenado nos processos de agressão, processo deles me agredir (camelôs), muitas pessoas não me querem aqui...mas conforme assim né, a maioria é quem manda...aqui nós temos quatrocentas bancas...aqui trezentas bancas querem...não é que cem bancas que nãovai adiantar nada não resolve...já tive vários...já tive tanto problema aqui...já tive com o pessoal que trabalha à noite...eles não gostam de mim...porque eu sou muito correto, eu gosto das coisa tudo certo...eu apresento contas...tudo o que o pessoal quer saber eu apresento pra eles eu não escondo nada...eu não roubo deles eu não fico tirando dinheiro[...]⁴⁷

O depoimento de Paulista denota como determinadas questões são resolvidas entre os camelôs através da violência, mas, segundo ele, tais conflitos não impediram que continuasse à frente da Associação. Durante a entrevista não deixa claro os verdadeiros motivos que levaram algumas vezes os camelôs a terem tal tipo de atitude, sendo assim, a sua narrativa segue um caminho de se considerar injustiçado, pois gosta do trabalho que executa, mas não se considera realizado justamente pelo fato de que sente que não lhe dão o valor e o reconhecimento que julga merecer.

⁴⁶ Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca no Camelódromo de Pelotas.

⁴⁷ Entrevista realizada pela autora no dia 14/10/2007 com José Carlos Tavares Ávila –Paulista, Presidente da Associação do Camelódromo, entrevista concedida na sede da Associação.

3.7 Noções de “Bancas Fortes e Fracas”

Segundo o relato de Antônio existem três tipos de categoria de camelôs.

[...] O pobre, o médio e o que se dá bem, que ganha mais e vende bem, me considero intermediário, o que se dá bem vende quinhentos reais por dia, o intermediário vende duzentos, trezentos reais por dia e o pobre é o que menos vende⁴⁸.

Ser o que menos vende ou o pobre, dentro da categoria sugerida por Antônio, poderá significar em muitos dias não vender nada. A grande maioria das bancas existentes dentro do Camelódromo de Pelotas estaria dentro de um padrão intermediário. A precariedade implícita, quando se fala em trabalhar como camelô, não pode ser facilmente estendida ao Camelódromo. Obviamente existem bancas e trabalhadores nesta categoria, o próprio espaço físico sugere isso, mas o fato de possuir um ponto, que segundo os entrevistados, pode chegar a custar em torno de dezesseis mil reais ou ainda o fato de terem de arcar com as despesas de um aluguel mensal, que gira em torno de duzentos reais, limita a existência de trabalhadores em condições reais de precariedade, criando também uma alta rotatividade, ou seja, existem trabalhadores que não conseguem permanecer muito tempo no Camelódromo de Pelotas, devido aos custos materiais que são levados a cumprir.

Na realidade certo quanto eu tiro, não sei, mas acho que eu tiro um bom dinheiro, porque...cada uma delas aqui eu pago, pra essa aqui (filhas) eu sei que não é um grande salário...pra essa aqui, ela ganha oito reais por dia de vale-alimentação...mais oitenta por semana...tem duas folgas por semana...pra aquela ali (filha) também ganha oito reais do vale-alimentação, mais cem reais por semana e tem a folga dela também...já ensinei...tô ensinando a viajar, comprar...tem que aprender [...] ⁴⁹.

[...] Tenho reserva em banco, tenho aposentadoria boa, carro, ganhava dez salários, quando me aposentei passou pra cinco, e agora ganho quatro, na banca tiro uns dois mil e quinhentos reais por mês[...] ⁵⁰.

⁴⁸ Entrevista realizada pela autora no dia 12/09/2007 com Antônio Ferreira no Camelódromo de Pelotas.

⁴⁹ Entrevista realizada pela autora no dia 13/09/2007 com Adão Lemos no Camelódromo de Pelotas.

⁵⁰ Entrevista realizada pela autora no dia 12/09/2007 com Antônio Ferreira no Camelódromo de Pelotas.

Encontra-se enunciado nessas falas uma estabilidade material que possibilita não só que esses trabalhadores permaneçam de maneira mais estável na atividade, como que almejem que também seus filhos ingressem nessa.

3.8 A Associação do Camelódromo

Atualmente, a Associação do Camelódromo é comandada única e exclusivamente pelo seu Presidente, José Carlos Tavares Ávila, mais conhecido como Paulista, que há 11 anos permanece no cargo, assumindo o comando “aos poucos”, um ano antes da retirada dos camelôs do centro histórico da cidade. Ficou evidenciado, nos relatos dos entrevistados, uma participação quase nula por parte dos mesmos nas decisões tomadas pela Associação. Segundo a Secretária Adjunta da Secretaria de Urbanismo da cidade, Lílian Schenatto: “*A Associação é um problema a ser solucionado no futuro*”. Para o coordenador da CAURB, órgão interno da Secretaria de Urbanismo, a Prefeitura entraria com uma ação junto ao Ministério Público, com a finalidade de reassumir o comando do Camelódromo também em breve.

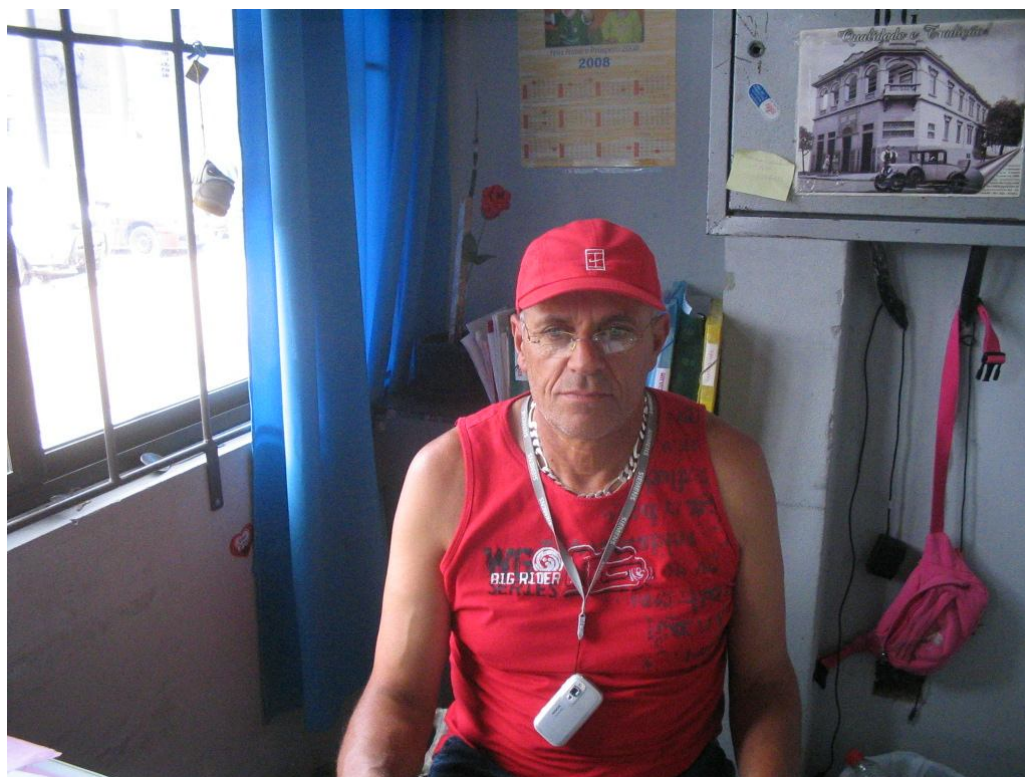
O Presidente da Associação é a pessoa procurada quando surgem problemas no interior do grupo, sendo responsável também pela manutenção constante do espaço físico. As decisões geradas dentro do Camelódromo, já há algum tempo, passam longe do aval do Poder Público Municipal. A arrecadação mensal da taxa de condomínio cobrada de todas as bancas permite a necessária manutenção do espaço, cobrindo de modo geral: a contratação de funcionários para limpeza, assim como as taxas referentes à água e luz e manutenção constante do espaço físico. Tais custos são honrados mensalmente pela grande maioria dos camelôs, assim como pela Associação, como tive oportunidade de comprovar junto ao presidente da mesma, que disponibiliza na entrada do escritório da Associação, afixado na porta, as contas e valores pagos por mês.

Paulista, como é conhecido, é respeitado por muitos e criticado em suas ações por outros camelôs, que assumem para si o fato de que não participam como deveriam das decisões.

O meu contato com ele foi bastante tenso, horas de espera para enfim cancelar a entrevista agendada, uma certa antipatia explícita pelos motivos que me levaram a estar ali, foram fatores que complicaram em um primeiro momento o contato. Mesmo com sua resistência em participar do trabalho consegui, depois de muita insistência, a entrevista, assim

como um aval para poder entrevistar os camelôs que desejassem. Nos primeiros encontros informais quando explicava a pesquisa, se mostrou como alguém extremamente ocupado que não dispunha de tempo e nem vontade para falar, definindo a seu critério as pessoas que eu iria entrevistar, pessoas de “sua confiança”, como José, único entrevistado que se encontra na categoria por ele estipulada, assim também logo depois da entrevista me “permitiu” fazer algumas fotografias do espaço fingindo “não me notar”.

A entrevista concedida depois de muita insistência da minha parte, revela um homem extremamente emotivo com as situações pelas quais passou, segundo ele, injustamente e a quem não é dado o devido valor pelos camelôs que convivem com ele, assim como em tempos cada vez mais adversos em que o espírito individualista e as leis do mercado e concorrência se espalharam de forma quase generalizada dentro e fora dessa atividade. Fundamental se torna a sua fala em relação ao seu papel e sentimento pessoal de “líder” do grupo, adquirido pelo esforço solitário em tentar manter o Camelódromo ao longo desses dez anos.



Paulista em seu escritório no Camelódromo, fotografia realizada pela autora no dia 20/12/2007 na sede da Associação do Camelódromo.

A sobrevivência não é fácil pô...vocês pensam que eu ganho aqui...o dinheiro que eu ganho ...claro a inveja existe em qualquer lugar...mas eu digo, abro aí pro pessoal...vocês não podem me invejar... eu tenho cinquenta e oito anos, vou fazer agora ...pô, olha o meu mundo, tive em Minas Gerais,

tive no Rio de Janeiro, tive em São Paulo...morei em cidade tudo...eu sou um cara que eu não tenho estudo...mas sou vivido, pelo mundo...estudei até o terceiro ano primário...não tenho vergonha de dizer...mas não é assim...eu converso com qualquer um ...eu discuto com qualquer pessoa...eu tô na Associação desde aquela época...onze anos...quer dizer que eu comando, eu ...já tentaram me tirar que nem eu já falei pra você mas...não tem porque me tirar...de vez em quando eu chamo reunião..."não, vô tirar você e colocar outra pessoa"...não tem...pior, não adianta...então você vê...tá tudo certo...eu faço porque eu gosto...mas eu não me sinto realizado...eu gostaria que o pessoal me desse mais valor...eu me emociono, (choro e silêncio)...tem gente que conseguiu muita coisa, muita coisa boa mesmo, mas é que essas pessoas que conseguiram até me dão valor... mais aquelas pessoas que não conhecem a minha trajetória, que não conhecem minha situação...aqueles que chegaram hoje e já pensam que o negócio é assim, que...chegaram hoje e tem que ser do modo deles...eu digo pra eles não é assim, olha eu tô aqui há doze anos, mais oito lá em cima...são vinte anos de caminhada...não pode querer chegar e impor as coisas...aí então a idéia, vamos fazer uma reunião...prá nós conversar...e aí o pessoal não, não é nada disso, que a pessoa tá dizendo e a pessoa dizendo isso, isso e isso e os outros se guiarem toma as rédeas...não, não tem nada ver a história que a pessoa quer fazer, não quer fazer, a situação é conforme tá, assim tá bom...não pode mexer...as pessoas, muitas dão valor mas é que nem eu falei pra você...as pessoas chegam hoje e já querem impor aquilo que eles acham que ...aquilo que eles querem impor...querem trocar tudo que vai dar certo...mas nós temo uma trajetória, que aqui tem muita gente que tá numa situação boa e tem muita gente que tá numa situação difícil...eu tenho pessoas aqui que tem a sua banquinha, que sustentam...uma banca só, tem duas filhas estudando em faculdade...tem um aí que tem banca a guria se formou mas ela deve uma tonelada de dinheiro...a guria se formou tá formada direitinho...muitas pessoas aqui se formaram aqui dentro, trabalhando aqui com a sua mãe, com sua família...quer dizer que nem eu falei pra você.....(choro, silêncio) ...tá eu não quero falar mais!...⁵¹

Renato, por outro lado, descreve durante sua entrevista o pleno poder de decisão exercido pelo Presidente da Associação.

⁵¹ Entrevista realizada pela autora no dia 14/10/2007 com José Carlos Tavares conhecido como Paulista, Presidente da Associação do Camelódromo, entrevista concedida na sede da Associação.



Renato na banca que trabalha no Camelódromo de Pelotas como funcionário. Fotografia realizada pela autora no dia 20/12/2007.

A Associação é um problema...porque ela tem vice-presidente, tesoureiro, primeiro secretário, segundo secretário, mas isso aí ninguém tem poder a não ser o presidente ...então é ele que faz a contabilidade...e ele...qué dize, não passa...não existe assim um conselho ou alguém ...que possa...fiscaliza...mas ele...só o presidente tem o poder de tudo aí...mas ninguém se candidata...porque ninguém que se incomoda...tem eleição mas eu acho que atualmente nem tem tido, porque não tem chapa pra concorrer...ninguém quer abraça a bronca...faze a frente na Associação...então acho, até por isso, tem um presidente há tanto tempo, vários anos ...e leva as coisa assim, por conta dele e ele tem o pátrio poder de...cuida de finanças...manutenção, essas coisa toda né...não existe ninguém aí que queira abraça a causa com uma chapa, aí ninguém que se incomoda nébem antes tinha o seu Menoti ...mas depois que assumiu aí o presidente atual não teve mais nenhuma chapa a concorrer...até eleição assim nunca vi ...a gente ouvia assim eleição, chapa tal...mas um erro, se as pessoas querem melhorar tem que votar...não adianta dize que a coisa tá ruim como tá e não muda[...]⁵²

Roger comenta sobre a sua pouca participação nas decisões tomadas pela Associação.

Não sei..não participo só quando tem reunião de algum assunto muito importante...eles fazem reunião ali perto do banheiro...quem quer vai lá pra

⁵² Entrevista realizada pela autora no dia 20/10/2007 com Renato Luiz Izquierdo Alves no Camelódromo de Pelotas.

dar sua opinião junto com o representante da Associação...a Associação assim, é como é que eu vô te dize...ela é bem...atuante, a maneira do cara que ta lá, ele faz o serviço dele a maneira que dá entendesse, aquela coisa assim, queixa contra ele acaba parando na hora que...então pega o lugar dele, ninguém quer pega ...então se quer critica ele então tem mais que i lá e se candidata, faz alguma coisa, ele faz a maneira dele...mas faz...e aqui dentro também não pode te muita diplomacia, tem coisa que precisa se decidida meio no grito sabe....antes tinha o seu Menoti, esse era uma figura, acho que era funcionário público antigo aposentado, se eu não me engano... o Menoti era responsável pela área dos camelô, dos ambulante, mas era funcionário, quando ele saiu ele fico tão ligado a isso que continuo no meio dos ambulantes, que ele também era, a esposa dele também era na época entendeu, então ele sempre era líder assim também ...a maneira dele também mas foi um líder também...⁵³

Contando com uma participação ou intervenção externa quase nula, os camelôs criticam em alguns momentos seu representante, mas também imediatamente assumem o fato de que ninguém na verdade quer fazer o trabalho que esse executa, isso porque imaginam ou sabem que não é fácil o peso de tal papel. São inúmeros os problemas a serem solucionados e que surgem diariamente no interior desse espaço, portanto, “ao seu modo” como relatam os entrevistados, Paulista exerce sua administração da melhor maneira que sabe. Os funcionários contratados, por exemplo, são cuidadosos quanto à questão da limpeza de banheiros e corredores, a manutenção da cobertura metálica é constantemente feita para preservar o que há dez anos possibilita aos trabalhadores não estarem expostos a chuvas e sol, assim como também nos períodos de Natal é providenciado para que as bancas sejam decoradas com enfeites natalinos.

3.9 Fiscalização, Apreensões, Sofrimento e Identidade

A fiscalização exercida pela Polícia Federal nas fronteiras Brasil/Paraguai, a interceptação dos ônibus nas estradas dentro do território brasileiro e as apreensões no interior do Camelódromo são pontos fortes e centrais nas narrativas dos entrevistados, momentos tensos em que explicitam todo o drama que tais fatos trazem consigo, tanto do ponto de vista objetivo, com os prejuízos ocasionados pelas perdas das mercadorias adquiridas com esforço e investimento, quanto traz à tona o fator principal investigado pela pesquisa, qual seja, o das identidades construídas no trabalho por esse grupo. É através desses momentos de tensão e conflito que se observa a união dos camelôs como um todo, e não somente dos trabalhadores

⁵³ Entrevista realizada pela autora no dia 10/09/2007 com Roger Farias no Camelódromo de Pelotas.

que se encontram no Camelódromo de Pelotas, não mais uma união instável por afinidades pessoais que tanto os separam em “mini-grupos”, mas pautada no fato de “estarem no mesmo barco”, “na batalha”, “na correria”, expressões utilizadas para se referirem ao dia-a-dia na atividade.

São nesses momentos tensos que se encontram em situação de igualdade, ou seja, independente da maneira como enxergam a si e aos outros estão propensos à mesma situação que acarreta perdas e sensação de impotência em relação às leis que combatem a pirataria, o contrabando e a sonegação fiscal. Mesmo quando afirmam se identificarem não com o fato de serem camelôs, mas se distinguirem destes, assumindo o papel de comerciantes, é nesse momento que não conseguem negar uma das características dessa nomenclatura, ou seja, cometem um delito configurado em crime, não mais *estando* camelôs por facilitar o fato de serem comerciantes, mas sendo de fato trabalhadores, que se encontram à margem das leis fiscais e, portanto, estão propensos a punições que variam da perda das mercadorias à detenção. Mesmo assim, argumentam e justificam suas opiniões no sentido de amenizarem o delito cometido.

A mercadoria pirata tem diferença em relação ao original...vai paga, vinte, trinta reais, num CD numa loja, quando o mesmo CD com a mesma qualidade...dizem que porque é pirata não tem qualidade, isso é bobagem, porque é a mesma coisa, mesmo filme aí que a gente assiste, tu vai pega na locadora é a mesma coisa ...mas o esquema é direitos autorais essa coisa, tem muita gente que ganha em cima disso aí por trás, um CD de música mesmo...que até agora acho que nem tão dando muita bola pra CDs de música, claro vem mas...o mais é DVD agora, mas isso aí por pressão de locadora, locadora de DVD, aí tu vai aluga um DVD na locadora, é dois, três reais, quando por quatro reais tu compra um DVD aí e pode assisti quantas vezes quiser, com dez real compra três DVD, no caso, quem tem criança assim, eu mesmo as vezes levo três, dois DVD pro Murilo (filho), assiste lá, deve ter uns sessenta lá, toda vez levo um, dois pra ele, enche vendo aqueles filme dele, eles podiam baratear o custo que aí certamente ia termina a pirataria...mas termina totalmente é impossível se não fosse a pirataria qual é o pobre que ia te videogame em casa...o estresse aí é por conta da fiscalização... várias vezes passei por isso[...]⁵⁴

Renato exemplifica muito bem a questão da pirataria. Em primeiro lugar a qualidade das mídias reproduzidas, principalmente filmes, não tem diferenças que possam ser notadas pela maioria das pessoas que as adquirem em termos de qualidade das imagens. Como foi mencionado anteriormente, a qualidade dos equipamentos produzidos para esse fim é capaz

⁵⁴ Entrevista realizada pela autora no dia 20/10/2007 com Renato Luiz Izquierdo Alves no Camelódromo de Pelotas.

de tornar uma reprodução “caseira” indistinguível de uma original (SMIERS, 2006). Em segundo lugar e também mencionado por Smiers, a pirataria permite que diferentes camadas sociais, entre as quais os mais pobres, tenham possibilidade de consumir bens culturais a um valor extremamente acessível.

Em minha última visita e despedida de campo, em nove de abril de 2008 já era possível encontrar 5 DVDs a R\$10,00.

Ainda em relação aos problemas enfrentados com a fiscalização, José nos remete em sua entrevista a todo o drama dessas situações, que se estendem para além do momento das apreensões, ao dia a dia na atividade, onde não é possível saber com antecedência quando e em que lugar as batidas serão realizadas.

Sempre tem problema com a fiscalização, não tanto quanto CD e DVD, mas a mercadoria que a gente trabalha ali a gente perde na estrada também, já perdi, muito, muito, muito, teve anos que a gente arrumou dinheiro emprestado pra investi e depois perde todo o dinheiro que a gente arrumou emprestado e ainda tira do próprio lucro se tinha pra repor o que tinham emprestado...isso já me aconteceu, foi três vezes pro Paraguai três vezes perdeu todo dinheiro que ela (esposa) arrumou emprestado, ela colocou na estrada e perdeu...podia ser diferente desde que dessem...deixassem a pessoa trabalhar, ...é muito cansativo, muito, muito, cansativo demais mesmo.....mas a gente vai levando até quando da né, fazer o que? a gente entrou nessa vida aí mesmo[...].

José demonstra todas as dificuldades relacionadas ao fato de viverem na fronteira da ilegalidade, assim como também ao mesmo tempo o conflito de ter um trabalho digno, de precisar trabalhar, da falta e necessidade de paz quando o amanhã é sempre incerto e repleto de riscos para quem empreende tais viagens. Três viagens para o Paraguai e nas três viagens perder tudo, ter de arcar com essa situação desestabilizante e inimaginável; para quem nunca passou é o que faz, segundo José, com que a vida como camelô não seja fácil.

A vida de camelô não é fácil...é uma pressão total é você sempre trabalhando com o coração na flor da pele né, amanhã vão bate, amanhã vão bate, amanhã vão bate, não tem onde levar a mercadoria tem medo de tirar a mercadoria daqui bota num carro sai daqui chega ali te atacam, você perde o carro...entendeu? é um estresse total, a pessoa trabalha porque precisa, eu que trabalho assim na volta fico analisando...acompanho a vida das pessoas...já vi gente saindo desesperado correndo, deixa bolsa dentro da banca, deixa chave, depois ter que corta cadeado, compra outro pra colocar...tu nota assim, eu chego hoje digo: bom dia, bom dia, se chega e passa e vê que a pessoa não ta legal, outra a mesma coisa, então tá todo mundo naquela aflição, naquela

aflição...é muito estressante, muito estressante a pessoa que tem problema vim trabalhar aqui não é fácil, a pessoa a cada dia se estressa mais, o dia a dia da pessoa... a mulher mesmo chega em casa ainda tem que trabalhar é difícil (esposa), é difícil, a pessoa trabalha porque precisa, não porque diz: “aqui eu tô aqui porque eu quero tá”[...]”⁵⁵

A pressão, o desgaste físico e mental, as duplas jornadas de trabalho no caso das mulheres, é a este mundo que José nos remete. Já conversei com trabalhadores no dia seguinte às apreensões e eram momentos de poucas palavras, de desespero, de não saber bem como arcar com os prejuízos, de aceitar o risco, mas também de se revoltarem contra uma situação de perda sem possibilidade de volta. É caminhando por entre os corredores em que todos os camelôs o conhecem, que José observa a tensão que paira sobre a atividade.

Então eu mesmo ficando aí dentro fico analisando, pegando assim né o raciocínio de cada pessoa, de cada um que eu passo eu vejo, até os próprio empregado que tão trabalhando já ficam naquela pressão também né, pega o mesmo embalo do próprio dono da banca...então é difícil...é a fiscalização, é a pressão, a pressão: “áh hoje eles vão bater”...é muito boato, passa uma viatura a pessoa já fica num estado de nervo, passa a camionete já fica no estado de nervos, pega toda a mercadoria, sai correndo que dizer que, quebra mercadoria tem prejuízo, tem medo de bota dentro do carro e eles atacam, perderem o carro, quer dizer que a vida é difícil...ou seja, eles tão dormindo mas tão com o pensamento no dia de amanhã, de repente dá uns pulo na cama, num estado de nervos imenso, já sonha que tá sendo arrombado, perdendo mercadoria no caminho, tu sai, quer dizer que a minha esposa vai viajar eu fico mais estressado em casa ela viajando, do que ela na estrada, ela saiu eu não sei se ela vai chegar com a mercadoria aqui, não sei se ela vai chegar com vida, vai chegar sem vida, porque muitas vezes assaltaram os ônibus, da tiroteio nos ônibus, quer dizer tu tá dormindo, assim tranqüilo, tu já dá um pulo e já fica assim né, vai atender o telefone, às vezes até é notícia boa, mas tu já levanta com aquele pânico não é fácil...eu era gordo, era forte, depois que eu entrei pra essa vida eu emagreci muito, mais por estresse, não pelo serviço mas pelo estresse, sistema nervoso mesmo...ela (esposa) tem e passa pra mim, quer dizer que, até nos próprios filhos acaba descarregando né: “aí pai tu estressado, aí mãe tu ta estressada!”...aquilo não é que esteja na gente, mas é os nervos, qualquer coisa que a criança faz tu diz: “ não faz!”, mas ela é criança, ela vai fazer entendesse?, tu já te estressa com aquilo ali, já ta em ti um nervosismo, tu leva uma sobrecarga daqui pra descarregar em casa...tem que separar a vida do dia-a dia da vida e a vida particular de casa...é difícil[...]”⁵⁶

Roger justifica o seu trabalho como existindo em diversos países há muito tempo, como, também, às vezes se sente “com um pé no banditismo”, entretanto, ao refletir sobre o sistema político do Brasil, segundo ele, corrupto, se sente novamente em paz com sua

⁵⁵Entrevista realizada pela autora no dia 2/10/2007 com José Adão Almeida no Camelódromo de Pelotas.

⁵⁶Entrevista realizada pela autora no dia 2/10/2007 com José Adão Almeida no Camelódromo de Pelotas.

consciência, mas sabe que não pode se “revoltar demais” pois as coisas não vão mudar, ou seja, não é possível legalizar o que obviamente é ilegal e permanecerá sendo.

Pelo o que eu sei camelô existe no mundo inteiro, eu me sinto às vez meio culpado, me sinto, não é meio culpado, meio abaixo da lei ...quase...com o pé, o pé no banditismo e com o outro pé na sobrevivência, entendesse?...então...mas por outro lado, eu me acalmo porque seguinte, camelô tem no mundo inteiro, no México é um horror, nos Estados Unidos tem horrores também, eles não mostram mas tem, claro sem fala na África esses países tem...outra coisa, é uma das profissões mais antigas que tem, já na época da Bíblia tinha ...tu vê tanta coisa assim...quantos camelô precisa te pra soma a quantia que o Renan tava roubando?, tava recebendo por baixo dos pano, então isso meio que te anestesia assim, sabe te dá uma coisa, ...eu não tô roubando de ninguém, tô roubando talvez da União, mas a União é tão porca com o cidadão pobre ...que tu não te sente, eu não me sinto culpado ...não da pra ti te senti culpado ...entendeu?...a fiscalização, o Lula (Presidente da República do Brasil) manda fechá o cerco lá né, mas ele não sabe o que tá se passando lá, ele não tá lá no dia a dia pra vê o policial civil ganha propina e deixa passa, ele não vai lá pra vê o cara tira de uma velhinha horrores de coisa, as pessoas serem estúpidas, não ta lá pra vê essa coisa entendeu?... o tal do acerto, então qué diz, pra uns a fiscalização vale, pra outros com grandes entradas de grandes coisas não vale...então prega moral de cueca, tem hora que eu olho pros policiais assim, da Receita na Ponte e pra mim eles tão só de cueca pregando moral ...tão ali tirando: “Ah vais perde!”, aí de noite ele recebe uma grana pro cara passa ...que eu fiquei sabendo agora que de noite a ponte é um paraíso ...tu consegue senti remorso? ...eu acredito assim, também se eu me revolta demais eu vô fica muito visado, ...também não vô se Cristo...né?...então eu vô no embalo, procuro passa o meu, faz o meu lado bem feito, e faz o que?, o dia que eles quiserem tranca, eles fecham a ponte[...].⁵⁷

Também Adão não concorda com a maneira como é exercida a fiscalização tanto Civil quanto Federal, nas fronteiras e estradas brasileiras.

A fiscalização é cruel com nós...cruel...eles agem de uma maneira com nós, como se nós não fôssemos ninguém aqui no Brasil...eles agem de uma maneira ignorante...aqui dentro e fora eles agem com nós ...olha impressionante a maneira deles...a fiscalização no geral...eles nos pegam em trecho aí, eles são muito cruel...muito cruel mesmo...já tive grandes perdas...graças a Deus sempre me recuperei...tenho crédito...tenho tudo direitinho...inclusive eu tenho meus cartões de compra, eu declaro todos os anos a minha inscrição...⁵⁸

As viagens em busca de mercadorias a serem revendidas podem chegar a durar até cinco dias, sendo por isso extremamente exaustivas e desgastantes.

⁵⁷ Entrevista realizada pela autora no dia 10/09/2007 com Roger Farias no Camelódromo de Pelotas.

⁵⁸ Entrevista realizada pela autora no dia 13/09/2007 com Adão Lemos no Camelódromo de Pelotas.

3.10 Voltando no Tempo

Dentre os camelôs que ocupam hoje o Camelódromo, muitos iniciaram na atividade ainda no início dos anos 1990. Como Roger, trabalhavam de maneira bastante diferente da atual, utilizavam espaços não legalizados e onde não permaneciam por muito tempo sem que tivessem que remover suas mercadorias; sendo assim, a forma de comercializar os produtos também era diferente: utilizavam cavaletes, de maneira que ficasse mais fácil de retirar rapidamente quando chegasse a fiscalização municipal. Os lugares que preferencialmente ficavam eram no calçadão da rua Andrade Neves, em frente à antiga loja Velocino Torres, no calçadão da rua Sete de Setembro e também no entorno do Mercado Público Central. Alguns ainda vendiam suas mercadorias de modo itinerante como “sacoleiros”, como relembra Roger. Entravam em algumas lojas do centro da cidade e ofereciam suas mercadorias a comerciantes e funcionários. Desse modo, muitos conseguiram clientes que mantêm ainda hoje, como Adão, entre algumas lojas bastante conhecidas, para que trouxessem mercadorias das viagens a serem revendidas nas mesmas.

Foi em 90...eu chegava do Paraguai no domingo de manhã tomava um banho pegava as minhas coisa, botava o cavalete num fiatzinho que eu tinha ...isso já em 91...já tinha entregado a moto comprado um Fiat 147 pra mim...botava dentro do carro as mercadoria e ia pra frente da Velocino Torres ali no calçadão que todo mundo botava cavalete ...mesmo aqueles que trabalhavam na volta do Mercado, na Rua Floriano e na Lobo da Costa usavam o calçadão, tive atrito até com aquele dono da loja X, um velho tri bobalhão, antigo ali sabe, não me lembro do nome dele, uma vez ele chego quis bronca comigo tirei o cavalete da frente da loja dele...ele me deu assim: “tu tem cinco minutos pra sai daqui!”, vê a atitude, quase que me deu vontade...na época eu era mais novo não tinha muita experiência fui embora... hoje eu ia dize e o senhor tem dez minutos pra para de me incomodar....sai do Cláudio (trabalho anterior em uma construtora) fiquei só com o Paraguai, também vacas magras, chego uma hora que eu não tinha mais pra quem vende mercadoria, os amigo já tinham comprado, os parente já tinham comprado ...sabe ...aí eu tinha que procura pessoas sabe...aí eu andava de carro encostava em frente de uma gráfica ficava lá vendia um relóginho: ”posso mostra as coisa?” eles deixavam, outros não, uma bolsa grande e aí vinha uns interessados comprava um relóginho, mas não era o suficiente...aí...que mais que eu vô te dize?...ali na volta do Mercado eu consegui em 93, que dize que eu passei quantos anos indo ao Paraguai sem trabalha vivendo só das coisa ...quase três anos[...].⁵⁹

⁵⁹ Entrevista realizada pela autora no dia 10/09/2007 com Roger Farias no Camelódromo de Pelotas.

Adão, ao longo do tempo, foi conquistando uma freguesia fiel, inclusive fora do Camelódromo.

Tenho freguesia que inclusive nem chega aqui, eles querem que eu vá lá vender, lá no lugar deles...então...é individual daqui...só tenho essa banca...eu só revendo...revendo o que eu...,inclusive já comprei muito pra loja Y (loja situada na cidade e que vende roupas)...fui comprador deles lá, fora daqui trazia pra eles...vale a pena ainda faço, faço e vendo fora daqui também...vendo muito fora daqui, eu tenho os clientes certos, os pedidos certos, tudo certinho[...].⁶⁰

Dessa forma, alguns camelôs mantiveram práticas de trabalho que adquiriram no passado da atividade, quando a impossibilidade de permanecerem de maneira fixa em um local ou “ponto” para suas vendas diárias, fazia com que esses saíssem à “procura” de clientes e, dessa forma, alguns camelôs como Adão mantiveram uma freguesia “fiel” oriunda desse tempo, e ainda hoje constante, com a qual mantém relações fora do Camelódromo de Pelotas.

3.11 Identidades: Conflito ou Complementaridade?

Dentre as falas dos camelôs insere-se de forma mais central em relação à problemática da pesquisa, o depoimento de Adão, no qual se nota claramente a distinção e a diferença em relação à identidade do grupo,

Na realidade eu acho que eu até nem sou um camelô...não...porque o camelô na realidade é aquele, aquele que vai senta ali na beira da calçada e ta fabricando, aquele que é o camelô...nós não, nós comprezo, nós somos sacoleiro...somos vendedor...não somos camelô...camelô é aquele que tu vê ali, como tem o hippie, tem o camelô que te compra uma mercadoriazinha aqui, chega ali vende barato...aquele é o camelô que vende no grito...aqueles das meias, do guarda chuva, tô certo ou tô errado? nós já não semo mais camelô...na realidade nós semos como se diz ...eu mesmo eu não tenho uma empresa, mas já tá no nome dela isso aqui (a banca está registrada como micro-empresa no nome da filha) quer dizer...eu tenho contador...tudo, tudo, tudo....pago até contador, a gente tem que pagar[...]⁶¹

⁶⁰ Entrevista realizada pela autora no dia 13/09/2007 com Adão Lemos no Camelódromo de Pelotas.

⁶¹ Entrevista realizada pela autora no dia 13/09/2007 com Adão Lemos no Camelódromo de Pelotas.

Também Dilva relata a diferenciação e estranhamento com o ser camelô:

As pessoas, os camelôs que estão no centro estão incomodando, porque eles tinham lugar aqui, voltaram para lá porque quiseram, porque a maioria daquelas pessoas que estão lá, eles tinham lugar aqui. Eles não quiseram ficar aqui, voltaram para lá, eu conheço uma série deles que tinham lugar, simplesmente não quiseram ficar aqui e voltaram pra lá, e Prefeitura também não se impõe, não existe um Prefeito nessa cidade que se imponha, que coloque fiscalização e tire eles de lá, então vai ficando não é?...Foram embora daqui por livre e espontânea vontade...eu trabalho aqui meu ponto é meu, conquistei, trabalhei para isso, lutei por ele, eu paguei por ele, quando a gente veio para cá a gente pagou a estruturatudo, então a gente está aqui, a gente tá aqui porque pagou, agora os que vendem, sei lá, trocam ponto sei lá, eu não entendo disso[...]⁶²

Tais relatos demonstram uma diferenciação sentida e explícita entre esses trabalhadores e os camelôs que atuam nas ruas de forma irregular, demonstrando inclusive uma certa dose de preconceito e desejo por uma fiscalização mais coercitiva por parte da Prefeitura. Tal aspecto os distancia de forma clara de seus passados e sugere um esquecimento na forma como exerciam suas atividades.

3.12 O Futuro

As falas dos entrevistados sobre os planos para o futuro são bastante escassas durante as entrevistas, mesmo esse tema tendo sido sugerido por mim durante os encontros, denotando mais uma preocupação com o presente, tão fundamental não somente no sentido de suprir suas necessidades materiais, como mostrando uma vontade e necessidade de continuidade no trabalho, independente das idades.

Não sei, não tenho uma visão muito grande de futuro, eu trabalho aqui, então eu gosto de trabalhar aqui, porque aqui eu não tenho aquele compromisso, se eu quiser ficar em casa hoje eu fico, se eu quiser vir no domingo eu venho, se eu quiser vir no feriado eu venho, se eu quiser ficar uma semana em casa eu fico...não tem aquele compromisso de aluguel, aquilo tudo que corre em cima, e é funcionário e é tudo, não, aqui eu trabalho eu e minha irmã, eu fico, minha irmã vem aqui me ajuda, se eu preciso sair ela vem aqui fica para mim, se ela precisa sair eu fico e ela vai, tu entende? A gente se reveza...eu não sei se eu gostaria de alugar uma coisa lá no centro...e ir para lá, não sei te dizer porque ...quem sabe um dia eu mude de idéia, até então não...não quero parar de trabalhar, eu tenho 54

⁶² Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca no camelódromo de Pelotas.

anos acho que estou muito nova para ficar em casa sem fazer nada, eu acho que não me adaptaria[...]⁶³

Também José em sua entrevista não tem planos com relação ao futuro: “[...] Não tenho plano no momento...se caso eu consegui me aposentar, eu penso em alguma coisa, no momento não tenho plano[...]⁶⁴.

Antônio manifesta o desejo de continuar trabalhando na atividade, sendo esse o seu maior plano para o futuro.

[...] quero continuar trabalhando, e ter saúde pra trabalhar muitos anos...tenho reserva em banco, tenho aposentadoria boa, carro, ganhava dez salários quando me aposentei passou pra cinco e agora ganho quatro, na banca tiro uns dois mil e quinhentos reais por mês...não tenho tempo livre...meu tempo livre é aqui, é ir ao banco... ajudo minha ex-esposa...estou contente por fazer parte desse grupo, participo das reuniões da Associação...aqui gera emprego...pego refeições, aqui gira o dinheiro [...]⁶⁵.

Por outro lado, existem as intenções de Adão em expandir seus negócios para outros espaços.

[...] eu tô buscando abrir uma loja maior...fora daqui...no centro ou um comércio num bairro, um mini-mercado, to na luta...mas sem sair daqui...daqui vai ser difícil de eu sair, a minha família cada dia que passa fica cada vez maior né...e aí eu tenho que ajudar eles...tenho quatro netos...talvez até um dia eu possa sair daqui, mas não tenho vontade nenhuma, pra ser sincero, não tenho vontade nenhuma, tenho vontade como se diz de ter um outro comércio em outro lugar, bem legalizado, bem arrumado, mais espaço de trabalho, que aqui não tem... o espaço da gente é pequeno....isso que eu queria...gosto do comércio[...]⁶⁶.

Dessa forma as vontades e desejos manifestos são de continuarem em suas práticas pelo tempo que conseguirem permanecer trabalhando, não demonstrando vontade de mudar de atividade ou de vida, sugerindo dessa forma uma identificação com suas ocupações, tendo inclusive, como no caso de Adão, a vontade de querer “ensinar” a atividade às suas filhas para que permaneçam e se mantenham de maneira autônoma na mesma ocupação do pai, sendo

⁶³ Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca no Camelódromo de Pelotas.

⁶⁴ Entrevista realizada pela autora no dia 02/10/2007 com José Adão Almeida no Camelódromo de Pelotas.

⁶⁵ Entrevista realizada pela autora no dia 12/09/2007 com Antônio Ferreira no Camelódromo de Pelotas.

⁶⁶ Entrevista realizada pela autora no dia 13/09/2007 com Adão Lemos no Camelódromo de Pelotas.

assim, a idéia de que desejariam para seus filhos uma “outra vida” em nenhum momento foi mencionada.

De forma parecida Roger mencionou, durante conversas informais, o quanto seu filho gosta de junto com ele viajar para o Paraguai em busca de mercadorias a serem revendidas no Camelódromo.

3.13 A Cidade

Em relação à cidade de Pelotas a visão dos camelôs é de que esta passa por uma crise generalizada pelo crescente desemprego dos últimos anos, provocando inúmeros problemas, em relação, inclusive, à informalidade praticada pelos vendedores ambulantes, por ser um local em que o comércio é a principal ocupação.

[...] gosto muito daqui (da cidade de Pelotas), fiz empenho para voltar, apesar do clima diferente, mas a cidade hoje tá muito pobre, desorganizada, a pobreza aumentou, antes tinham pessoas distintas, alinhadas, bem vestidas. Hoje é uma baderna...esses dias li sobre os camelôs trancando ruas, acho isso muito ruim[...]⁶⁷.

Adão menciona quais seriam, para ele, as causas dessa crise.

A cidade tá quebrada, na área profissional, quebrada em geral porque nós não temos desenvolvimento industrial ...isso aí, quebrou tudo que nós tinha dentro da cidade...nós estamos respondendo uma cidade assim, lá tinha isso, lá tinha aquilo, quer dizer tá virada em lata a cidade de Pelotas, não tem nada (risos) o emprego cada dia que passa mais ruim fica o emprego...como trabalhador hoje, não tem qualquer direito, nenhum, como nós temos nossos varredor de rua aqui de Pelotas hoje, que nem uma carteira assinada tem...então nosso emprego vem ficando sucateado...de todo o trabalhador em geral...não sei se assim que tu também enxerga a nossa cidade de Pelotas?, e todo o outro lugar é uma decadência...graças a Deus consigo sobreviver[...]⁶⁸.

Dilva relata os problemas na cidade, que segundo seu ponto de vista, estaria centrada no comércio, até mesmo porque havia tido o fechamento das fábricas.

⁶⁷ Entrevista realizada pela autora no dia 12/09/2007 com Antônio Ferreira no Camelódromo de Pelotas.

⁶⁸ Entrevista realizada pela autora no dia 13/09/2007 com Adão Lemos no Camelódromo de Pelotas.

A cidade (Pelotas) é uma cidade comercial, não existe geração de emprego em outro setor que gere dinheiro, então é uma cidade que tudo, tudo é em função de vender, vender, vai chegar um caos nessa cidade que não vai ter para quem vender, porque todo mundo está vendendo alguma coisa, um vende perfume, o outro vende bijuteria, vende isso, aquilo, mas tudo venda e aí...se houvesse geração na indústria, como antigamente, que haviam as fábricas, havia um comércio sabe?...as pessoas geravam serviço, geravam emprego, a pessoa chegava no fim de semana e tinha um dinheirinho que podia comprar uma bolsa, um brinco, sabe, mulher é mulher não é?...tudo que vê, quer comprar não é?...então se a gente tivesse uma geração de emprego para as mulheres eu acho que se venderia maravilhosamente bem, como antigamente que a gente vendia, vendia, vendia tudo que era coisa de mulher se vendia, homem não compra nada né?, mulher é que compra, não sei se é porque eu só trabalho com coisas praticamente só para mulhercoisas de mulher, não vendo coisas para homem, artigos para homem eu praticamente não vendo...antigamente com certeza era melhor, as fábricas de conservas geravam milhares de empregos, era um período que as mulheres sabiam que iam ganhar um dinheirinho, agora não tem mais nada, tu imagina quantas pessoas desempregadas, na nossa cidade são milhares, milhares, milhares de pessoas desempregadas, nem sei do que as pessoas vivem pra te falar sinceramente[...] ⁶⁹.

Roger mantém o tom de consenso entre as falas sobre Pelotas.

Eu tô me beneficiando de uma coisa assim..tem muito pouca loja de vídeo game no centro....Pelotas tá virada só em comércio...a construção civil agora que agito um pouquinho mais, pois teve quebrada mais de vinte anos...então o pessoal vem de outras cidades pra comprar aqui...e pouco emprego também né...quando eu era pequeno tinha fábricas e fábricas de conserva [...] ⁷⁰.

Roger sabe que o fato de ter, com o passar do tempo, conseguido revender videogames e jogos fez com que sua lucratividade se mantivesse superior a de muitos outros camelôs, pois essas são mercadorias de alta rotatividade e valor elevado tanto para compra como para a venda, o que torna o ingresso e a continuidade nesse tipo específico de revenda restrito aos camelôs com um maior poder de compra, e por esse fato, durante a pesquisa de campo, escutei de muitos dos trabalhadores que teriam vontade de trabalhar com essas mercadorias, alegando o fato de que são produtos que estão a todo momento sendo vendidos.

⁶⁹ Entrevista realizada pela autora no dia 15/09/2007 com Dilva Fonseca no Camelódromo de Pelotas.

⁷⁰ Entrevista realizada pela autora no dia 10/09/2007 com Roger Farias no Camelódromo de Pelotas.

3.14 Mudanças Previstas

O que o poder político municipal da cidade tem em mente para o Camelódromo nos próximos anos faz com que esse período que compreende a pesquisa seja um marco para profundas modificações que prometem serem feitas. A partir de 2008 é pensado o início da execução de um projeto que contrastará com o modo como o Camelódromo vive seu cotidiano e que tende a perturbar a atual auto-gestão desse espaço. Os investimentos para a chamada ampliação do Camelódromo chegam à soma de duzentos e dezoito mil dólares (*Diário Popular*, 21 de dezembro de 2007, p.3). O projeto, que teve a oportunidade de ver junto à Secretaria de Urbanismo do município, almeja construir no estacionamento um novo Camelódromo de porte menor, padronizado e gerenciado com o auxílio do SEBRAE. Tratar-se-ia de uma alternativa para retirar os camelôs que se encontram na Rua Marechal Floriano entre Andrade Neves e General Osório.

Junto a essa construção está previsto um palco para apresentações artísticas, bem como um lago artificial; soma-se a isso, pela vizinhança, o investimento de duzentos e oitenta e sete mil dólares na reforma e restauração da Praça Cipriano Barcellos, assim como a nova pavimentação da rua Lobo da Costa (*Diário Popular*, 21 de dezembro de 2007, p.3).

Tais investimentos e o aumento de número de trabalhadores atuando na atividade em um mesmo terreno, pode ou não entrar em conflito com os camelôs que se encontram instalados no Camelódromo, não sendo desconsiderado que talvez a situação de trabalho e renda entre esses tenha uma melhora significativa, não somente entre o grupo como entre os trabalhadores que dividirão os limites desse espaço, tal como aconteceu com a mudança dos trabalhadores para o Camelódromo de Pelotas há dez anos. Porém, a continuidade nos moldes atuais de organização e estrutura comandada por um único porta-voz, tende a ser, segundo os planos da Secretaria de Urbanismo, rompida e esse, com certeza, será um fator bastante problemático e que provavelmente tornará mais uma vez o Camelódromo palco de disputas entre os camelôs e a Prefeitura Municipal.

CONCLUSÃO

Identidade e Memória foram conceitos centrais para essa pesquisa e que acredito, ao seu término, provaram seu papel explicativo frente às falas dos trabalhadores envolvidos. A problemática que permeou esta dissertação esteve relacionada a como se estabelece e se estrutura a identidade de grupo dos trabalhadores que atuam como camelôs em um espaço e um tempo específico - o Camelódromo de Pelotas entre os anos de 1997 a 2007- e como tais conceitos têm sua relação articulada com o espaço de trabalho em comum, contribuindo para a construção por parte dos sujeitos envolvidos, de uma identidade de grupo, constituída a partir da memória coletiva que cobre também seus esquecimentos. Qual característica assume, portanto, essa identidade?

A identidade de grupo desses trabalhadores se mostrou extremamente fluida, comandada por contingências e momentos diferentes, que se referem ao que acontece no cotidiano de suas atividades como camelôs.

Pontos de instabilidade e tensão pairam sob o modo como optaram por trabalhar, gerando disputas internas no grupo que estão baseadas na concorrência entre trabalhadores, que mais tentam do que conseguem se inserir de maneira plena e estável como “pequenos empresários”. Apreensões e perdas “na estrada” ou fora desta acabam por afastá-los do que tentam conquistar - sua inserção na formalidade - ao mesmo tempo em que tende a restabelecer o que seria uma união, ainda assim instável, por ser pontuada e relacionada, na maioria das vezes, aos episódios de grande estresse ou às afinidades pessoais.

As situações de risco a que estão sujeitos enquanto “categoria” de trabalhadores, foram descritas como “perseguições” a determinadas mercadorias mais do que a outras por parte de policiais e fiscais a serviço de órgãos públicos, descritas como representativas de fases, de sorte ou azar na atividade, dependendo do produto que comercializam.

Os produtos revendidos, que se encontram entre os mais visados, são os considerados “piratas”, que se caracterizam pela reprodução de produtos alheios sem o consentimento dos criadores e donos originais. Programas para computadores, filmes, jogos de videogame e CDs de música, são revendidos a valores irrisórios, sendo possível adquirir atualmente 5 DVDs de filmes a R\$ 10,00, e com a forte tendência de que esse valor acabe por diminuir ainda mais

nos próximos meses, como vem acontecendo continuamente e pode ser observado pela pesquisa.

Dessa forma, existe uma grande pressão por parte de grandes corporações, assim como de revendedores autorizados, para que as leis em relação à pirataria configurem essa como um crime e sejam cumpridas através de apreensões contínuas. Tal comércio movimentava uma soma considerável de dinheiro no interior da informalidade, ao mesmo tempo em que acarreta prejuízos à venda dos produtos originais. Por outro lado, tal prática se tornou também uma forma de democratização de informação e cultura, na medida em que os baixos valores de venda possibilitam um acesso a esses produtos também as classes mais pobres.

Muitas vezes relatados, tais períodos de contínuas apreensões se mostram extremamente difíceis de serem suportados pelos trabalhadores, interferindo de maneira brusca em suas vidas fora do trabalho, mas ainda, assim, puderam ser interpretados, menos como injustos e mais como algo intrínseco ao ser camelô. Em tal circunstância, foi observada uma aceitação e compreensão às regras implícitas e explícitas desse “jogo de forças” entre camelôs/comerciantes *versus* poder público, que atua tanto de forma coercitiva quanto ao que considera crime – sobretudo o contrabando e a pirataria – como, por outro lado, assume o papel de construir incentivos ao que considera serem soluções à ilegalidade e desregulamentação integral da atividade, qual seja, tentar formalizar, em parte, suas atividades.

Muitos desses trabalhadores, ao efetuarem um comércio ilegal baseado na revenda de mercadorias contrabandeadas e/ou pirateadas, aceitam o fato de que estão descumprindo as leis existentes, que condenam tais práticas como crime. Assim sentem e contam os prejuízos em forma de penalidades que incluem a “perda” das mercadorias e as “eventuais” violências narradas. Ao mesmo tempo, tais delitos não impedem que exerçam um trabalho que é considerado por esses como digno e honesto, na medida em que não consideram estar causando prejuízo a pessoas em específico, mas sim ao Estado ou a grandes empresários.

De outra forma, mas em complementaridade e contradição, assumiram, no decorrer de suas trajetórias ocupacionais, algumas das regras restritas à categoria de pequenos-empresários, e com isso passaram a se sentir e agir em determinadas circunstâncias, como tais. Esse fato foi comprovado de maneira explícita durante as suas falas, assim com também observado em campo, passando a ser essa articulação complexa e contraditória o ponto chave em que os conceitos de identidade e memória foram utilizados como teorias explicativas centrais para a pesquisa.

A identidade construída intencionalmente pelos sujeitos individuais e compartilhada com o grupo no qual estão inseridos não é sinônimo de união entre eles. Sabem que estão no terreno da competitividade capitalista, que se transforma e resulta pelas suas características específicas em uma desunião interna entre trabalhadores. As decisões que compreendem os interesses do grupo parecem ficar restritas à manutenção do espaço físico no qual estão situados. As críticas são menos a como a Associação dos Camelôs de Pelotas (Acampel), cumpre o seu papel e mais a maneira como os trabalhadores se isentam de participar das decisões por vontade própria, sendo assim, o Camelódromo se encontra desde sua existência, há dez anos, sob o mesmo comando, o que leva a atual administração pública a estabelecer estratégias para reaver sua presença e atuação junto ao espaço.

Os estereótipos com os quais tentam romper estão pautados na identificação com o trabalho que exercem, mediante o fato de que esse não está sendo exercido “na rua”, mas em um espaço protegido dessa, que possibilitou para alguns trabalhadores, trocar a “precariedade” pela “estabilidade”.

O trabalho buscou interpretar uma história em comum (pautada no que tal atividade e grupo têm de específico), compartilhada e experienciada em longas jornadas de trabalho diárias entre os camelôs, em um local onde a ilegalidade circula em par com a legalidade e mistura-se a essa. Tanto quanto o ser e/ou se sentir camelô/comerciante é resultado do tempo e da história individual e coletiva de cada trabalhador. Tais termos têm o poder de se fundirem através das práticas dos sujeitos, havendo sido observado pela pesquisa uma concepção de identidade discursiva e extremamente fluida entre os camelôs.

O início dessa construção e configuração identitária atual é pensada e se estabelece há dez anos, a partir das mudanças ocasionadas em suas atividades de trabalho, com a retirada dos camelôs, pelo poder público local, do Centro Histórico da cidade de Pelotas no entorno do Mercado Público Central.

O local que passaria a ser ocupado a partir de então é o chamado Camelódromo de Pelotas, caracterizado pela pesquisa como espaço fundamental das suas vivências e experiências no trabalho, é este o território no qual exercem suas identidades.

Durante os quatro últimos anos acompanhei com regularidade o movimento interno desse espaço, seu fluxo, transitoriedade, contingências e continuidades, pautado em uma estabilidade, anunciada por alguns, mas que não exclui a insegurança pertinente aos riscos em se administrar o seu próprio negócio. Talvez, por isso, as perspectivas ou planos para o futuro são, na maior parte das entrevistas, conseguir permanecer na atividade de maneira estável, sem grandes surpresas ou perdas no que se refere ao exercício da ocupação, exercida a partir

estratégias apreendidas no decorrer de tempo na atividade em convívio com outros trabalhadores.

Foi esse movimento contínuo e interno ao grupo que busquei compreender e narrar dentro de uma perspectiva temporal, em que se construiu a identidade dos camelôs que se estabeleceram no chamado Camelódromo de Pelotas. O motivo que levou a essa mudança na ocupação foi analisado pela imprensa local da época. As inúmeras matérias nos jornais entre os anos de 1997 a 1998, revelam a existência de uma absoluta precariedade de condições físicas para o exercício da atividade, com recortes que anunciavam ainda o constante “diálogo” com a Prefeitura local.

A partir de um espaço sentido como inteiramente do grupo, foi possível, nos últimos anos, uma série de mudanças para alguns trabalhadores: registraram suas bancas como micro-empresas, contrataram funcionários, assinaram carteira de trabalho para funcionários como comerciários, geraram trabalho e renda a partir das suas atividades.

O Camelódromo, espaço específico, que atualmente comporta 350 pessoas trabalhando, é diferente “do leito de rua” ou da pequena loja alugada no “centro” da cidade, fortalecendo do ponto de vista material alguns camelôs que puderam ter a experiência da construção de sentidos e oportunidades novas, o que mostrou ser para alguns dos entrevistados, que conseguiram fazer essa articulação e transição, sinônimo de prazer e identificação com o trabalho.

A partir dessas questões trabalhadas durante a pesquisa, o que se percebe é como o conceito de informalidade e as noções a cerca de trabalhadores informais no Brasil sofreram amplas alterações em pouco mais de trinta anos de discussões. Os estudos que levam em consideração uma abordagem qualitativa tendem, com isso, a apontar para as diferenças e concepções distintas de identidade entre grupos no trabalho.

A identidade se encontra alicerçada pelo local de onde partem as falas, assim como as memórias e os diferentes contextos de vida no presente. A ilegalidade é amenizada pela legalidade, que se compromete a atribuir outros juízos de valor sobre suas práticas.

O grupo de trabalhadores estudados se modificou durante o tempo, e não somente o retrato de uma informalidade baseada na precariedade não é mais o mesmo entre esse grupo, como a importância atribuída aos seus trabalhos é fundamental na sua construção como sujeitos. As suas narrativas se centraram, portanto, na importância atribuída ao ato de trabalhar e os seus significados derivados a partir disso.

Dessa forma, os camelôs construíram uma trajetória muitas vezes em comum, e em outras, semelhante a vários grupos. Com isso, interferiram e modificaram uma história mais

geral sobre caminhos, práticas e atitudes que levam à construção de identidades no interior das atividades de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. *Desafios atuais do trabalho na América Latina: Algumas hipóteses para a discussão*. In: Biblioteca virtual do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), 1999. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/biblioteca/portugues> Data de acesso: 25/10/2004

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90*. In: Estudos Econômicos. São Paulo, v.27;(especial):p.65-84,1997.

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. *Algumas questões em torno da produção não capitalista urbana*. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1984.

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras Escolhidas, V.3

BIANCO, Bela Felman e LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da Imagem*. Campinas: Papyrus, 1998.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. Ed. da Universidade de São Paulo, 2. Ed. 1987.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIGI, F. (Org.) *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CANDAU, Joel. *Antropologia de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses Da Questão Social; Uma crônica do salário*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano. I. Artes de Fazer*. Petrópolis- R.J.: Vozes, 2001.

CERTEAU, Michel, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru/ São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, Manuela Ivone P. da. *Formalidade e Informalidade. Questões e Perspectivas*. In: *Etnográfica* v.10 n.2, Lisboa nov. 2006. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/lang_en/2006_10_02.php Data de acesso: 23/08/2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS-DIEESE, *O Mercado de Trabalho no Aglomerado Urbano Sul*. Pelotas, Abril de 2007.

DOUGLAS, Mary. *O mundo dos bens vinte anos depois*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n° 28, p. 17-32, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> Data de acesso: 23/05/2008.

ECINF/ECONOMIA INFORMAL URBANA-1997/2001. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/default.shtm> Data de acesso: 23/07/2004.

ELHAJJI, Mohammed. *Memória coletiva e espacialidade étnica*. In: *Galáxia*, n° 4, 2002. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/galaxia/article/view/1308> Data de acesso: 23/05/2007.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. "Quando o apito da fábrica de tecidos": memória pública e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, 1950-70. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil. 2002

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

_____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.

GILL, Lorena Almeida. *Clientelchiks: Os judeus da prestação em Pelotas (RS): 1920-1945*. Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária, 2001.

GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.

GOULARTE, Cláudia Cardoso. *Trabalho informal: Território do (des)emprego?*. Monografia de Especialização em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, 2004.

GUIGOU, Mag. L. Nicolas. *Representación e imagem: las miradas de la Antropología Visual*. In: *Diverso- Revista de Antropología Social y Cultural*, n° 4, maio de 2001. Disponível em: <http://www.educar.org/revistas/diverso> Data de acesso: 16/08/2007

GUIMARÃES, Iracema Brandão. *Maturidade e Experiência em Atividades Informais de Baixa Renda*. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da Anpocs, GT Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea. Caxambu, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Por Uma Sociologia Do Desemprego*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17 n.50. São Paulo out. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> Data de acesso: 25/09/2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HUGON, Philippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.18, n.º.2, 32-63, 1997.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Coleção Estudos Latino-americanos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE. *Hegemonia y estratégia socialista*. México: Siglo XXI, 1987.

LAZARTE, Rolando. El "Sector Informal": Una Revisión Conceptual Bibliográfica. *Problemas del Desarrollo*. vol.31, n.º121. México, IIEc-UNAM, abril-junio, 2000.

MACHADO, Rosana Pinheiro. *Identidades, confitos e redes sociais entre camelôs: uma perspectiva etnográfica*. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2002. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/html/producao/iluminuras/iluminuras.htm> Data de acesso: 04/03/2008.

MAFRA, Patrícia Delgado. *Entre a "pista" e o "camelódromo". O Cotidiano dos camelôs no Centro do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica à razão informal: A Imaterialidade do assalariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARQUES, Olavo Ramalho. *Espaço e dinheiro na cidade: Reflexões a partir da etnografia da Avenida Luís Guaranha, Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2003. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/html/producao/iluminuras/iluminuras.htm> Data de acesso: 04/03/2008.

MARTINS, Mônica Mastrantonio. *A questão do tempo para Norbert Elias: Reflexões atuais sobre tempo, subjetividade e interdisciplinaridade*. In: *Revista de Psicologia Social e Institucional*, vol. 2, n.º 1-jun./2000. Disponível em: <http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n14.htm> Data de acesso: 02/11/2007.

MATTA, Roberto da. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. *SERVIÇOS E INFORMALIDADE: O COMÉRCIO AMBULANTE NO RIO DE JANEIRO*. Texto para discussão n° 773. IPEA. Rio de Janeiro.2000.

MONTEIRO, Charles. Memória e esquecimento nas artes de lembrar a cidade de Porto Alegre nas crônicas de Nilo Ruschel. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n° 6-2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/> Data de acesso: 05/12/2007

NORONHA, Eduardo. *Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. Revista brasileira de Ciências Sociais.vol.18 n°53. São Paulo, 2003.

NUN, José. “El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal. In: *Desarrollo Económico*, vol.38, n° 152, 1999.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, Consejo de Administración, Comisión de Empleo y Política Social, Ginebra, marzo de 2007. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/standards> Data de acesso: 09/01/2008.

PINHEIRO, Alessandro Maia & ÁLVARO, Maria Ângela Gemague. *Informalidade na região metropolitana de Belém: Um retrato por gênero*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-M.G. de 18 a 22 de setembro de 2006.

POCHMANN, Márcio; SINGER, Paul. *Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

REIS, Ana Lilian dos. *Questões educativas e outras questões no processo de re-estruturação urbana o caso do camelódromo Dois de Julho em Juazeiro – Bahia*. Université du Québec à Chicoutimi ; Senhor do Bonfim, Brasil: Universidade do Estado da Bahia, 2003.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornélia. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2005.

_____. *Premissas para o Estudo da Memória Coletiva no Mundo Contemporâneo sob a Ótica dos Itinerários de Grupos Urbanos e Suas Formas de Sociabilidades*. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais PPGAS/UFRGS, 2000. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/html/producao/iluminuras/iluminuras.htm> Data de acesso: 23/10/2007

SALAMA, Pierre. *Pobreza: da inflação ao desemprego no Brasil*. In: *Olho na História – Revista de História Contemporânea*, n. 3 (edição eletrônica 2001). Disponível em: <http://www.oohodahistoria.org/index.php> Data de acesso: 16/05/2005

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

_____(2005). *A Globalização e as Ciências sociais* (org.). São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Gilvan Ventura, NADER, Maria Beatriz, FRANCO, Sebastião Pimentel, (org.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- Graduação em História, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da Silva. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*. Revista Brasileira de História. vol.22 no.44 São Paulo 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> Data de acesso: 17/08/2006.

SILVA, Juremir Machado da. *Tecnologias do imaginário: esboços para um conceito*, s/d. Disponível em: <http://www.comunicaunisinos.br/tics/textos/2003>.Data de acesso:03/12/ 2007.

SILVA, Susana Maria Veleda da. *Trabajo informal, gênero y cultura: el comercio callejero e informal em el sur de Brasil*. Tese de Doutorado, Barcelona, outubro de 2003.

SMIERS, Joost. *Artes sobre pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2006.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von, (org.). *Os Desafios Contemporâneos da História Oral-1996*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

SODRÉ, Rachel Fontes. *A comunicação na cidade: polifonia e produção de subjetividade no espaço urbano*. Trabalho apresentado ao NP Comunicação e Culturas Urbanas, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006.

SORJ, Bila. *SOCIOLOGIA E TRABALHO: mutações, encontros e desencontros*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.15 n° 43 junho/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> Data de acesso: 15/07/2006

REVOL, Rene. *Perspectivas para o trabalho*. In: *Olho da História-Revista de História Contemporânea*. n°4. (edição eletrônica 2001). Dossiê: Capital, Trabalho e Revoluções na Modernidade. Disponível em: <http://WWW.ufba.br/~revistao/04revol.html> Data de acesso: 25/07/2004

THEODORO, Mário. *As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil*. Texto para discussão n°762, Diretoria de estudos sociais IPEA, 2000.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAZINI, S.T. *Emprego informal e trabalho por conta-própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil*. Campinas:UNICAMP/IE, 1995. Dissertação de Mestrado.

ULYSSEA, Gabriel. *INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA RESENHA DA LITERATURA*. Texto para discussão n°1070. IPEA. Rio de Janeiro, 2005.

VELHO, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.